



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XIV

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 06 DE MAIO DE 2025

Nº 81

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SECRETARIA LEGISLATIVA	2129
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS	2129
GER. DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO	2140
SEC. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	2141

TAQUIGRAFIA

9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 22.04.2025

INÍCIO: 15h21min

PRESIDENTE: SRA. ROSANGELA DONADON
SR. ALEX REDANO

SECRETÁRIO: SR. ALAN QUEIROZ
SR. DELEGADO CAMARGO

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 9ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Obrigado, nossa Presidente hoje, Deputada Rosangela Donadon, particular amiga. Também, aqui ao nosso lado, Deputada Cláudia de Jesus.

Para a gente iniciar a nossa Sessão e os nossos

trabalhos – com muita pauta para votar hoje – como disse agora há pouco, antes de começar, de fato, oficial, as pessoas que nos acompanham que hoje teremos vários projetos. Dentre eles, o reconhecimento, a recomposição salarial dos nossos servidores.

Aqui cumprimentar o Mirin, Presidente do Sindicato. Mirin, parabéns, meu amigo! Várias reuniões, e eu tenho certeza de que tem muitas coisas a mais para a gente poder estar debatendo, categoria por categoria. Mas hoje é um marco. Eu não sei se já chegou, a um percentual como esse que a gente vai dar hoje aqui. Mas pelo menos ao tempo que eu estou aqui como deputado, essa é a nossa maior conquista. Pelo menos minha, ao tempo que estou aqui, em percentual.

Parabéns pela construção, juntamente com toda a diretoria, ao nosso Presidente Alex Redano e a toda Mesa Diretora, que contribuiu muito para essa discussão chegar ao ponto de estar hoje para votação.

Sejam bem-vindos. Daqui a pouco a gente vai discutir também essa pauta com vocês.

Os nossos cumprimentos, mais uma vez, as autoridades que estão aqui, em nome do nosso Prefeito Gilmar. Um abraço a todo o Município de Jorge Teixeira, aos nossos servidores que aqui estão nos ajudando. Os deputados que estão de forma remota, dando início a esta Sessão.

Vou fazer a leitura agora, Presidente, da Ata da Sessão anterior.

(Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior)

Ata lida, Senhora Presidente.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada. Determino que seja feita a sua publicação no Diário deste Poder.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Procede à leitura do Expediente recebido a seguir:

EXPEDIENTE RECEBIDO

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO

1º Vice-Presidente: LAERTE GOMES

2º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON

1º Secretário: ALAN QUEIROZ

2º Secretário: CÁSSIO GOIS

3º Secretário: EDEVALDO NEVES

4º Secretário: MARCELO CRUZ

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Ger. de Apoio ao Processo Legislativo - Miranilde R. do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais - Isabella Lopes de Souza Pinto

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO



- 1 - Mensagem nº 33/2025 – Poder Executivo, encaminhando a Prestação de Contas de meu governo, referente ao exercício de 2024.
- 2 - Mensagem nº 40/2025 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2026”.
- 3 - Mensagem nº 41/2025 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – Caerd e autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – Sedec, até o valor de R\$ 34.517.091,36, e dá outras providências”.
- 4 - Mensagem nº 42/2025 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 4.527.675,00, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza de Rondônia - Fecoep”.
- 5 - Ofício nº 0557/2025 – Tribunal de Contas - TCE/RO, encaminhando o acompanhamento da arrecadação da receita estadual realizada no mês de março de 2025.
- 6 - Gabinete do Senhor Deputado Ismael Crispin, encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 09 de abril de 2025.
- 7 - Gabinete do Senhor Deputado Luís do Hospital, encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 15 de abril de 2025.

Expediente lido, Senhora Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Por videoconferência) – Deputado Alan, registra a minha presença, por gentileza. Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deputado Ezequiel Neiva, registrada a sua presença, Excelência.

Só aproveitar que Vossa Excelência acabou de entrar on-line, meu grande líder, chegou à Casa a Mensagem nº 40/2025 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2026”.

Vossa Excelência, como nosso grande líder se debruça, que debate e estuda muito o nosso orçamento e as nossas peças orçamentárias, que a gente possa estar junto debatendo todas os projetos e as pautas importantes junto ao nosso orçamento do Estado.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Passemos às Breves Comunicações. Com a palavra, pelo prazo de cinco minutos, sem aparte, o ilustre Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ – Excelentíssima Senhora Presidente desta Casa, neste momento servindo aqui à nossa Mesa Diretora, nossa 2ª Vice-Presidente, Deputa-

da Rosangela Donadon.

Meus cumprimentos a toda a Mesa, em nome dos nossos colegas, Deputado Pedro Fernandes, que está aqui presente; Deputado Delegado Camargo; Deputada Drª Taíssa; Deputada Cláudia de Jesus.

Meus cumprimentos às pessoas que nos assistem – em especial, nesta tarde, a todos os nossos servidores, aqueles que dão apoio aqui, mas também àqueles que estão nos acompanhando, os que estão presentes e os que estão nos seus departamentos, cuidando dos andamentos da Casa. Daqui a pouco votaremos um projeto de suma importância para todos os nossos servidores.

Mais uma vez cumprimentar os nossos colegas que aqui estão e às nossas autoridades do Município de Governador Jorge Teixeira.

Senhoras e senhores, venho, Senhora Presidente, primeiro com muita tristeza e pesar, fazer também aqui uma breve fala sobre esse gravíssimo acidente que aconteceu com a ambulância que transportava pacientes de Alta Floresta D'Oeste, mas que vinha, juntamente, com profissionais da Saúde do Município de Vilhena.

Quero aqui relatar, nominar a saudosa médica Laura Maria Possa, motorista José Florêncio, a paciente gestante Fernanda Lino Santos e a sua acompanhante, sua mãe, a Silvana Ferreira Lino Rocha, pela qual quero também externar aqui um grande abraço ao viúvo agora da Silvana Ferreira, que é o Alex Rocha, ex-vereador do Município de Alta Floresta D'Oeste, e é um assessor do nosso gabinete, que presta um serviço brilhante naquele município, representando a nossa assessoria, o nosso gabinete, que infelizmente está passando por momentos de muita dor, de muita tristeza.

Falei agora há pouco com ele, só o tempo para poder acalmar o coração dele e dos familiares de todas essas pessoas que partiram. E também ao bebê, o bebê que ainda não tinha um nome, mas que já tinha vida ali dentro da barriga da sua mãe, que também temos que lembrar e pedir a Deus que os receba de braços abertos no reino eterno. Da mesma forma, também, a enfermeira Thaiza Costa, que também estava juntamente nesse gravíssimo acidente que aconteceu.

E aqui, senhoras e senhores deputados, eu faço também uma reflexão. Semana passada, Deputada Rosangela Donadon, nós falávamos aqui sobre a possibilidade que o governo discute que já tem alguma coisa aqui na Casa, Deputada Cláudia, com relação à questão da terceirização da saúde, em especial a terceirização do Hospital João Paulo II.

Trago aqui uma mensagem para reflexão. Se a terceirização dos serviços, Deputado Rodrigo, é tão boa, é referência, por que então essa equipe não atendeu essa paciente lá mesmo em Vilhena? Se essa terceirização é boa, ela deveria atender essas pessoas, essa gestante, lá em Vilhena.

Ela é de Alta Floresta, foi removida para Vilhena, onde se fala da referência de serviço de saúde por ser de uma empresa terceirizada, e essa paciente teve que ser remanejada ao Município de Porto Velho, onde não há

terceirização e onde eles falam, entre aspas, “que não estão atendendo a contento a população.”

Eu volto a dizer aqui, Deputado Pedro: será que é o caminho certo? Será que o caminho certo não é valorizar os nossos servidores de carreira que dão o sangue, dão a alma nesses hospitais cuja estrutura tem o mínimo possível de condição de trabalho? Eu acho que as coisas estão andando ao contrário.

Nós estamos andando do fim para o começo. E nesse entendimento quero deixar essa fala. Será que esse serviço realmente é o melhor para o nosso povo? Porque eu tenho uma clareza e um entendimento de que nós temos, dentro do quadro da Saúde do Estado de Rondônia, dos nossos servidores de carreira, os melhores servidores que estão no nosso Estado de Rondônia. Os mesmos que atendem nas clínicas particulares, nos hospitais particulares, a sua maioria também é servidor público.

O que falta é a gestão. Infelizmente, os gestores da Secretaria do Estado de Saúde não estão dando conta, não conseguem gerir, não conseguem fazer gestão. Porque, equipe, nós temos. Então, quero aqui deixar essa fala para que a gente possa refletir sobre tudo isso.

Também quero, como cristão, como filho de família católica, fazer as minhas condolências ao nosso Papa Francisco, que partiu nos deixando um grande legado de homem sábio, que tão bem representou a Igreja Católica ao tempo em que ficou à frente do maior posto religioso do nosso país.

Venho fazer uma breve fala. Como ser humano que nasceu e foi criado num lar católico cristão, portanto, não poderia deixar de prestar minha homenagem ao Cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio o nosso querido Papa Francisco, falecido ontem, dia 21, na residência de Santa Marta, localizada na cidade do Vaticano, onde o pontífice vivia desde 2013, quando foi eleito Papa da Santa Igreja Católica Apostólica Romana.

Para quem não sabe, sou sobrinho-neto de Dom João Batista Costa, o primeiro Bispo Prelado da nossa capital. Ele foi o responsável pela construção da nossa linda catedral e de mais de 20 paróquias realizando obras de grande valor para a Igreja Católica Apostólica Romana em Porto Velho, Rondônia.

Meu pai, Militino Feder, saudoso, era sobrinho legítimo de Dom João Batista Costa. Minha mãe, Chaguinha, meu pai, Militino, além de tio João, ensinaram a mim e aos meus irmãos Alex e Júnior os valores cristãos e amar Jesus Cristo. Bem como seguir os seus ensinamentos baseados na misericórdia, bondade e compressão. Eu, como bom cristão, no convívio familiar, no ambiente de trabalho, na atuação parlamentar e como homem de espírito público, comprometido com a ética e a austeridade, não poderia deixar de prestar uma justa homenagem ao Papa Francisco.

Despido de medo no uso dessa tribuna, livre de julgamentos, no mundo que sofre com a polarização ideológica, preconceito e intolerância, ameaça de uma guerra mundial e destruição do nosso planeta por conta das mudanças climáticas, nossa terra-mãe, obra mag-

nífica do nosso querido Pai Celestial. Não existe razão para tanto ódio, intolerância e falta de esperança por um mundo livre, igual e fraterno como pregou o Papa Francisco.

Nessa tribuna, presto a minha homenagem e lamento a morte do Papa Francisco. Ele, Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana, um líder religioso bem-humorado, sempre com um sorriso estampado no rosto, amante de futebol como eu e todos nós brasileiros e irmãos argentinos, desejava que nós, seres humanos, fôssemos pessoas melhores, solidárias, compreensivas e cooperadas entre si.

Em seu exemplo de fé e humildade por meio de gestos e palavras verdadeiras, nos provocou profundas reflexões em torno das obrigações morais para com Deus e para com nossos semelhantes. No mundo doente de vaidade, individualismo, egoísmo, ostentação e ódio, o Papa Francisco pregou a fé, o amor, a compreensão e o cuidado com o meio ambiente. Ele também pregou a solidariedade, abrindo a igreja aos mais pobres e às minorias sociais, com sua imensa coragem espiritual, fez de muros pontes para se chegar ao ecumenismo cristão.

Num século de algoritmos, insistiu no valor do abraço aos refugiados, presos, pobres e oprimidos, descartados pelo sistema. Francisco foi o Papa de todos, do acolhimento, da inclusão e das vítimas da fome e do abandono. Partiu, mas deixou um legado de fé, solidariedade, cooperação, compaixão e misericórdia. Portanto, ele sempre será lembrado como um farol da esperança, da misericórdia, da compaixão, da humildade e do otimismo.

Vale lembrar que na sua benção de despedida de Páscoa, disse que a paz é possível, renovando sua crença na humanidade. Que Deus nos abençoe e sigamos nesse propósito de Francisco, encontrar o caminho da paz. Muito obrigado.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) - Parabéns, Deputado Alan Queiroz, pelo belíssimo discurso.

E com a palavra, pelo prazo de cinco minutos, sem aparte, o ilustre Deputado Delegado Camargo.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Por videoconferência) - Presidente, boa tarde. Registre a presença do Deputado Ribeiro do Sinpol, por favor.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) - Registrar a presença do Deputado Ribeiro do Sinpol.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, nobres colegas parlamentares, povo que nos assiste, você, cristão, em especial aqueles que, assim como eu, professam a fé católica. Hoje não é apenas a Igreja Católica que sente a perda de um líder católico, mas toda a humanidade. Perdemos um servo que, pela sua simplicidade, a sua humildade, com atos concretos, mostrou como é ser um verdadeiro cristão, um pequeno Cristo,

como católico, apostólico, romano.

Eu sinto profundamente a partida de um homem que, mesmo com todo o poder e reconhecimento, viveu de uma forma muito simples, muito humilde, servindo a Deus todos os dias.

O Papa Francisco, para mim, para muitos cristãos, além das fronteiras do catolicismo, ele não foi apenas um líder religioso, deu um exemplo de como viver uma vida com os valores de fraternidade e solidariedade. Como fundador e Presidente da frente parlamentar Católica Apostólica Romana desta Casa, eu tenho no Papa Francisco um homem que nos ensinou a servir aos outros com caridade com misericórdia, e isso fica muito claro quando nós olhamos as ações e as palavras do Papa.

O Papa Francisco nos convida a retomar o essencial que é observância dos dez mandamentos e das boas-aventuranças, lembrando que a dignidade humana deve ser cevada acima de tudo. Hoje, com um grande pesar eu como católico me despeço do Papa Francisco, rogando a Deus que no próximo conclave o Senhor nos coloque um líder digno de ser sucessor de Pedro.

Razão pela qual, Presidente, também apresentei nesta Casa um Requerimento, peço que Vossa Excelência leve em votação, para que possamos decretar luto oficial de sete dias na Assembleia Legislativa; bem como as bandeiras desta Casa, que estão na área externa, sejam hasteadas a meio mastro e em todas as Sessões e Comissões Solenes desta Casa seja respeitado um minuto de silêncio em homenagem à vida desse grande servo que foi o Papa Francisco.

Dito isso, senhores, eu queria chamar a atenção de todos vocês que estão aqui na galeria, você que me assiste em casa. Alô, atenção, taxistas! Atenção, você que precisa dos serviços de táxis intermunicipal para se deslocarem do interior do Estado até Porto Velho. Você que é de algum município que precisa usar o transporte das vans para fazer o traslado da agência onde você comprou a passagem até o aeroporto.

Você que necessita e que organiza pequenas excursões de turismo aqui em Rondônia, preste muita atenção porque eu vou falar em alto e bom som aqui. Eu não sei, tenho curiosidade, vou descobrir. Por qual motivo os serviços de concessão de transporte intermunicipal de Rondônia, mesmo com uma determinação judicial, desde 1999 está para ser licitado e até hoje não foi?

Bom, a quem interessa isso é preciso ver, mas com certeza que prejudica o consumidor, sem sombra de dúvidas. Afinal de contas, os serviços de transporte intermunicipais acabam sendo realizados por uma ou duas empresas. Temos que ver isso. O consumidor está levando prejuízo.

Ocorre que o Governo do Estado encaminhou um Projeto de Lei aqui para esta Casa, através da Agência Reguladora, a Agero. Atenção taxista, você sabe de quem eu estou falando. Ah, você sabe muito bem. Você que faz traslado nas vans, turismo. Agero é a agência responsável por regulamentar esses serviços. E a Agero

encaminhou um Projeto de Lei.

Eu não voto nada sem ler, eu não voto, eu peço, eu quero entender. E eu peguei cópia deste projeto para ler e me debruçar sobre ele. E vi que os serviços de transporte alternativo intermunicipal, que são os serviços dos táxis, não estavam naquela lei. São 1.800 famílias de taxistas que fazem esse serviço, servindo a população de Rondônia.

Verifiquei que nessa lei da Agero também não estava o serviço de traslado das vans, tampouco ouviram as empresas de turismo já tão deficitário o turismo em nosso Estado. Bom, o que fiz? Pedi vista nesse projeto e fui conversar com essas categorias. Primeira coisa, eles nem sabiam que isso estava sendo votado aqui na Assembleia. Mais uma surpresa, as coisas são votadas a toque de caixa e quando você vê, já foi.

Mas eu tive a cautela. Fui atrás das categorias, a Federação dos Taxistas de Rondônia para ouvir as sugestões deles. E eles apresentaram algumas sugestões. Me reuni com as empresas que fazem o traslado dos passageiros do município, da agência onde compraram o bilhete aéreo até o aeroporto. Eles também não sabiam. Fui conversar com as empresas que fazem turismo. Eles também não sabiam.

Ora, tudo é uma surpresa, tudo é uma novidade, é uma caixinha de surpresas. Então, após ouvir essas categorias, sugeri que fossem incluídos esses serviços na lei. E já me chega a notícia que, "opa, Camargo pediu vista, Camargo está trazendo esse serviço. Vamos retirar o projeto." Alô, Agero! Que covardia! Se o Agero fizer isso, são covardes. Tem famílias, mais de 1.800 taxistas que dependem desse serviço. A população de Rondônia precisa disso. Aliás, vou atrás para saber como a Presidente da Agero parou lá.

Eu não sei, essa Casa sabatinou ela? Porque, para ela estar lá, ela tem que ser sabatinada. Eu vou logo atrás disso. O que não pode acontecer é sempre o interesse do rondoniense ficar em segundo plano. Até quando senhores?

Todos os dias tem que subir aqui nessa tribuna e trazer um assunto. Para. Vamos ler, vamos votar. O povo precisa saber quem está do lado do governo, das empresas privadas e quem está do lado do povo. Eu estou do lado do povo.

Então, Agero, se a Agência Reguladora retirar esse projeto, eu já sei. É por causa das minhas Emendas, que talvez contrarie os interesses, sei de lá quem. Mas uma certeza eu tenho: prejudica o povo. Vocês estão prejudicando o povo. As minhas Emendas são para assegurar ao rondoniense o direito de escolha, da liberdade econômica, da liberdade de contratação, da livre concorrência.

Pesou essa palavra, não é? Tem pessoas que não gostam de concorrência no mercado. Querem tudo para si. Vocês fazem o preço que querem, prestam o serviço do jeito que querem, e a gente acaba refém. Eu não vou deixar o povo rondoniense ser refém. Eu estou aqui para defender os interesses do povo. Silvia, Presidente da Agero. Silvia, depois a gente vai ter que conversar.

Eu não sei qual foi a sua sabatina aqui nesta Casa, mas eu quero acreditar que você tem que defender os interesses do povo. E o povo está lá. São 1.800 taxistas, famílias que vivem disso. Há empresas, serviços diretos e indiretos prestados pelos translados para o aeroporto. O turismo em Rondônia já é quase inexistente.

E ainda não querem regulamentar o serviço de turismo? Alô? Que mundo a Agero está vivendo? Eu quero acreditar que o líder do governo, o chefe da Casa Civil, não tem nem noção que isso está acontecendo. Vamos partir da boa-fé. Mas, essa Casa tem que votar. A favor ou contra, tem que votar. E eu chamo a responsabilidade para mais uma outra questão. Me parece que os assuntos delicados e espinhosos, essa Casa vai ter que se debruçar.

E os Serviços de Concessão e Águas de Esgotos de Rondônia? O projeto do governo está terceirizando a água e o esgoto dos 52 municípios do Estado. Eu apresentei uma Emenda à Lei Complementar, e a minha sugestão é bem simples: os municípios que quiserem aderir a isso, que consultem a sua população, aprovem uma lei na Câmara de Vereadores e adentrem a esse sistema, essa microrregião. E adentrem a esse sistema, essa microrregião.

Bom, parece que o projeto foi guardado, não se discute mais isso.

Eu conversava agora há pouco, já tive uma conversa com o Deputado Marcelo Cruz, que estava com o pedido de vista, e ele falou: "Deputado Camargo, por mim, eu devolvo a vista. Não tenho mais dúvidas."

O Deputado Eyder Brasil acabou de conversar comigo e falou: "Deputado Camargo, eu também não tenho mais dúvidas. Posso devolver a vista?"

Falta conversar ainda com o Deputado Ismael Crispin. Por isso, peço ao Presidente desta Casa, ao Deputado Alex Redano, à Deputada Rosangela Donadon, caso esteja presidindo, e os meus nobres colegas, apoio do líder do governo, vamos votar. Mas qual é o problema? Vamos votar.

Agora, se o problema do governo é porque é uma Emenda do Deputado Camargo, deveriam olhar que é algo que beneficia o povo e restaura a autonomia dos municípios. Eu sei que, às vezes, a vaidade impede a gente de fazer o que é o correto. A gente está ali, quer fazer o correto, mas sabe aquela vaidadezinha, ali? A gente tem que votar.

Portanto, senhores, fiquem atentos. Lei da Agero. Alô, meus irmãos taxistas! Alô, meus irmãos taxistas, fiquem espertos. Eu vou avisar vocês: nós vamos lotar o plenário desta Casa. Já faço o convite em público para vocês. Nesta nação, somente se a população erguer a voz é que as coisas caminham.

Vamos mobilizar para que seja votado. Pessoal que usa o translado da van, pessoal do turismo. Vamos fazer que nem o pessoal da reserva que veio para cá para votar. Atenção prefeitos, pessoal que trabalha com águas, as concessionárias de Cacoal, Vilhena, Pimenta, Ariquemes – se for preciso, vamos mobilizar caravanas para encher esse Parlamento de

pessoas pedindo, votem!

O que não pode é ficar à mercê do destino. Eu não sou homem de me acovardar, e aquilo que for necessário que eu faça para defender o povo rondoniense, é assim que farei. Pois foi essa missão que os senhores me confiaram e que Deus me colocou aqui.

Muito Obrigado, Presidente.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) - Parabéns ao nosso Deputado Delegado Camargo.

Com a palavra, pelo prazo de cinco minutos, sem aparte, a ilustre Deputada Cláudia de Jesus.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Muito boa tarde a todos os senhores e senhoras que se fazem presente aqui nesse plenário, os visitantes, o Prefeito Gilmar, lá de Governador Jorge Teixeira, o Vereador Gelson, o Secretário Dall, enfim, a comitiva, sejam bem-vindos.

É um prazer enorme receber os nossos servidores aqui da Casa. Hoje a gente tem um projeto importante para ser votado e a gente está aqui para isso, para poder também garantir direitos, cumprimentar todos os servidores, todos os deputados e deputadas aqui dessa casa.

E hoje eu venho nessa tribuna, senhora Presidente, os deputados e deputadas, para falar sobre esse acontecimento, esse pesar sobre o falecimento do nosso Papa. E hoje eu subo nessa tribuna com um coração triste para lamentar a perda de uma figura que marcou a história da humanidade. Com sua simplicidade, humildade e compromisso com os mais necessitados.

O Papa Francisco, um líder religioso que não se limitou às palavras, mas que, com gestos concretos, sempre defendeu os pobres, os marginalizados e aqueles que mais sofrem. Sua vida foi um testemunho de solidariedade, amor ao próximo e dedicação à justiça social.

É justamente nesse momento de reflexão que reafirmo aqui o compromisso que nós, políticos e lideranças, devemos ter com o povo. Somos escolhidos para servir, para ouvir, para agir. Não podemos permitir que o poder nos afaste de nossa essência, que é cuidar das pessoas, principalmente daqueles que mais precisam. A política precisa ser ponte e não muro, precisa ser esperança e não desilusão.

Hoje, mais do que nunca, o exemplo deixado por esse grande líder religioso deve nos inspirar a construir uma sociedade mais justa, humana e solidária, que possamos aprender a enxergar o outro com mais empatia, que possamos usar nossos mandatos e posições para defender direitos, garantir dignidade e promover oportunidade.

Em nome do povo de Rondônia, deixo aqui a nossa homenagem a Papa Francisco e a nossa gratidão pelo seu exemplo e ensinamento. É uma grande perda, eu como católica, cristã, a gente sente muito, mas Papa Francisco deixa o seu legado. E nesse momento, a gente pede a Deus que receba na sua infinita glória alguém

que deixou muito ensinamento nesse mundo.

Eu peço, Senhora Presidente, que a gente possa fazer um minuto de silêncio em homenagem ao nosso querido Papa, que já não está mais entre nós.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Solicito um minuto de silêncio.

(Faz-se um minuto de silêncio pelo falecimento do Papa Francisco)

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Obrigada. Gostaria também de registrar, Senhora Presidente, o falecimento da dona Ana Maria Ramos, uma grande ativista do movimento negro, uma grande mulher de luta, dedicada, uma mulher que sempre se dedicou a ajudar as pessoas. Infelizmente, hoje nós recebemos também a triste notícia da sua partida. Que Deus possa lhe receber. E o seu legado fica para todos nós, quem conheceu a Ana Maria, os seus ensinamentos, a pessoa que ela sempre foi, a mulher exemplar.

São momentos difíceis, momentos tristes, mas é importante a gente reconhecer essas pessoas que passaram e cumpriram a sua missão com maestria nesse mundo terreno, e que deixa um legado de grades ensinamentos.

Eu também gostaria, Senhora Presidente, de registrar aqui, agora vindo pra um momento de mais alegria, esse final de semana nosso Município de Ji-Paraná, onde eu resido, nós tivemos a grande honra de sediar a primeira Corrida Internacional aqui do Estado de Rondônia Marco Zero.

E eu não poderia deixar de vir aqui nessa tribuna parabenizar a organização da Corrida Marco Zero, que foi feita pelo CDL, a Câmara de Dirigentes Lojistas, na presidência do Elias, e toda a sua equipe do CDL, a sua diretoria. Foi um evento magnífico, mais de 3.500 pessoas participaram da corrida. A nossa cidade ficou em festa, muito movimentada.

Recebemos mais de 50 atletas de elite que participaram dessa corrida. Então, foi fantástico. Ficamos muito felizes, porque a gente sabe que o desafio do nosso Estado, dos nossos municípios, é, de fato, também fazer esse desenvolvimento local, fazer atividades, eventos, que a gente possamos trazer a população para participar.

E nós quebramos todos os recordes lá com esse evento, porque tivemos de fato uma participação massiva da sociedade, não só de Ji-Paraná, mas do Estado de Rondônia, de outros Estados, mas também outros países tiveram presente com a gente. Foi um momento ímpar para Ji-Paraná.

E aí, mais uma vez, eu registro aqui, parabéns à equipe do CDL, ao Presidente Elias, a toda a sua diretoria e a todos que contribuíram de uma forma e outra e fez com que esse evento fosse magnífico. Nós destinamos uma Emenda também para contribuir. O Deputado Nim Barroso ajudou, o Deputado Laerte Gomes ajudou,

o nosso Presidente Alex Redano também ajudou. Então, foi um evento muito bonito e eu não poderia deixar de registrar isso daqui.

Também gostaria de dizer aqueles que nos acompanham e que também, nesses últimos dias, nos procuraram, nós recebemos, na semana passada, a informação do gabinete da Presidência da República sobre a vinda do Presidente Lula aqui no Estado de Rondônia. Para nós que acompanhamos, para nós que fazemos política com responsabilidade e que entendemos a importância dos recursos públicos chegarem aqui, de obras que precisam ser concretizadas, seria um momento ímpar para a gente receber o Presidente, até porque a vinda dele seria para, de fato, fazer entregas, assinar convênios, um momento importante para Rondônia.

Nós estávamos nos organizando com várias caravanas, a população iria se fazer presente, porém, diante ao fato acontecido, a morte do nosso Papa, o Presidente Lula não virá a Rondônia na quinta-feira. Mas, nós estamos nos articulando para que ele venha em Rondônia. O Presidente Lula tem contribuído muito com o desenvolvimento do nosso Estado através de recursos, para construção de casas, para vários programas institucionais.

E a gente tem que reconhecer que muitos podem fazer cara feia, não gostar, não tem problema. O nosso papel aqui, quem é gestor público, é, sobretudo, ter a capacidade de olhar o ser humano antes de sermos políticos, de termos partidos ou religião nós somos seres humanos. E o Presidente Lula tem feito um trabalho importante no nosso país e nós aguardamos, sim, com muita ansiedade, a sua vinda em Rondônia. Porque, como deputada estadual, eu tenho levado o clamor do povo de Rondônia ao Presidente da República, aos seus Ministérios, Ministério da Saúde.

Nesse momento, nós pleiteamos projetos importantes para Rondônia. Maternidades para atender a Macrorregião 1 e a Macrorregião 2, policlínica lá para o Município de Ji-Paraná para atender a região central. Nós não brincamos de trabalhar. Política é sinônimo de muita responsabilidade. E qualquer político que esteja nesses espaços de poder têm que ter responsabilidade com o povo.

Então, quero anunciar a todos que foi cancelada, mas que nós iremos continuar trabalhando esse projeto que é importante para Rondônia, porque temos muitas obras a serem anunciadas.

Quero também, Presidente, aqui dizer que, na última semana, nós estivemos lá no Município de Jaru, no Distrito de Tarilândia para fazer uma entrega importante para agrícola familiar. Nós recebemos uma reivindicação importante de um grupo de feirantes lá de Tarilândia, do MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores da Agricultura Familiar, que trabalham, que produzem alimentos, que têm mulheres envolvidas, mulheres empreendedoras, homens e mulheres que lutam, que produzem alimento para sustentar o povo que está na cidade, para sustentar a gente que precisa desse alimento.

E eles já fazem essa feirinha há muito tempo lá

e precisavam de alguns equipamentos para poder melhorar, para poder, de fato, vender a sua produção agrícola. E, através dessa solicitação, com a nossa responsabilidade, com o comprometimento do nosso mandato, nós destinamos a Emenda parlamentar e fomos fazer essa entrega, que para nós foi muito importante.

Esse é o objetivo do nosso mandato, é, de fato, contribuir com o desenvolvimento do Estado de Rondônia, especialmente sobre uma pauta que é tão justa. O produtor, homem, mulher que produz, o que ele quer, de fato, é vender a sua produção, é viver com dignidade no campo.

Nós estamos aqui para somar nesse processo. Eu não poderia deixar de vir nessa tribuna e não registrar esse momento ímpar no qual a gente viveu, no qual a gente acompanhou a execução de um orçamento público e que foi tão bem aplicado, que, com certeza, vai contribuir muito com aquela população. Meu Muito obrigada, Senhora Presidente.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) - Parabéns à Deputada Cláudia de Jesus, pelo belíssimo trabalho, pelo comprometimento que tem com a nossa população do Estado de Rondônia.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Questão de ordem, Presidente.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Sim.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Olha, Senhora Presidente, eu tomei conhecimento agora que o Presidente desistiu. Logo agora que o povo de Rondônia estava quase acreditando que ele lembrava que Rondônia existia aqui. Mas deve ser difícil, não é, abrir mão lá do conforto da companheirada dos palácios e transitar pela BR-364 toda esburacada. Deve ser difícil, não é, vir na caravana da mentira que quando vieram prometendo uma ponte binacional, em Guajará-Mirim, que até hoje não tem sequer um pedaço de brita tem lá.

Então, a gente entende, deve ser bem complicado encarar a realidade que o próprio governo petista ajudou a construir, desconstruindo a nossa nação. Obrigada, Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Pela ordem, Senhora Presidente.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Primeiro, Deputado Rodrigo Camargo, a gente não precisa vir aqui mentir, porque eu não sou mulher para isso. E outra, eu represento um partido no qual eu tenho uma história de vida. E eu trato política com responsabilidade. Todas as vezes que eu dialoguei com esse governo, sempre fui tratada com muito respeito, e em Rondônia, nós temos muitas

obras e muitas coisas boas feitas pelo Presidente Lula.

O meu Presidente estava vindo, sim, para Rondônia, mas com a mão cheia. Ele não estava vindo para fazer motociata. E ele não veio aqui por uma causa muito nobre, pela partida do nosso Papa. O senhor, como católico, como cristão, o senhor deveria respeitar o Presidente. Ele é um ser humano como o senhor. Antes de ser o Presidente da República ele é um ser humano. Se o senhor é um verdadeiro cristão, o senhor precisa respeitar as pessoas. E gostaria que o senhor me respeitasse, porque o Presidente iria vir, sim, aqui em Rondônia, e ele tem o respeito pelo povo que estava organizando a vinda dele a Rondônia.

Então, o que o senhor está falando não passa de balela e querendo fazer palco político aqui nesse plenário.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Presidente, como eu fui citado, se a Vossa Excelência me permite, em momento algum eu dirigi a minha fala a minha colega de Parlamento Deputada Cláudia. A respeito muito como mulher, como líder de um partido de esquerda, a respeito muito. E, de fato, há um abismo de diferença ideológica entre nós. Mas, em momento algum, alterei a minha voz ou me dirigi à Vossa Excelência para tratar, diferente dos ataques pessoais que Vossa Excelência me faz, dizendo de balela, dizendo que eu não sou cristão, ou algo nesse sentido.

Mas eu já exerço o meu exercício de cristão por lhe perdoar. Está perdoada. Fique em paz.

Mas, veja, em momento algum, repito, alterei o tom de voz para a Vossa Excelência ou sequer mencionei o nome de Vossa Excelência. Mas eu compreendo que, quando a gente perde o debate, o ataque vem para a pessoa. Faltam argumentos e se torna pessoal, coisa que jamais farei em relação à Vossa Excelência, na qual, repito, respeito por ser a líder de um partido de esquerda e eu estar num espectro político de direita. Dito isso, muito obrigado, Presidente.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) - Com a palavra.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Presidente, pela ordem. Deputado Rodrigo Camargo, aqui nessa Casa só tem uma deputada do Partido dos Trabalhadores. Eu também não tenho nada contra a sua pessoa, mas o senhor tem um preconceito, sabe? E o senhor precisa entender que, para estar nesse Parlamento, antes de qualquer coisa, a gente tem que respeitar as pessoas, independentemente de onde elas estejam, se elas estão na esquerda, na direita, se elas são pobres, ricas, negras, brancas, o que for, a gente precisa respeitar as pessoas, sabe?

E na minha caminhada política, eu aprendi a respeitar as pessoas. E quando eu falo, sim, alterado é porque eu fico indignada de ver homens, machos, que sempre tratam a gente dessa forma. Se fosse um macho que estivesse aqui, o senhor não estaria me tratando dessa forma. E o senhor sempre procura falar

dessa forma.

Sempre desqualificando o meu partido, sempre desqualificando o espaço que eu estou. Eu estou aqui há mais de 20 anos da minha vida, nesse partido. Eu nunca fiquei pulando de galho em galho, porque eu tenho um lado, eu sei onde eu quero chegar, entendeu? Então, acho que assim, a gente fica indignado mesmo, porque sempre são os seus ataques. E aí, quando o senhor ataca o Partido dos Trabalhadores, o senhor está atacando muitos trabalhadores, pessoas dignas, justas, e que o senhor precisa respeitar, porque querendo ou não, o senhor não é deputado do seu partido. O senhor é deputado do Estado de Rondônia e o senhor tem que representar a todos os rondonienses.

Então, o senhor precisa respeitar a todos e todas, inclusive eu como mulher e como petista. O senhor não pode falar dessa forma do partido de esquerda. O senhor não pode falar dessa forma do Presidente da República que foi eleito pelo povo.

Então, é isso. A minha indignação é sobre a forma que o senhor sempre trata as questões aqui relacionadas ao meu partido, o meu partido tem 45 anos que escreve história nesse país e que já governou esse país por cinco mandatos. A gente teve presidente. Então, é fato que tem que se espumar o canto da boca mesmo, porque a gente trabalha. Quando nós estamos no governo, a gente trabalha muito pela população brasileira.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado, Presidente. Só para refutar os ataques pessoais a mim dirigidos. E quando a gente, só lembrando, tá? Petrolão, mensalão, os maiores escândalos de corrupção da história desse país pertencem aos governos do PT.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) - Eu peço aos colegas que vamos dar continuidade aqui à fala, com a palavra, pelo prazo de cinco minutos, sem aparte, à ilustre Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Boa tarde a todos que nos acompanham, tanto no plenário como nas redes sociais. Primeiramente, eu quero parabenizar o nosso Presidente da Casa, Deputado Alex Redano, por ter finalmente pautado o projeto dos servidores aqui presentes.

O SR. ALEX REDANO – Deputada Taíssa, só um a parte. E nesse exato momento, quero falar que também a pedido de todos os parlamentares.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Eu vou complementar.

O SR. ALEX REDANO – Estou aqui assinando nesse momento, o Projeto de Resolução da Revisão Geral dos Servidores que estão na Casa. Por favor.

A SRA. DRA. TAÍSSA – E eu ia complementar, justamente isso, política se faz cuidando primeiro de Casa. Aqui na Assembleia todos os dias a gente discute pautas de secretarias, de servidores de várias Secreta-

rias, e nada mais justo de a gente discutir a pauta da nossa Casa, dos servidores da Assembleia. Isso eu não posso deixar de parabenizar a todos.

Aproveito, porque eu tenho certeza que vai ser unânime a questão do voto favorável, porque não tem coisa melhor do que para um servidor o reconhecimento. Existem dois tipos de reconhecimento na vida. Reconhecimento de gratidão pelo seu trabalho, pelo seu esforço, pela sua dedicação e o reconhecimento remuneratório, que faz com que aquele servidor possa levar mais o arroz, mais o feijão, pagar a conta de energia com mais tranquilidade. E aqui eu aproveito, eu falei em nome do nosso Presidente, mas de todos os parlamentares, parabéns a todos e que logo, logo seja aprovado o realinhamento dessa questão salarial, porque os servidores dessa Casa fazem um trabalho exemplar.

Foi falado por diversos parlamentares aqui a questão do nosso Papa, sou católica, e não poderia deixar de exaltar um trabalho excepcional, uma vida dedicada à fé, à oração. O nosso Papa, no momento que todo mundo, na pandemia, estava fora das igrejas, ele se dirigiu para orar, para pedir que Deus pudesse abençoar as famílias, as casas e que a pandemia passasse. E quantas pessoas, infelizmente, nós perdemos nessa pandemia.

Só que, senhores, existe a pandemia do Covid, sim. Existiu e a gente passou por muitos problemas. Mas existe a pandemia que ninguém se fala. A pandemia que se agora a gente sair em diligência, todos os parlamentares daqui, e for lá no João Paulo, não vai faltar paciente para ser atendido.

E aqui eu faço um apelo. Hoje eu recebi, Deputado Jean, no meu celular, uma mãe, uma mãe não, uma esposa, Andressa, lá do Distrito Nova Dimensão, lá de uma padaria, pedindo encarecidamente, pelo amor de Deus, que o marido dela pudesse fazer a cirurgia. E imediatamente eu liguei para o Secretário de saúde. Ele me falou o seguinte: "Deputada, nós estamos com um problema muito sério dentro do Estado". O contrato com os neurologistas encerra hoje e eles não têm interesse de continuar.

É livre o empresariado se entender que não é mais favorável ou não a contratação, ele simplesmente não aceita continuar com o contrato. Só que, senhores, nós estamos hoje, neste momento, com 20 pacientes dentro do João Paulo II, precisando imediatamente da cirurgia de neurologia e nós não temos nenhuma empresa contratada para fazer essas cirurgias. E pasme, a esposa, a dona Andressa, ela falou assim: "Deputada, eu vou tentar conseguir emprestado os R\$ 100 mil que custa no particular."

E aí eu faço a pergunta para os senhores: quanto vale uma vida? Nem todo mundo tem esse dinheiro. E eu liguei quase chorando, porque eu sei, eu vim de família humilde, eu sei o que é não ter dinheiro para fazer uma cirurgia. Eu sei o que você vender o que você não tem para você fazer uma cirurgia. E aí eu faço um apelo aos neurologistas do nosso Estado, pelo amor de Deus,

não deixe o nosso povo morrer.

Eu sei que todo mundo precisa receber, eu sei que muitas vezes essa questão contratual não é fácil, mas as pessoas do nosso Estado não podem pagar o preço por falta de questões administrativas que a gente tem que resolver. E a Assembleia está aqui, com total apoio. A gente pode sentar, fazer interlocução junto com a Secretaria de Saúde, mas a nossa população morrer ou simplesmente vender o pouco que tem é que não dá. R\$ 100 mil uma cirurgia. E sabe Deus quando essa esposa vai poder ter esse recurso para poder fazer.

E aí, senhores, se falou bastante da pandemia, todo mundo falou, mas nós temos uma outra pandemia escancarada onde diversas pessoas morrem dentro do nosso Estado, porque não tem o dinheiro para fazer no particular. Por isso que é tão importante o trabalho parlamentar, Deputado Alex, de estarmos ali fazendo diligência, sairmos dos nossos gabinetes e todo mundo lá para o João Paulo, porque eu tenho certeza que quanto mais fiscalização tiver, melhor a prestação de serviço nós vamos ter.

A gente tem que ter responsabilidade social com o nosso povo e aí eu reforço um pedido a Sesau, aos neurologistas do Estado, nós temos um índice baixíssimo de especialista dentro do nosso Estado. A maioria dos especialistas do nosso Estado estão indo embora, porque o salário é baixo, o salário chega a ser até vergonhoso porque hoje fazem comparação e outras categorias falam "meu Deus", acaba não sendo vantajoso.

Aí muita gente vai pegar esse corte da minha fala e vai falar, a deputada está falando que médico ganha pouco e médico não ganha. Ganha sim, pouco, se você comparar com outros Estados. O salário inicial de um médico aqui dentro do nosso Estado é de R\$ 6 mil e poucos, sendo que muitas vezes, para ele poder fazer especialização, tem que praticamente parar de trabalhar e só estudar. E nem todo mundo tem condições disso.

É um privilégio para alguns só estudar. A maioria das pessoas e a maioria dos rondonienses trabalham o dia inteiro para estudar à noite, essa é a realidade.

E finalizando a minha fala, eu peço, aqui é um pedido, é praticamente uma humilhação. Estou pedindo encarecidamente sensibilidade. Eu sei que não está fácil, mas, pelo amor de Deus, não deixe esses 20 pacientes que hoje estão no João Paulo, na fila, não fazer a cirurgia. Pelo amor de Deus, não deixe as pessoas vender o que não tem para poder fazer uma cirurgia. Não deixe os nossos rondonienses morrerem. Muito obrigado.

(Às 16 horas e 26 minutos, a Senhora Rosângela Donadon passa a presidência ao Senhor Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns, Deputada Dr^a Taíssa, pelas suas palavras, pela sua luta.

Eu quero aqui aproveitar que estão aqui os nossos servidores presentes, em nome do Mirim, nosso Presidente, cumprimentar a todos vocês. Eu quero enaltecer aqui o nosso primeiro Secretário, Deputado Alan

Queiroz, que eu o designei para fazer todas as tratativas e ele, com maestria, soube conduzir muito bem. Então, parabéns, meu amigo.

E eu acho que hoje a gente faz história, não é? Acho que vai ser o maior percentual de todos os tempos. É de coração e é merecido.

Quem está on-line, por favor?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Questão de ordem, Deputado Cirone Deiró, Presidente Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com certeza. Com a palavra, nobre Deputado Cirone Deiró. Já vou colocar você como inscrito nas Breves Comunicações. Com a palavra, Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Presidente, boa tarde ao senhor, aos colegas deputados que estão trabalhando de forma presencial, aos que estão trabalhando de forma remota. Mas nesta terça-feira eu não poderia deixar de falar sobre a morte do Papa Francisco. É uma pessoa que, com a sua humildade, com o seu diálogo inter-religioso e com seu trabalho frente à comunidade católica do mundo inteiro, fez um grande trabalho. De todas as maneiras, sempre incentivando, procurando tratar e sempre em defesa das pessoas com vulnerabilidade, como as pessoas marginalizadas pelo mundo afora.

Então, o Papa Francisco sempre ergueu a sua voz em defesa dessas minorias, dessas pessoas que realmente precisam desse acolhimento e desse apoio das nossas nações, dos nossos presidentes, do mundo fora. O Papa Francisco sempre procurou estar ao lado da população, sempre em defesa dessas pessoas, independente da sua cor, da sua religião, do país que fosse.

Nós tivemos ontem a perda do Papa Francisco, e aí eu quero aqui, em nome do povo rondoniense, do povo católico aqui do Estado de Rondônia, que tem essa perda nessa segunda-feira, dizer do nosso sentimento de ter uma pessoa que fez grande defesa, um grande homem, sempre em defesa dessa população e sempre levando o nome de Cristo à frente. Fica o nosso reconhecimento pelo excelente e grandioso trabalho do Papa Francisco feito no mundo afora.

Então, só para reconhecer o trabalho do Papa e dizer que perdemos um grande defensor da população vulnerável aqui do nosso mundo. Só deixar essas palavras de reconhecimento da importância de pessoas que realmente fazem a diferença na vida de cada um ser humano aqui em nosso mundo.

Era só isso, como minhas palavras. E desejo aí aos nossos servidores que esse projeto hoje seja votado. É uma brigada grande da categoria, mas os 24 deputados sempre em defesa. E o senhor, como um Presidente sempre muito sensível, está pautando hoje esse projeto aí em reconhecimento ao trabalho dos nossos servidores da Casa do Povo. Um abraço, Presidente.

Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado pelas palavras, Deputado Cirone.

Quero aqui salientar mais uma vez que essa revisão, esse percentual, foi um pedido de todos os 24 deputados, sem exceção, todos os deputados fizeram esse pedido e pediram a pauta.

Com a palavra meu companheiro de cidade, meu companheiro de partido Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Obrigado, Presidente, sempre muito gentil Vossa Excelência.

Presidente, eu gostaria apenas de fazer o registro público aqui da presença nas galerias que muito nos alegra, a presença do Vereador Dr. Gilber desta capital, acompanhado do Leo, do seu escudeiro, o Caíque. Seja muito bem vindo Gilber, aqui nesta Casa. Seu trabalho de grande relevância, sempre atendendo aos anseios da comunidade porto-velhense. Um homem que tenho visto sua dedicação no mandato e parabéns pelo trabalho que você está fazendo não apenas junto à população, mais também por estar integrando um partido verdadeiramente de direita ou partido liberal. Seja muito bem-vindo e conte comigo com o que for preciso aqui na Assembleia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS – Presidente, questão de ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com a palavra, a nobre Deputada Cláudia de Jesus.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS – Eu quero também fazer um cumprimento especial aqui ao vereador Welinton Fonseca (Negão), lá do meu Município de Ji-Paraná, que está ali também na plateia. Seja bem-vindo, parabéns pelo seu trabalho. E seguimos juntos lutando pela nossa cidade lá de Ji-Paraná, mas agora nós estamos em um compromisso maior por aqui também. Vereador Negão também, nós somos vereadores juntos lá em Ji-Paraná, e ele continua a sua missão. Parabéns pelo trabalho, vereador.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Quero cumprimentar também meu amigo Negão. Seja bem-vindo, meu irmão, está em casa. E quero aproveitar, Deputada Cláudia, quero agradecer a recepção em Ji-paraná. Estive sábado à noite e domingo em Ji-Paraná. E quero agradecer minha amiga, Deputada Cláudia, pela recepção, meu querido amigo Deputado Nim, o Prefeito Affonso, todos os demais amigos que nos receberam.

E eu quero, de forma especial, parabenizar meu amigo Elias, presidente da CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas). Ele fez história, Ji-Paraná fez história domingo de manhã. Uma corrida internacional, mais de três mil atletas correndo, atletas de todo o Estado de Rondônia. E olha, maravilhoso. Organização impecável, impecável a premiação maior do que a corrida de São Silvestre.

Então, nós rondoniense estamos orgulhosos de elevar o nome de Ji-Paraná, elevar o nome de Rondônia para todo o país e colocar também no circuito mundial de atletismo.

Então, parabéns a todos os organizadores da Corrida Marco Zero. Tenho certeza que será a primeira de muitos e muitos eventos desse porte. Então, parabéns a todos os envolvidos. Mais uma vez, obrigado pelo carinho de todos, em especial ao meu Vereador Márcio Freitas, a quem nos recepcionou muito bem. Tive o privilégio de fazer inúmeras visitas. Estou muito feliz mesmo dessa parceria com o Vereador Márcio Freitas e principalmente pela recepção calorosa da população de Ji-Paraná. Muito obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Presidente, me permite fazer um registro breve aqui?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com certeza. A palavra com o nobre Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Estamos no ofício aqui com muita satisfação do Instituto Kadosh de Rondônia, para fazer aqui um destaque em plenário da passagem do aniversário de 90 anos da professora economista, ex-Emater/RO, professora Valmyr Lopes Ladeira, que tem um trabalho prestado ao Estado de Rondônia, especialmente a nossa capital, na sua academia de yoga, Yoga Nanda, na Avenida Pinheiro Machado, que hoje leva os conhecimentos milenares orientais e exercícios de alimentação natural para mais de mil alunos.

Então, quero fazer esse registro dessa data importante para essa pessoa tão querida que presta esse serviço, com seu conhecimento, ao Estado de Rondônia, especialmente à nossa cidade, Porto Velho. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Alan. Algum deputado gostaria de fazer uso da palavra? Não havendo, encerradas as Breves Comunicações. Passemos ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos. Algum deputado gostaria de se inscrever para a fala no Grande Expediente? Encerrado o Grande Expediente. Passemos à Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Procede à leitura das Proposições recebidas, a seguir:

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização hasteamento da bandeira à meio mastro, um minuto de silêncio e Luto oficial, pelo período de sete (07) dias em sinal de reverência em razão do falecimento do Papa Francisco, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à humanidade e ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Re-

quer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, extensivo ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania — SESDEC e ao Comando da Polícia e Bombeiro Militar, informação acerca da previsão de concurso público em provimento de vagas para o cargo de soldado da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO DEPUTADO LUIS DO HOSPITAL. Dispõe sobre o Programa de Parceria Público-Privada — PPP no âmbito da Administração Pública do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO CÁSSIO GOIS. Institui a Política Estadual de Incentivo à Produção de Açaí de Qualidade no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Institui a Política Estadual de Combate às Fraudes Digitais e aos Crimes Cibernéticos no Estado de Rondônia e dá outras providências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de Sessão Solene para a outorga de Honraria aos representantes da Academia de Jiu-Jitsu e da Família Márcio Frank, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Medalha de Mérito Legislativo à Senhora Doutora Camilla Holanda Mendes da Rocha, Procuradora do Trabalho da Procuradoria do Trabalho da 14ª Região e Coordenadora da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONAETE), por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Doutor Carlos Alberto Lopes de Oliveira, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região e Coordenador do Grupo Especial de Atuação Trabalhista (GAET), por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Doutor Jaime Fiomaro dos Santos Neto, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Doutor Igor Sousa Gonçalves, Procurador do Trabalho e Coordenador de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Doutor Lucas Barbosa Brum, Vice-Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, por sua trajetória e por seus relevantes serviços

prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer à Mesa Diretora que seja concedido Voto de Louvor aos colaboradores da Missão Marcelina em Rondônia, pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975-2025), de serviços prestados em saúde, educação, assistência social e evangelização à população rondoniense.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações sobre o projeto de aditivo proposto pela Medial Brasil sobre procedimento de hemodiálise no Hospital Regional Dr. Júlio Péres Antelo em Guajará-Mirim/RO.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, solicitação de informações a respeito da quadra da escola Cívico Militar Irmã Maria Celeste, localizada em Guajará-Mirim.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, informações referentes ao andamento das tratativas de regularização dos números emergências 190 e 193, em Guajará-Mirim.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações sobre o projeto de aditivo proposto pela Medial Brasil sobre procedimento de hemodiálise no Hospital Regional Dr. Júlio Péres Antelo em Guajará-Mirim/RO.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito à Irmã Lina Maria Ambiel da missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975-2025) de existência em Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede Medalha do Mérito Legislativo à Missão Marcelina em Rondônia pelos 50 anos (1975/2025), de existência em Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede, como homenagem póstuma, a Medalha do Mérito Legislativo à Irmã Rosa Gambella da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025) de existência em Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede Medalha do Mérito Legislativo à Irmã Eunice Camilo Ageiar da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025) de existência em Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede, como homenagem, a Medalha do Mérito Legislativo à Irmã Maria de Lourdes Javaro da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025), de existência em Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Irmã Ubilina Scarioto da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025) de existência em Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Irmã Cláudia Greco da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025) de existência em Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Irmã Carmen Baseggio da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025) de existência em Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer à Mesa Diretora que seja concedido Voto de Louvor aos colaboradores da Missão Marcelina em Rondônia, pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975-2025), de serviços prestados em saúde.

Lidos, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, nobre Deputado Alan Queiroz.

Solicito ao Senhor Secretário proceder a leitura das matérias a serem apreciadas, iniciando pelos Requerimentos Legislativos que serão lidos e apreciados em bloco.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de Sessão Solene para a outorga de Honraria aos representantes da Academia de Jiu-Jitsu e da Família Márcio Frank, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer à Mesa Diretora que seja concedido Voto de Louvor aos colaboradores da Missão Marcelina em Rondônia, pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975-2025), de serviços prestados em saúde, educação, assistência social e evangelização à população rondoniense.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer à Mesa Diretora que seja concedido Voto de Louvor aos colaboradores da Missão Marcelina em Rondônia, pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975-2025), de serviços prestados em saúde.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Senhores, alguém para discutir os Requerimentos? Não havendo, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários de manifestem. **Aprovados os Requerimentos, em bloco. Vão ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização hasteamento da bandeira à meio mastro, um minuto de silêncio e Luto oficial, pelo período de sete (07) dias em sinal de reverência em razão do falecimento do Papa Francisco, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à humanidade e ao Estado de Rondônia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero aqui parabenizar o Deputado Delegado Camargo pela inicia-

tiva e muito justo esse reconhecimento e com certeza será aprovado. O Papa Francisco era um Papa diferente, um Papa muito próximo à população. Eu acompanhei sempre os discursos dele, acompanhei as ideologias, então realmente, foi um Papa que deixou um grande legado. Então, mais do que justo e merecido essa homenagem. Parabéns, Delegado Camargo e aos demais deputados.

Alguém para discutir o Requerimento? Não havendo, vamos à votação. Deputados favoráveis, permaneçam como estão. Os contrários, se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 125/2025 DA MESA DIRETORA. Concede revisão anual aos servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e altera a tabela VI do Anexo III da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013.

Precisa de parecer, nobre Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Esse projeto aqui é dos servidores, gente. Quero convidar aqui o nobre Deputado Alan Queiroz para ser o relator desse importante projeto. Lembrando sempre a todos que estão on-line que a votação nominal, o pessoal que acompanha pelos gabinetes, os chefes de gabinete, já deixem todos os deputados atentos para a votação nominal. Com a palavra, o nobre Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ - Excelentíssimo Senhor Presidente dessa Casa, nobre parceiro e amigo, Deputado Alex Redano. Quero aqui, Presidente, de público, agradecer Vossa Excelência de nos conceder a honrosa missão de relatar esse projeto e também de ter participado de algumas reuniões representando Vossa Excelência. Em todos os momentos que nós trouxemos, que foi discutido, sempre Vossa Excelência foi muito aberto, muito participativo e preocupado com a condição do nosso servidor de achar o melhor, de achar o equilíbrio.

E, nesse sentido, esse projeto visa atender a todos os servidores. Todas as categorias, de forma geral, serão atendidas com essa recomposição e essa revisão anual dos nossos servidores. Antes de entrar de fato no parecer, quero também cumprimentar todos os deputados que sempre perguntavam como estava a tratativa, o andamento do projeto e todos tiveram participação importante na elaboração e na condução para que chegasse a esse momento da votação. Em especial aqui quero cumprimentar também o Mirim, o Presidente do sindicato que vem representando de forma muito participativa, muito presente.

Todos os nossos servidores que aqui estão, os que estão na ativa, os que estão de forma inativa, mas que têm uma importância muito grande para esse Parlamento. Esse Parlamento só está da forma que está devido ao valoroso trabalho de todos vocês, servidores da Casa. Então, a gente externa a nossa gratidão a todo

o trabalho desenvolvido por vossas senhorias, em prol das nossas ações nesse Parlamento Estadual.

Quero aqui, Senhor Presidente, de forma direta, a Vossa Excelência. Vossa Excelência que esteve aqui há poucos dias encaminhado para a aprovação da Assembleia Legislativa, também a recomposição e a revisão de servidores de outros Poderes. E quando Vossa Excelência apresenta hoje aqui algo inédito, um marco para essa Casa, para a história de Vossa Excelência, que todas as vezes que esteve sentado à presidência, sempre foi um Presidente atento e preocupado com os nossos servidores. Eu quero lhe parabenizar por alcançar esse alto índice apresentado aqui.

Será concedido, agora, já no primeiro momento, um percentual de 4,84% e, a partir de 01 de outubro de 2025, mais 4.84% chegando quase à casa de 10% de revisão anual a todos os nossos servidores. Quero lhe parabenizar, Presidente, pois está fazendo história. Não é à toa que Vossa Excelência teve e tem, de todos os deputados dessa Casa, toda a confiança depositada em Vossa Excelência nos representando nesse Parlamento, e toda a Mesa Diretora.

Meus cumprimentos aqui a Deputada Rosangela Donadon, ao Deputado Laerte, também ao Deputado Edevaldo, o Deputado Cássio, todos os membros da Mesa Diretora que também sempre estiveram acompanhando e pedindo a rapidez para que esse projeto viesse à Casa.

E dizer a todos os nossos servidores que temos muitas categorias que estão ansiosas também por outras tratativas, outras melhorias. Mas, a gente deu a prioridade necessária porque nessa peça, nós podemos contemplar a todos, sem distinção.

E agora nós temos a oportunidade, e após também, votarmos aqui o projeto que a gente vai incentivar, mais uma vez, o PAI, que é o Plano de Aposentadoria Incentivada, pela Casa e de forma histórica também, em que o nosso Presidente concede ainda um vencimento a mais do que todos os outros, dois? Dois, Presidente? Dois vencimentos a mais do que todos os outros Presidentes que passaram apresentaram como forma de incentivo.

Então, será realmente algo histórico. Os nossos servidores que estão próximos de buscar sua aposentadoria honrosa e digna, que terão esse benefício a mais. E dizer que utilizem dessa mensagem, dessa proposta do nosso Presidente, porque dificilmente haverá uma outra condição tão boa, tão atrativa quanto essa.

Então, quero aqui, Presidente, mais uma vez, parabenizar Vossa Excelência, todos os nossos deputados, todos os nossos servidores. Eu, como relator do Projeto de Lei Complementar 125/2025, de autoria da Mesa Diretora, que "Concede revisão anual aos servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e altera a tabela VI do Anexo III da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013."

Tem o nosso parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

E, antes de finalizar, Senhor Presidente, eu não posso deixar de fazer o registro e o nosso agradecimen-

to também ao nosso Secretário-Geral, o nosso Secretário Arildo, que também, juntamente com a equipe técnica da nossa Assembleia Legislativa, tanto financeiro, Recursos Humanos, fizeram um trabalho magnífico para que a gente pudesse ter a oportunidade de apresentar esse projeto, hoje, em plenário.

Obrigado, Senhor Presidente, uma boa tarde a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Deputado Alan Queiroz. Obrigado pelas palavras. Fico muito honrado com as suas palavras, meu irmão.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência) - Uma questão de ordem, Presidente, Deputado Luizinho.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Questão de ordem ao Deputado Luizinho Goebel. É para a discussão do parecer. Com a palavra para a discussão do parecer, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) - Presidente, registra a minha presença, Deputado Marcelo Cruz.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência) - Presidente, na verdade, eu ia falar sobre o projeto, mas como já entramos na questão de ordem, só queria parabenizar o senhor, nosso Presidente Alex Redano, a Mesa Diretora, a Secretaria-Geral e a equipe que trabalhou nesse projeto. E sou muito grato, Presidente, que graças a Deus eu tenho uma relação muito estreita, muito boa com todos os servidores, por tantos anos que eu estou aí na Casa.

E eu acho que isso é a forma de a gente retribuir a dedicação, a competência, o comprometimento para com todos esses nossos valorosos servidores. Então, minha gratidão ao Presidente, à Mesa Diretora, a todos que trabalharam nesse projeto. E me sinto feliz em poder, através do meu voto, também aprovar esse reconhecimento aos nossos valorosos servidores. Que Deus abençoe a todos. Muito obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Luizinho, parabéns. O Deputado Luizinho está sempre também cobrando a valorização dos servidores. Como disse, Deputado Luizinho, esse não é um projeto do Deputado Alex Redano, é um projeto dos 24 deputados.

Parabéns pela união de todos os deputados nessas pautas importantes. Parabéns aos servidores pela conquista e pelo reconhecimento.

Mais algum deputado gostaria de discutir o parecer? Não havendo, vamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Vamos agora à votação do Projeto de Lei Complementar 125/2025. Lembrando sempre, meus amigos,

é votação nominal. Convido o Deputado Alan Queiroz para fazer a chamada dos nobres deputados.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Como vota o Deputado Alan Queiroz? Vota "sim".

Deputado Alex Redano, nosso Presidente, como vota Excelência?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com muito prazer, com muito orgulho, com muito carinho, por todos os servidores, voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Parabéns, Presidente. Obrigado.

Deputado Cássio Gois, como vota, Excelência?
Deputado Cirone Deiró?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Em reconhecimento pelos grandes serviços prestados pelos nossos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, meu voto é "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – O Deputado Cirone Deiró vota "sim". Obrigado, Excelência.

Deputada Cláudia de Jesus, como vota, Excelência?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS – Em favor dos nossos queridos servidores eu voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Obrigado, Deputada Cláudia.

Deputado Delegado Camargo?
Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) – Voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deputado Delegado Lucas vota "sim".

Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Com certeza, voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Sim", Deputado Edevaldo Neves, como vota, Excelência?

O SR. EDEVALDO NEVES - Voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Sim", Deputado Eyder Brasil, como vota, Excelência?

O SR. EYDER BRASIL - Secretário, com muita honra. É uma justiça que o Presidente e todos os demais deputados fazem com os nossos servidores. Justo e merecido. Voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Obrigado, meu líder.

Deputado Ezequiel Neiva, como vota, Excelência?

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Acompanho o nobre relator, Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Obrigado, meu grande líder. Parabéns.

Deputado Delegado Camargo, como vota, Excelência?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Com o relator, favorável, "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Sim".
Deputada Gislaíne Lebrinha, como vota?
Deputada Ieda Chaves?
Deputado Ismael Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Por videoconferência) - Deputado Ismael Crispin vota "sim", Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Deputado Ismael Crispin vota "sim". Obrigado, meu líder.

Deputado Jean Mendonça?
Deputado Jean Oliveira? Sempre defensor do servidor.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Só para poder agradecer à Mesa Diretora e dizer que é justo, porque a gente faz o reconhecimento a todas as categorias do Estado de Rondônia. Nós devemos reconhecer, em primeiro lugar, a nossa, porque o nosso trabalho vem do trabalho deles também. Voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Obrigado, Deputado Jean. Parabéns, meu líder.

Deputado Laerte Gomes?
Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL – Presidente, voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Deputado Luis, "sim".

Deputado Luizinho Goebel?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência) – Deputado Luizinho Goebel, "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Deputado Luizinho, "sim".

Deputado Marcelo Cruz?

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) – Deputado Marcelo Cruz, "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deputado Marcelo Cruz, "sim".

Deputado Nim Barroso?
Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES – Pela valorização dos servidores desta Casa, parabenizo o nosso Presidente e toda a Mesa Diretora. Voto “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Parabéns, Deputado Pedro, sim.
Deputado Ribeiro do Sinpol, nosso vice-líder, como vota, Excelência?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL – Voto “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - “Sim”.
Deputada Rosangela Donadon?

A SRA. ROSANGELA DONADON – Voto “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Sim”.
Projeto aprovado, Presidente, com 18 votos favoráveis.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Quero aqui anunciar com muita alegria, a aprovação merecida dessa conquista para todos os servidores.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Presidente, computa meu voto nesse projeto importante. Parabéns a todos os servidores. parabéns pelo projeto.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Cássio Gois, “sim”. Obrigado. Deputado Cássio Gois sempre cobrando a valorização dos servidores também.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Registrando o voto do Deputado Cássio Gois, “sim”. Então, corrigindo Presidente, 19 votos favoráveis.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cássio Gois	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputada Cláudia de Jesus	- sim
- Deputado Delegado Camargo	- sim
- Deputado Delegado Lucas	- sim
- Deputada Dr ^a Taíssa	- sim
- Deputado Edevaldo Neves	- sim
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputada Gislaíne Lebrinha	- não votou
- Deputada Ieda Chaves	- não votou
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jean Mendonça	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- não votou
- Deputado Luis do Hospital	- sim

- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- sim
- Deputado Nim Barroso	- não votou
- Deputado Pedro Fernandes	- sim
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- sim
- Deputada Rosangela Donadon	- sim

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – **Com 19 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção está aprovado o Projeto de Lei Complementar 125/2025. Vai ao Expediente.**

Parabéns a todos os servidores.

Eu gostaria de convidar a Deputada Rosangela Donadon para assumir os trabalhos, só para resolver uma situação das articulações.

Pessoal, todos os deputados permaneçam on-line. Temos duas ou três votações nominais.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Presidente, são votações que já houve a primeira votação e agora a necessidade da segunda votação.

- PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 17/2025 DE AUTORIA COLETIVA. Altera a redação do §2º do artigo 252 da Constituição Estadual.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Presidente, uma questão de ordem. Preciso entender esse projeto, o que está alterando?

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Vou fazer aqui a leitura, meu líder. Fazer a leitura do projeto. Esse projeto já foi votado em primeira votação e está sendo votado novamente.

“Art. 1º Fica alterada a redação do § 2º do artigo 252 da Constituição Estadual, que passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

§ 2º O Advogado-Geral da Assembleia Legislativa, Chefe da Advocacia-Geral, será indicado pelo Presidente do Poder Legislativo, dentre advogados com notório saber jurídico.”.

Ele passa a ter a exclusiva nomeação do Presidente. Antes, tinha que passar por uma sabatina aqui no plenário, mas a gente entende que o Presidente é um cargo de extrema confiança – e que precisa ser –, e ele não vai deixar de preencher os requisitos com relação ao notório saber jurídico. Mas de livre nomeação e escolha do Presidente, ok?

Presidente, projeto está pronto para a votação. Votação nominal.

(Às 17 horas e 01 minutos, o Senhor Alex Redano passa a presidência à Senhora Rosangela Donadon)

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Em segunda discussão, em votação da Proposta de Emenda à Constituição 17/2025, de autoria coletiva, que “Altera a redação do §2º do artigo 252 da Constituição

Estadual.”

Em discussão. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis votarão “sim”, os contrários votarão “não”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Farei a chamada nominal.

Deputado Alan Queiroz vota “sim”.

Deputado Alex Redano?

Deputado Cássio Gois?

Deputado Cirone Deiró?

Deputada Cláudia de Jesus?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS – “Sim”.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Deputado Cirone Deiró vota “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deputado Cirone Deiró vota “sim”.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) – Deputado Cássio Gois vota “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Deputado Cássio Gois, “sim”.

Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Voto “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Sim”.

Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Voto “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - “Sim”.

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) – Delegado Lucas vota “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA – “Sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Sim”.

Qual foi o deputado que falou há pouco e eu não consegui entender?

O SR. EDEVALDO NEVES – O Deputado Edevaldo Neves vota “sim”, também.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Deputado Edevaldo Neves, “sim”.

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Deputado Alan Queiroz, foi o Deputado Delegado Lucas.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Ah, Deputado Delegado Lucas. Já está registrado aqui seu voto.

Deputado Eyder Brasil?

O SR. EYDER BRASIL – Deputado Eyder Brasil vota “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Sim”.

Deputado Ezequiel Neiva?

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Deputado Ezequiel Neiva vota “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Sim”.

Deputada Gislaíne Lebrinha?

Deputada Ieda Chaves?

Deputado Ismael Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Por videoconferência) – Deputado Ismael Crispin vota “sim”, Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Sim”.

Deputado Jean Mendonça?

Deputado Jean Oliveira?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado Jean Oliveira vota “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Sim”.

Deputado Laerte Gomes?

Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL – Voto “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Sim”.

Deputado Luizinho Goebel?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência) – “Sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Sim”.

Deputado Marcelo Cruz?

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) – Meu líder, a minha internet caiu. Tem como repetir para mim qual é o projeto?

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – É o projeto em que o advogado é de livre escolha do Presidente, Deputado Marcelo Cruz.

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) – É “sim”, companheiro.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Sim”.

Deputado Nim Barroso?

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) –

Voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Sim".
Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES – "Sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Sim".
Deputado Ribeiro do Sinpol?
Deputada Rosangela Donadon?

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) –
Voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Sim".

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- não votou
- Deputado Cássio Gois	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputada Cláudia de Jesus	- sim
- Deputado Delegado Camargo	- sim
- Deputado Delegado Lucas	- sim
- Deputada Dr ^a Taíssa	- sim
- Deputado Edevaldo Neves	- sim
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputada Gislaíne Lebrinha	- não votou
- Deputada Ieda Chaves	- não votou
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jean Mendonça	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- não votou
- Deputado Luis do Hospital	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- sim
- Deputado Nim Barroso	- sim
- Deputado Pedro Fernandes	- sim
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- não votou
- Deputada Rosangela Donadon	- sim

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) –
Com 18 votos favoráveis, está aprovada a Proposta de Emenda à Constituição 17/2025. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DOS DEPUTADOS EDEVALDO NEVES E DELEGADO CAMARGO. Acrescenta o § 3º ao Art. 217 da Constituição Estadual do Estado de Rondônia.

Farei uma leitura, rapidamente, para entendimento.

"§ 3º - A destinação de recursos para o Desporto Profissional e Amador será regulamentada por Lei específica."

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) –

Em segunda discussão e votação a Proposta de Emenda à Constituição 18/2025, de autoria dos deputados Edevaldo Neves e Delegado Camargo.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Senhora Presidente, posso pedir para fazer inversão de pauta? Porque essa é uma votação que necessariamente tem que ter um quórum qualificado. E aí a gente votaria os outros projetos, e essa daí até ajudaria a garantir os demais projetos.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Só inverter?

O SR. JEAN OLIVEIRA - Inverte, é isso.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Nós temos aqui um quantitativo de 18 parlamentares.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Esse projeto está parado já há bastante tempo, e aí a gente queria aproveitar que está com alto quórum, mas se quiser, quer que faça alguma leitura especificada. Vou pedir aqui ao nobre Deputado Camargo, que está ao meu lado, que é proponente da matéria, que pudesse fazer um resumo rápido do Delegado Camargo, por gentileza.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Claro, Presidente, mas devemos primeiramente falar que o projeto surgiu através de uma iniciativa do Deputado Edevaldo Neves, e após o subscrevi, tendo em vista apenas a minha ajuda no tocante à redação e à sua concordância com a Constituição do Estado de Rondônia e também da República Federativa do Brasil.

A Emenda de Proposta à Constituição do Estado, de autoria do Deputado Edevaldo Neves na qual subscrevi, é bem simples. Hoje, quando nós buscamos alocar recursos em atividades do desporto profissional e amador isso não é possível, porque falta uma lei regulamentadora, que regularmente a destinação de emendas parlamentares para as atividades do desporto amador.

E essa propositura do Deputado Edevaldo Neves traz exatamente a correção desta omissão ao trazer a proposta de alteração da Constituição do Estado, razão pela qual Presidente essa alteração ficaria no artigo 217, § 3º dizendo: "§ 3º - A destinação de recursos para o Desporto Profissional e Amador será regulamentada por Lei específica."

Ou seja, uma emenda constitucional de eficácia contida, que vai depender ainda de uma nova lei para que nós possamos executá-la. É bem simples. Obrigado, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Obrigado, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Obrigado, Deputado Jean. Apenas parabenizar o Deputado Edevaldo pela excelente iniciativa.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) - Em discussão. Não havendo ninguém para discutir, em votação. Os deputados favoráveis votarão "sim", os contrários votarão "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Deputado Alan Queiroz vota "sim".
Deputado Alex Redano?
Deputado Cássio Gois?

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Sim".
Deputado Cirone Deiró?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Deputado Alan, quero primeiramente parabenizar o Deputado Edevaldo Neves e também o subscrito, Deputado Delegado Camargo, pela propositura dessa mudança na Constituição, possibilitando a nós, deputados, colocar recursos em desporto profissional no Estado.

Nós temos visto ao longo do tempo uma decadência no desporto profissional do Estado, por falta de apoio, por dificuldades financeiras. E essa lei vai tornar possível que nós tenhamos aqui um desporto mais qualificado dentro do Estado de Rondônia.

Nós somos um Estado de povo trabalhador, que tem poucos entretenimentos. Então, nós precisamos, sim, fazer pontes, fazer asfalto, fazer prédios, mas precisamos incentivar o desporto no nosso Estado. Então, para reconhecer o trabalho do Deputado Edevaldo, juntamente com o Deputado Delegado Camargo.

Eu já tinha feito uma propositura de uma Lei dessa, a época o governo vetou, através da Sejucl (Secretaria de Juventude, Cultura, Esporte e Lazer), e me prometeram mandar uma lei vindo do governo para a Assembleia. Não veio. Agora o Deputado Edevaldo faz esse brilhante trabalho. Meu voto é "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Parabéns, Deputado Cirone, voto "sim". Parabenizado, que são as nossas duas estrelas aqui do nosso time dos deputados, não é? É o Edevaldo e Cirone, revelação do nosso time.

Como vota a Deputada Cláudia de Jesus?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Sim".
Nosso Deputado Delegado Camargo, também proponente?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Sim".
Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Voto "sim", Deputado Alan. O senhor só falou isso por-

que o senhor não me viu jogando.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Sim".
Ah, sim, eu não fui no último, não é? Um abraço, Delegado. Obrigado, Doutor.

Deputada Drª Taíssa, como vota Excelência?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Voto "sim".

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Meu goleiro.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Sim".
Quem está falando aí, o Deputado Laerte? Só porque eu esqueci de falar que você também é a nossa revelação, camisa 10. Camisa 10 de capitão. Como é que você vota, Excelência?

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - **É o Deputado Cássio, rapaz.**

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Ah, é o Deputado Cássio? Você também é o nosso fera. Vota "sim", já falou aqui.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Já votei, "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Deputado Edevaldo Neves, como vota, meu líder?

O SR. EDEVALDO NEVES - Voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Sim".
Deputado Eyder Brasil?

O SR. EYDER BRASIL - Secretário, quero parabenizar o Deputado Edevaldo Neves, o Deputado Delegado Camargo, por terem tido essa sensibilidade, haja vista que como estava, ou como está ainda, trava que nós, enquanto parlamentares, possamos aportar recursos nos times específicos das nossas cidades, times do nosso Estado. E a gente sabe que, se não houver um fomento do Estado, o esporte rondoniense, ficará ainda muito prejudicado.

Então, nós temos que ter uma sensibilidade de cima para baixo, do poder público para a iniciativa privada. Então, esta Casa de Leis, através dos Deputados Edevaldo Neves e Delegado Camargo, cria ali uma virada de chave no nosso esporte rondoniense.

Meu voto é "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Parabéns, Deputado Eyder, vota "sim".

Deputado Ezequiel Neiva, como vota, meu grande maratonista?

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Sim”.
Deputada Gislaíne Lebrinha?
Deputada Ieda Chaves?
Deputado Ismael Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Por videoconferência) -
Secretário, eu vou votar “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Obrig-
ado, meu grande líder. Deputado Ismael Crispin, vota
“sim”.

Deputado Jean Mendonça?
Deputado Jean Oliveira?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Voto “sim”, Presidente.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deputa-
do Jean Oliveira também vota “sim”.

Deputado Laerte Gomes?
Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Voto “sim”, Senhor
Presidente.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Sim”.
Deputado Luizinho Goebel?
Deputado Marcelo Cruz?
Deputado Nim Barroso?

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) –
“Sim”. Deputado Marcelo Cruz, “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deputa-
do Marcelo Cruz “Sim”.

Deputado Nim Barroso? Também **é jogador
bom de bola, zagueirão.**

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) –
Zagueiro de verdade. Com certeza o meu voto é “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Sim”.
Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES – Eu voto “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deputa-
do Pedro Fernandes, “sim”.

Deputado Ribeiro do Sinpol? Também jogador
de bola bom.

Deputada Rosângela Donadon?

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – É
isso aí, sempre a gente apoiando o Esporte do nosso
Estado de Rondônia. Voto “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Sim”.
17 votos favoráveis, projeto aprovado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferên-
cia) - Se puder registrar o meu voto “sim”, Deputado

Luizinho Goebel ainda.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Com
certeza, Deputado Luizinho Goebel. Deputado Luizinho
Goebel vota “sim”. Então, fomos para 18 votos favorá-
veis.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferên-
cia) - Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Valeu,
Deputado Luizinho Goebel.

O SR. ALEX REDANO - Alex Redano vota “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deputa-
do Alex Redano vota “sim” também. Fomos para 19.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) -
Mais algum parlamentar para votar, que está on-line?

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cássio Gois	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputada Cláudia de Jesus	- sim
- Deputado Delegado Camargo	- sim
- Deputado Delegado Lucas	- sim
- Deputada Dr ^a Taíssa	- sim
- Deputado Edevaldo Neves	- sim
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputada Gislaíne Lebrinha	- não votou
- Deputada Ieda Chaves	- não votou
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jean Mendonça	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- não votou
- Deputado Luis do Hospital	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- sim
- Deputado Nim Barroso	- sim
- Deputado Pedro Fernandes	- sim
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- não votou
- Deputada Rosângela Donadon	- sim

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) -
**Com 19 votos favoráveis, nenhum contrário, está
aprovada a Proposta de Emenda à Constituição
18/2025. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Secretário ad hoc)
– PROJETO DE RESOLUÇÃO 115/2025 DA MESA DIRE-
TORA. Altera a redação do § 7º ao artigo 1º da Reso-
lução nº 601, de 10 de dezembro de 2024, que “Regu-
lamenta a concessão, o procedimento e a prestação de
contas de diárias no âmbito da Assembleia Legislativa do
Estado de Rondônia, revoga a Resolução nº 486, de 18

de agosto de 2021, e dá outras providências.

Aos colegas que estão aqui, vou ler o texto do parágrafo 7º. Diz assim: "Poderá ser concedida diária ao servidor lotado em Comissão permanente, que será autorizada pelo Presidente da Comissão, limitado a 2 (dois) servidores, desde que o trabalho a ser realizado esteja relacionado às atividades desenvolvidas pela respectiva Comissão."

O projeto, Senhora Presidente, tem uma Emenda. Só me deixa verificar com a Mesa aqui.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – É projeto da Mesa Diretora, Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO (Secretário ad hoc) – Perfeito, de autoria da Mesa Diretora. Só um momentinho que me parece que tem uma emenda. Deixe consultar aqui.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – É aquele que nós pedimos, em que o servidor, o assessor que estiver nomeado na Comissão, ele precisa de uma autorização para poder participar ou viajar? Seria isso? Verifique por gentileza.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Secretário ad hoc) – O projeto, Excelência, consta com uma Emenda de autoria do Deputado Ezequiel Neiva, no tocante ao artigo 3º, no tocante ao acompanhamento de servidores, desde que devidamente comprovada a necessidade do assessoramento, ficando à cargo da Secretária-Geral a análise de cada caso concreto.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – A matéria encontra-se sem parecer. Solicito à Senhora Deputada Drª Taíssa pare emitir o parecer pelas Comissões pertinentes. Com Emenda.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Projeto de Resolução 115/2025, de autoria da Mesa Diretora, que "Altera a redação do § 7º ao artigo 1º da Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024, que "Regulamenta a concessão, o procedimento e a prestação de contas de diárias no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, revoga a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e dá outras providências."

"§ 7º Poderá ser concedida diária ao servidor lotado em Comissão permanente, que será autorizada pelo Presidente da Comissão, limitado a 2 (dois) servidores, desde que o trabalho a ser realizado esteja relacionado às atividades desenvolvidas pela respectiva Comissão."

Presidente, por gentileza inverte a pauta antes de eu dar o parecer, porque eu vou discutir com o colega.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – A deputada pediu para inverter a pauta, vamos passar

para a próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Secretário ad hoc) – Presidente, vamos pedir inversão de pauta, se Vossa Excelência autoriza.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Sim, autorizado secretário.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Secretário ad hoc) – Senhora Presidente, todos os demais são Projetos de Decretos Legislativo. Todos de autoria do Deputado Ismael Crispin de forma que para celeridade dos trabalhos eu sugiro a Vossa Excelência que nós possamos votar em bloco. Pois trata-se, Presidente, todos eles, de projetos de homenagens, ou seja, não impacta diretamente os cofres públicos, tampouco à legislação ao povo rondoniense. Razão pela qual, se Vossa Excelência estiver de acordo, eu faço leitura e votação em bloco.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – De acordo, Secretário, pode fazer a leitura em bloco.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 585/2025 DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao CAP BM Alex Fernandes da Silva, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 584/2025 DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia a 1º SGT BM Lucia Aline Palheta Medeiros, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 583/2025 DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao CAP BM Renato dos Santos Vicente, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 582/2025 DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede a Medalha do Mérito Legislativo à 1º SGT BM Franci Leila Vasconcelos da Silva, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 586/2025 DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao MAJ BM Adriano Reis de Oliveira, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 587/2025 DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao 1º TEN BM Valmir Santin, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 588/2025 DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao STEN BM Cleomenes Pinheiro Dourado, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 589/2025 DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao 1º SGT BM Marilson Silva Andrade, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 590/2025 DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao 1º SGT BM Fabricio José Fagundes, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 591/2025 DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao 2º SGT BM Genival Ribeiro Lacerda, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 592/2025 DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito a 2º SGT BM Joana Darque de Souza Leite, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 593/2025 DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao 1º SGT BM David Lino Ribeiro de Souza, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 594/2025 DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao 1º SGT BM Ivan de Oliveira Miranda Junior, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 595/2025 DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao 2º SGT BM Claudio Roberto Moraes de Souza, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 596/2025 DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao TCEL BM Roberto Rodrigues Leal, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Todos estes Projetos de Decreto Legislativo, Excelência, encontram-se sem parecer.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Eu convido o Excelentíssimo Deputado Ezequiel Neiva para emitir o parecer em bloco pelas Comissões pertinentes. Todos estão sem parecer.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Senhora Presidente, senhores deputados, deputadas, trata-se dos projetos:

- Projeto de Decreto Legislativo 585/2023, de autoria do Deputado Ismael Crispin, que "Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao CAP BM Alex Fernandes da Silva, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 584/2023, de autoria do Deputado Ismael Crispin, que "Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia a 1º SGT BM Lucia Aline Palheta Medeiros, pelos relevantes serviços

prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 583/2023, de autoria do Deputado Ismael Crispin, que "Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao CAP BM Renato dos Santos Vicente, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 582/2023, de autoria do Deputado Ismael Crispin, que "Concede a Medalha do Mérito Legislativo à 1º SGT BM Francly Leila Vasconcelos da Silva, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 586/2023, de autoria do Deputado Ismael Crispin, que "Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao MAJ BM Adriano Reis de Oliveira, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 587/2023, de autoria do Deputado Ismael Crispin, que "Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao 1º TEN BM Valmir Santin, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 588/2023, de autoria do Deputado Ismael Crispin, que "Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao STEN BM Cleomenes Pinheiro Dourado, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 589/2023, de autoria do Deputado Ismael Crispin, que "Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao 1º SGT BM Marilson Silva Andrade, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 590/2023, de autoria do Deputado Ismael Crispin, que "Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao 1º SGT BM Fabricio José Fagundes, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 591/2023, de autoria do Deputado Ismael Crispin, que "Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao 2º SGT BM Genival Ribeiro Lacerda, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 592/2023, de autoria do Deputado Ismael Crispin, que "Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito a 2º SGT BM Joana Darque de Souza Leite, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 593/2023, de autoria do Deputado Ismael Crispin, que "Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao 1º SGT BM David Lino Ribeiro de Souza, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 594/2023, de autoria do Deputado Ismael Crispin, que "Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao 1º SGT BM Ivan de Oliveira Miranda Junior, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 595/2023, de autoria do Deputado Ismael Crispin, que "Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao 2º SGT BM Claudio Roberto Moraes

de Souza, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 596/2023, de autoria do Deputado Ismael Crispin, que “Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao TCEL BM Roberto Rodrigues Leal, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.”.

Todos encontram-se dentro da técnica legislativa, constitucionalmente, legalmente e regimentalmente. Portanto, nosso parecer, em bloco, é favorável, Senhora Presidente.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Em discussão o parecer, em bloco. Ninguém para discutir o parecer, encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer, em bloco.**

Em discussão os Projetos de Decreto Legislativo 582/2025, 583/2025, 584/2025, 585/2025, 586/2025, 587/2025, 588/2025, 589/2025, 590/2025, 591/2025, 592/2025, 593/2025, 594/2025, 595/2025 e 596/2025. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Estão aprovados os Projetos de Decreto Legislativo. Vão à Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Secretário ad hoc) – Senhora Presidente, como na anterior, eu solicito de Vossa Excelência, então, para que possamos votar também em bloco, tendo em vista que os Projetos de Decreto Legislativo buscam conceder honorarias nessa Casa e são da mesma propositura do eminente Deputado Alex Redano:

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 682/2025. Concede Medalha de Mérito Legislativo à Senhora Doutora Camilla Holanda Mendes da Rocha, Procuradora do Trabalho da Procuradoria do Trabalho da 14ª Região e Coordenadora da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONAETE), por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 683/2025. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Doutor Carlos Alberto Lopes de Oliveira, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região e Coordenador do Grupo Especial de Atuação Trabalhista (GAET), por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 679/2025. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Doutor Lucas Barbosa Brum, Vice-Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 680/2025. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Doutor Jaime Fiomaro dos Santos Neto, Procurador do Trabalho

da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 681/2025. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Doutor Igor Sousa Gonçalves, Procurador do Trabalho e Coordenador de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Todos esses projetos e homenagens em razão dos seus serviços relevantes prestados ao Estado de Rondônia.

Todos os projetos Excelência, encontram-se instruídos com os documentos necessários, como o currículo do homenageado, respectivas Certificações Negativas, no entanto, falta parecer.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) - As matérias encontram-se sem parecer. Solicito à Excelentíssima Deputada Drª Taíssa para emitir o parecer, em bloco, pelas Comissões pertinentes.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Projeto de Decreto Legislativo 682/2025 do Deputado Alex Redano, que “Concede Medalha de Mérito Legislativo à Senhora Doutora Camilla Holanda Mendes da Rocha, Procuradora do Trabalho da Procuradoria do Trabalho da 14ª Região e Coordenadora da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONAETE), por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 683/2025 do Deputado Alex Redano, que “Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Doutor Carlos Alberto Lopes de Oliveira, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região e Coordenador do Grupo Especial de Atuação Trabalhista (GAET), por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 679/2025 do Deputado Alex Redano, que “Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Doutor Lucas Barbosa Brum, Vice-Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 680/2025 do Deputado Alex Redano, que “Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Doutor Jaime Fiomaro dos Santos Neto, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 681/2025 do Deputado Alex Redano, que “Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Doutor Igor Sousa Gonçalves, Procurador do Trabalho e Coordenador de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, por sua trajetória e por seus relevantes serviços

prestados ao Estado de Rondônia.”

O parecer é favorável, em bloco.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer, em bloco.**

Em discussão os Projetos de Decreto Legislativo 679/2025, 680/2025, 681/2025, 682/2025 e 683/2025. Não havendo quem queira discutir, em votação única. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Estão aprovados. Vão ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Secretário ad hoc) – Continuamos, Presidente. Logo na sequência, mais alguns projetos de homenagens por parte desta Casa, desta vez todos de autoria do ilustre Deputado Alan Queiroz.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 691/2025 DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Irmã Cláudia Greco da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025) de existência em Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 688/2025 DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede, como homenagem, a Medalha do Mérito Legislativo à Irmã Maria de Lourdes Javaro da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025), de existência em Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 685/2025 DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede Medalha do Mérito Legislativo à Missão Marcelina em Rondônia pelos 50 anos (1975/2025), de existência em Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 689 /2025 DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Irmã Carmen Baseggio da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025) de existência em Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 690/2025 DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Irmã Ubilina Scarioto da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025) de existência em Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 684/2025 DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito à Irmã Lina Maria Ambiel da missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975-2025) de existência em Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 686/2025 DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede, como homenagem póstuma, a Medalha do Mérito Legislativo à Irmã Rosa Gambella da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025) de existência em Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 687/2025 DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede Medalha do Mé-

rito Legislativo à Irmã Eunice Camilo Ageiar da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025) de existência em Rondônia.

Todos esses Projetos de Decreto Legislativo estão devidamente instruídos com os currículos das homenageadas. NO entanto, estão sem parecer, e considerando que não há qualquer reflexo na legislação que pauta a conduta do povo rondoniense tampouco impacta nos cofres públicos, acredito que Vossa Excelência pode colocar a votação em bloco após o parecer em bloco também dos projetos em comento.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) - A matéria encontra-se sem parecer. Solicito à senhora Deputada Dr^a Taíssa para emitir o parecer, em bloco, pelas Comissões pertinentes.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Muito obrigada, Presidente.

- Projeto de Decreto Legislativo 686/2025, do Deputado Alan Queiroz, que “Concede, como homenagem póstuma, a Medalha do Mérito Legislativo à Irmã Rosa Gambella da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025) de existência em Rondônia.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 691/2025 do Deputado Alan Queiroz, que “Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Irmã Cláudia Greco da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025) de existência em Rondônia.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 688/2025 do Deputado Alan Queiroz, que “Concede, como homenagem, a Medalha do Mérito Legislativo à Irmã Maria de Lourdes Javaro da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025), de existência em Rondônia.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 685/2025 do Deputado Alan Queiroz, que “Concede Medalha do Mérito Legislativo à Missão Marcelina em Rondônia pelos 50 anos (1975/2025), de existência em Rondônia.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 687/2025 do Deputado Alan Queiroz, que “Concede Medalha do Mérito Legislativo à Irmã Eunice Camilo Ageiar da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025) de existência em Rondônia.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 689/2025 do Deputado Alan Queiroz, que “Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Irmã Carmen Baseggio da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025) de existência em Rondônia.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 690/2025 do Deputado Alan Queiroz, que “Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Irmã Ubilina Scarioto da Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975/2025) de existência em Rondônia.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 684/2025 do Deputado Alan Queiroz, que “Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito à Irmã Lina Maria Ambiel da missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro - 50 anos (1975-

2025) de existência em Rondônia.”

O parecer, em bloco, é favorável às matérias lidas.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Em discussão o parecer em bloco. Ninguém para discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer, em bloco.**

Em discussão, os Projetos de Decreto Legislativo 684/2025, 685/2025, 686/2025, 687/2025, 688/2025, 689/2025, 690/2025 e 691/2025. Ninguém para discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovados. Vão ao Expediente.**

Próxima matéria, Secretário.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Secretário ad hoc) – Senhora Presidente, solicito a Vossa Excelência a suspensão da presente Sessão para que nós possamos nos articular ali com os demais colegas a votação de matérias que irão impactar diretamente a vida do rondoniense.

Você que está nos acompanhando com as redes sociais, há pouco fiz um discurso a respeito de Agero, e nós vamos ali atrás debater isso.

Você que é taxista; você que depende do serviço de transporte alternativo intermunicipal por táxi; você que necessita e precisa do trabalho das vans para vir até o aeroporto; você que tem uma empresa de turismo e quer fazer turismo aqui no Estado, fiquem muito atentos, que nós vamos tentar colocar em votação isso ainda hoje.

Obrigado, Presidente.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Está suspensa a Sessão por alguns minutos para discutirmos alguns projetos.

(Suspende-se esta Sessão às 17 horas e 38 minutos e reabre-se às 18 horas e 12 minutos, quando a Senhora Rosangela Donadon passa a presidência ao Senhor Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sob a proteção de Deus, retornamos à Sessão.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, questão de ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Concedida a questão de ordem.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência a retirada do meu pedido de vista em relação à Mensagem governamental 23/2025, que “Acréscimo dispositivos à Lei nº 959, de 28 de dezembro de 2000.”, o qual diz respeito à isenção de ITCD na transferência de imóveis do progra-

ma Minha Casa Minha Vida.

Portanto, Presidente, solicito de Vossa Excelência a retirada do pedido de vista. E caso Vossa Excelência se encontre confortável para já pautar nessa Sessão, eu estou em plenas condições de votá-lo. Obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Presidente, pela Ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com a palavra Deputada Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Peço a gentileza de incluir em pauta aquele projeto que eu tinha solicitado de Vossa Excelência retirar sobre o projeto em relação às Seas e aos indígenas.

No final de semana, eu estive nas aldeias da minha região, conversei com os indígenas e automaticamente escutei o posicionamento deles. Por isso que eu peço para incluir em pauta.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito.

O SR. EYDER BRASIL – Questão de ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Questão de ordem, Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL – Gostaria de retirar o meu pedido de vista no Projeto de Lei Complementar 121/2024, de autoria do nobre Deputado Rodrigo Camargo, que trata acerca da Caerd, pautado na última Comissão Itinerante, CCJ Cidadã, na cidade de Cacoal.

E lá eu fiz um pedido de vista, e eu estou abrindo mão. O Deputado Camargo e eu conversamos e alinhamos. Por mim já está apto para continuar tramitando.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Questão de ordem, Presidente, Deputado Camargo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Concedido.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, quero agradecer ao Deputado Eyder Brasil pela sensibilidade. Tivemos agora a oportunidade de conversarmos. Ele me explicou as suas dúvidas que tinha acerca do Projeto de Lei Complementar, na qual nós resgatamos aos municípios os direitos de autonomia, de ingressar ou não nessa microrregião de águas e esgotos.

E, uma vez sanadas as dúvidas do colega, o parlamentar, gentilmente, vem até essa tribuna abrir mão do pedido de vista. Eu agradeço a Vossa Excelência, Deputado Eyder Brasil. Sei que inúmeros servidores das Concessionárias de água e esgoto, como o pessoal da SAAEI Cacoal (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), o pessoal de Ariquemes, Pimenta Bueno, estão ansiosos para que nós possamos avançar nessa matéria. Então, agora, nós vamos aguardar apenas, consta o pedido de vista do

Deputado Ismael Crispin, mas irei conversar com ele.

E solicito também, Excelência, se possível, incluir na pauta para a votação, o projeto da Agero, na qual me referi a poucos minutos atrás, pedindo desde já que todos os taxistas que nos acompanham de forma on-line, pessoal que trabalha nas empresas de turismo no nosso Estado e aqueles que fazem o traslado de passageiros até o aeroporto, fiquem atentos que logo em breve nós iremos iniciar a votação.

Muito obrigado, Presidente Alex Redano, pela sensibilidade e por atender um clamor que não é meu, ele é do povo rondoniense que quer pagar menos nas passagens para transporte. Então, agradeço a sensibilidade da Vossa Excelência por pautar essa matéria.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu agradeço também o seu pedido, Excelência. Acompanho esse projeto há muito tempo, já pedi outras vezes par entrar em pauta, não tive sucesso. E vamos pautar hoje o projeto com as Emendas do Deputado Rodrigo Camargo.

O SR. EYDER BRASIL – Questão de ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Questão de ordem concedida.

O SR. EYDER BRASIL – Presidente, venho falar aqui em nome do nobre Deputado Cirone Deiró. Tem um Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Deputado Cirone. E o Projeto 578/2024, eu gostaria que o senhor pautasse nessa tarde. Inclusive, já está com nossa assessoria Legislativa.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com certeza, já está autorizado. O Manvailer já tinha falado comigo também.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Presidente, só uma questão de ordem rapidamente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Questão de ordem concedida deputado.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Quero só agradecer, parabenizar aqui os deputados que tinham dúvidas para serem sanada de vários projetos, e a gente consegue, incluí-los na pauta da nossa Ordem do Dia. Isso dá celeridade, e a gente tem que correr realmente contra o tempo. Tem muitas questões que demandam das nossas aprovações aqui.

Eu quero só parabenizar e agradecer ao Deputado Rodrigo. Obrigado, deputado. Enfim, a todos os deputados que tem contribuído, que têm dúvidas – e precisam tirar –, mas se a gente conseguir, o mais rápido possível, colocar em votação, o Estado necessita dessa nossa urgência. Era isso, Presidente. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vamos prosseguir, então.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 578/2024 DO DEPUTADO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Tribunal de Justiça de Rondônia pela conquista do 6º selo de diamante de qualidade, sendo reconhecido como o melhor Tribunal Estadual do país pela CNJ.

Falta aparecer, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O projeto está sem parecer. Convido o nobre Deputado Eyder Brasil para proceder ao parecer em plenário.

O SR. EYDER BRASIL - Presidente, trata-se do Projeto Decreto Legislativo 578/2024, de autoria do Deputado Cirone Deiró, que "Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Tribunal de Justiça de Rondônia pela conquista do 6º selo de diamante de qualidade, sendo reconhecido como o melhor Tribunal Estadual do país pela CNJ."

Parabenizo o nobre Deputado Cirone Deiró pelo reconhecimento justo e muito merecido ao nosso Tribunal de Justiça, na pessoa de todos os seus desembargadores, que tiveram uma entrega de excelência aos serviços judiciais do nosso Estado de Rondônia e, por isso, recebe esse 6º selo diamante. Pelas Comissões pertinentes, nosso parecer – dentro da constitucionalidade e legalidade – é pela aprovação do projeto.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pelo parecer, nobre Deputado Eyder Brasil.

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) - Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim, Senhor Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) - Eu estava aqui, estava meio ruim a internet. Que matéria é essa do parecer do nosso deputado?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Essa aqui é uma Medalha de Mérito Legislativo.

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) - Eu estou registrado na Sessão, não é?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim, senhor.

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) – Está bom. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito obrigado. Algum deputado para discutir o parecer? Não havendo, vamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão o projeto. Vamos à votação agora do Projeto Decreto Legislativo 578/2024. Os deputados favoráveis, permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Está Aprovado. Vai ao Expediente.**

Senhores, gostaria só de reforçar um pedido da Deputada Dr^a Taíssa e Deputado Luis do Hospital. Nós teremos agora, daqui a pouco, uma votação nominal de Vetos, e nós precisamos ter um quórum qualificado. Então, eu peço a todos os senhores deputados que hoje permaneçam atentos às votações. Muito obrigado.

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 560/2024 DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Concede a Medalha do Mérito Legislativo à CB PM Fábria Regina Araújo da Silva, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Falta parecer.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O projeto está sem parecer. Peço ao nosso companheiro Deputado Eyder Brasil, que é um excelente parecerista, para emitir parecer em plenário. Obrigado, deputado.

O SR. EYDER BRASIL - Projeto de Decreto Legislativo 560/2024, de autoria da Deputada Cláudia de Jesus, que "Concede a Medalha do Mérito Legislativo à CB PM Fábria Regina Araújo da Silva, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia."

Pela Comissão de Segurança Pública, da qual eu sou Presidente, e pelas demais Comissões Pertinentes, nosso parecer – ao analisar e verificar o processo de concessão de Medalha – é favorável à tramitação do projeto, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Eyder Brasil. Algum deputado para discutir? Não havendo, vamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o projeto. Não havendo, vamos à votação do Projeto Decreto Legislativo 560/2024. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, por favor.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Liberado do pedido de vista do Deputado Camargo do projeto, falta parecer:

- PROJETO DE LEI 783/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 23/25. Acresce dispositivos à Lei nº 959, de 28 de dezembro de 2000.

Esse é o projeto da Agero. Falta apreciar o parecer.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Já tem parecer do Deputado Cássio Gois.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deixame fazer a leitura aqui, rapidamente. Esse projeto tinha

pedido de vista do Deputado Camargo, e o eminente colega também permitiu que voltasse. Já apto à votação.

É o projeto que isenta impostos sobre a Transmissão, Causa Mortis e Doação de Qualquer Bem ou Direito, ITCD, a transferência de imóveis do Programa Minha, Casa Minha Vida, MCMV, "instituído pela Lei Federal 14.620, de 13 de julho de 2023, aplicando-se tanto nas transmissões causa mortis quanto nas doações, promovendo, assim, um acesso mais equitativo à moradia para aqueles em situação de vulnerabilidade social." É isso, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Tem o parecer do Deputado Cássio Gois. Algum deputado gostaria de discutir o parecer? Não havendo, vamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Vamos à votação do projeto. Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Lei 783/2025. Vai Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 51/2024 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 240/2023. Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 366, de 6 de fevereiro de 2007, e altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 826, de 9 de julho de 2015.

Com Emenda para dar parecer, Presidente. Falta o parecer da emenda.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência) - Deputado Luizinho, uma questão de ordem.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – O parecer da emenda somente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Questão de ordem até que se resolva aqui para o Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência) - Presidente, é porque como a gente está on-line, às vezes perde o time, como é um projeto que eu sempre acompanhei, sempre tive trabalhando com o táxi-lotação, apoiando, também discutindo essas questões todas quando se trata da questão do transporte.

Eu não estou presente hoje e o projeto que eu já até tentei votar no passado, mas aí a gente não avançou. E agora, como sofre Emendas, no dia de hoje eu não tenho conhecimento, então eu gostaria de fazer um pedido de vista do projeto, Presidente.

Então, eu queria que o senhor me assegurasse esse direito.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Questão de ordem, Deputado Luizinho.

Deputado Luizinho, se Vossa Excelência permitir, eu posso fazer uma inversão de pauta e ligar para Vossa Excelência para explicar, como eu já tinha explicado para Vossa Excelência quais são as Emendas. Vossa Excelência me possibilita essa possibilidade?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência) – Não, Deputado Camargo, o senhor não me explicou quais são as emendas. Eu vou fazer o pedido de vista, vou manter o pedido de vista. O senhor falou que colocou Emenda, mas quais as Emendas, não.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vamos dar prosseguimento.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Presidente antes, sem problema o pedido de vista vai ser respeitado, mas eu só peço para Vossa Excelência para me explicar ali quais são. Pode ser?

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) – Senhor Presidente, questão de ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Laerte Gomes, questão de ordem concedida ao Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) – Eu ainda não tenho conhecimento do projeto. Eu vi uma representante da Agero semana passada aí na Assembleia por cooperada, e me chamou a atenção a esse projeto. De qualquer forma eu vou pedir vista também, se botar na pauta. Nem é por causa das Emendas do Deputado Camargo, é porque eu quero entender melhor o projeto.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Entendi.

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) – Presidente, Deputado Marcelo Cruz, eu estou on-line também, e eu estou em trânsito, a minha internet está ruim. Eu acompanho o pedido de vista do Deputado Luizinho e do Deputado Laerte. Porque, tendo em vista que eu estou on-line, minha internet está muito ruim.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Ok. Maravilha.

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) – O senhor podia tirar de pauta, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vou, espera aí. Vamos retirar de pauta o projeto.

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) – Então, está bom. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Próxima matéria, por favor.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 821/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 42/25. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 4.527.675,00, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza de Rondônia - Fecoep.

Falta parecer, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – O projeto encontra-se sem parecer. Convido a Deputada Drª Taíssa para proceder ao parecer em plenário.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Projeto de Lei 821/2025, de autoria do Poder Executivo/Mensagem 42, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 4.527.675,00, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza de Rondônia - Fecoep."

Gente, esse projeto é extremamente importante. Nós estamos em um período, tanto tivemos a maior seca dos últimos 100 anos, como agora a gente está com várias áreas com enchentes. E esse projeto é justamente para promover o acesso aos serviços públicos, para conceder recursos e condições para apoiar as famílias nesse momento tão difícil, em relação a desabrigados, às pessoas que estão sem alimentação, às pessoas que estão sem água.

Aproveitar para parabenizar a nossa Assembleia Legislativa, que hoje eu cheguei pela manhã e vi várias garrafas de **água sendo levadas, justamente porque a Assembleia Legislativa está apoiando as famílias nessa condição de vulnerabilidade. Até porque nós não sabemos, a qualquer momento pode ocorrer uma enchente em cada região e a gente precisa desse apoio em situações de desastres e, na verdade, a criação e implementação de um auxílio emergencial destinado às famílias em situação de vulnerabilidade devido aos desastres naturais como enchentes, como secas prolongadas e outros eventos climáticos significativos.**

E é por isso que o parecer é favorável. E lembrando que esse recurso aqui é para atender os 52 municípios. Então, desde Guajará-Mirim até Vilhena, onde tem desastre, onde tem seca, onde tem situações que as famílias estão em vulnerabilidade, esse recurso vai ser para essas instâncias.

E eu não poderia deixar de parabenizar o governo, porque quando é assertivo a gente parabeniza, quando não é a gente pontua. Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, Deputada Drª Taíssa, pelo parecer. Muito obrigado. Algum deputado gostaria de discutir o parecer?

O SR. EYDER BRASIL – Questão de ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com a palavra, Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL - Quero parabenizar o Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos Rocha, e a nossa Primeira-Dama, Luana Rocha. Eles foram in loco, logo nos primeiros dias dessa crise hídrica que nós tivemos. Muitas pessoas foram impactadas no nosso Baixo Madeira. No Alto Madeira também não foi diferente. Pela sensibilidade que esse casal tem, a gente fica muito feliz de tão cedo chegar a esta Casa um Projeto de Lei que vai viabilizar um recurso financeiro para os nossos produtores rurais do Alto e Baixo Madeira, dos 52 municípios, os quais venham a ser atingidos ou foram atingidos pela enchente desse ano de 2025.

Então, só quero registrar aqui os meus parabéns ao Governador Marcos Rocha e à nossa Primeira-Dama Luana Rocha, por esse Projeto.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, só para poder reforçar a fala do Deputado Eyder Brasil, que em pleno feriado santo, quando muitos estavam se reunindo com a família, participando do momento da Sexta-Feira Santa, o Governador, junto com a sua esposa, foi até o Baixo Madeira verificar as condições daqueles que estão em situação de vulnerabilidade e diante da necessidade relatada por eles próprios é que se construiu esse Projeto de Lei.

Então, o Governador, utilizando recurso público destinado a um fundo que é de combate à pobreza, para poder realmente dar amparo a essas pessoas que estão passando por um momento de dificuldade.

Eu quero, aqui, dizer que é saudável um Governador que tem um apelo para o próximo como o Governador Marcos Rocha tem. E também parabenizar a Secretária de Ação Social, a Primeira-Dama Luana Rocha, pelo trabalho que ambos desempenharam no feriado. Feriado que é peculiar de estar com a família, eles deixaram ali seu seio da família para estar cumprindo a missão de ser político, de ser governante desse Estado. Está no momento de dificuldade daqueles que estão no Baixo Madeira. Então, parabenizar e pedir aqui o apoio de todos vocês para que esse projeto se torne uma realidade.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero aqui congratular com as palavras do Deputado Jean e parabenizar nosso Governador Coronel Marcos Rocha, nossa Primeira-Dama Luana Rocha, por essa atitude. Com certeza, esse recurso aprovado aqui ajudará e muito as famílias que passam por essa situação com os alagamentos. Parabéns, Governador Coronel Marcos Rocha.

Mais alguém gostaria de discutir ou parecer? Vamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Vamos à votação do projeto. Algum deputado para discutir? Não havendo, vamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrá-

rios se manifestem. **Está aprovado o Projeto de Lei 821/2025. Vai ao Expediente.**
Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 66/2024 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 55. Acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017.

Tem Emendas, e falta parecer sobre as emendas, Presidente. Esse é o da Sedam? É, Seas e Sedam, dos índios. Emendas do próprio Executivo, não é isso? Superintendência Indígena para a Sedam.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero convidar aqui o Deputado Eyder Brasil para fazer o relatório em plenário.

O SR. EYDER BRASIL - Presidente, trata-se de um Projeto de Lei Complementar, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 55. Projeto de Lei Complementar 66/2024, que "Acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017".

"A propositura tem o condão de remanejar a Superintendência Estadual do Indígena - SI vinculada e subordinada à Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social - Seas, criada pela Lei Complementar nº 1.180, de 14 de março de 2024, para que seja subordinada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - Sedam, objetivando reorganizar a estrutura governamental, as competências e atividades administrativas inerentes à implementação e execução da Superintendência."

Lembrando que esse projeto nasce até mesmo pelo clamor dos indígenas que querem estar subordinados, hoje, à Sedam, em virtude da estrutura organizacional, no Estado de Rondônia, da Sedam. O projeto encontra-se aqui com o requerimento do Deputado Delegado Camargo, que já foi também resolvido.

Temos Emendas também do próprio Executivo, que fez uma correção dentro do projeto enviado por ele mesmo. O nosso parecer, pela Comissão de Constituição e Justiça e demais Comissões pertinentes, é pela aprovação da matéria, pois está dentro da técnica legislativa da nossa Assembleia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Deputado Eyder Brasil. Algum deputado para discutir o parecer?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Quero discutir, Presidente.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Deputado Camargo para discutir. Primeiro as mulheres, por favor.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Fique à vontade, amigo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Não, minha amiga.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Faço questão.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com o Dele-gado Camargo, a palavra primeiro.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Ok. Presidente, povo de Rondônia que nos assiste este projeto é bem simples no que diz respeito à sua essência. Na essência está retirando toda e qualquer responsabilidade dos povos indígenas lá de dentro da Secretaria de Assistência Social e colocando na Sedam, na Secretaria de Meio Ambiente.

Bom, me parece que esta não é a melhor opção, e não é por “achismo”, porque simplesmente o meu querer não, é que a legislação, desde a Constituição de 1988, diz que os indígenas devem ser reconhecidos como cidadão plenos e diferenciados devendo todos nós respeitarmos as suas culturas, línguas, costumes. É que nos artigos 231 e 194 da nossa Constituição, inclusive na Lei Orgânica da Assistência Social, diz que a pauta indígena deverá ser tratada dentro da Assistência Social, como forma de respeitar e promover o respeito a essa diversidade étnica e cultural dos indígenas.

Aliás, quero deixar registrado que a Norma Operacional Básica da Assistência Social e o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), em seu artigo 6º e 2º, diz que é papel da assistência social prestar todo o auxílio ao povo indígena.

Então, na verdade, nós estamos aqui, em Rondônia, inovando, trazendo algo que nunca foi visto em outros Estados da Federação. Estaríamos sendo o precursor, estaríamos na vanguarda.

Ora, tirar o indígena da Assistência Social e colocá-lo na Sedam, me parece que contraria a Constituição Federal, contraria a Lei de Assistência Social, inclusive os Benefícios de Prestação Continuada – o BPC – que é um benefício de assistência social paga pelo governo federal, está onde? Da Assistência Social.

Ora, nós vamos tratar agora de povo indígena, benefício previdenciário como BPC lá dentro da Sedam? Me parece de todo desregrado e desconexo com a legislação federal e com a Constituição Federal. Inclusive, é importante dizer que a inscrição no Cadastro Único de Programas Sociais, em especial após o Decreto 8.805, de 2026, diz que para concessão do BPC deve haver o cadastro onde? Na Assistência Social.

E nós estamos indo na contramão da legislação, está sendo feito algo tupiniquim aqui. Então, Excelência, com todo respeito, mas com base na Resolução nº 20, do Conselho Nacional de Assistência Social; com base na proteção social básica das famílias indígenas, o meu voto é contrário ao parecer, e logo na sequência, quando votarem a matéria, o meu voto também será encaminhado pelo “não”.

A pauta indígena deve estar dentro da Assistência Social e não na Sedam. É como me manifesto, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Mais alguém

gostaria de se pronunciar?

O SR. PEDRO FERNANDES – Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Pedro Fernandes, com a palavra, por favor.

O SR. PEDRO FERNANDES – Presidente, a comunidade indígena tem a Funai, que já faz um trabalho com os indígenas. Estive em Cacoal esses dias, conversando com os índios. A Funai é contra os índios trabalharem, terem a roça deles de café. Eles são contrários. Acredita, Deputada Ieda? Um próprio índio falou isso para mim.

A questão da Sedam ou da Seas, a questão do atendimento social, independente se está vinculada à Sedam hoje, porque os próprios indígenas procuraram aqui a presidência da Casa, e o Deputado Alex estava falando da preferência, porque eles receberam um atendimento melhor através da Sedam.

Então, é uma preferência dos indígenas, e nós vamos dar esse apoio nesse Projeto de Lei. Mas isso não tira também a responsabilidade da Secretaria de Assistência Social em dar o atendimento, tanto que é através dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) nos municípios que é feito esse atendimento, os cadastros únicos etc.

Então, nós precisamos ter uma união de todos os órgãos para levar o atendimento até a ponta. Eu vou votar a favor desse projeto, porque eu acredito que ele não muda muito. É uma questão de atendimento aos indígenas, porque as obrigações do Estado sobre o atendimento das pessoas permanecem – tanto no município, na Funai, como também está agora aumentando mais um órgão responsável, que é a Secretaria de Meio Ambiente, para dar assistência aos indígenas. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Alguém? Mais alguém gostaria de se pronunciar?

Eu gostaria de me pronunciar, amigos. Na reunião, eles pediram para pautar esse projeto. Eles querem, eles preferem e querem ficar vinculados à Sedam. Segundo eles, a Sedam deu estrutura, deu sala, deu computadores, e eles tem uma ligação maior com a Sedam.

Então, é um pedido dos próprios indígenas para ficarem ligados à Sedam. Inclusive, eu quero parabenizar aqui: o Estado conta com a Superintendência dos Indígenas. E eu tive a oportunidade de conhecê-los. Realmente, estão muito focados, dedicados, e creio que a Superintendência Indígena irá avançar muito no Estado de Rondônia em várias pautas. Sempre respeitando a questão delimitada.

Eu sei que tem muitos amigos que se preocupam com a questão ambiental. Foi conversado isso, Deputado Pedro, uma coisa não tem ligação com a outra. Essa questão da Superintendência Indígena é realmente para as pautas indígenas de estrutura, de agricultura familiar, porque os índios desenvolvem várias atividades

comerciais, atividades agrícolas, e a Superintendência vai ajudar nisso. Não é em delimitação de áreas, de reservas. Eu estou bem próximo da Superintendência Indígena. Visitamos algumas aldeias, minha assessoria esteve em algumas aldeias, fizeram um trabalho social nas aldeias. Então, eu penso que Rondônia irá avançar ainda mais e ter um grande destaque.

Nossos indígenas são produtores de café, produtores de cacau, um café de excelência. Então, eu acho que é isso que devemos fomentar.

E a questão do pedido, os indígenas preferem estar vinculados à Sedam. A Sedam, em toda a comarca de Rondônia, tem estrutura. A Seas é uma excelente Secretaria. A Luana Rocha está fazendo a diferença no social. Mas, na questão indígena, nós temos muito mais estruturas nas comarcas, do órgão Sedam do que da própria Seas.

Então, eu acho que é isso que pesou no pedido dos indígenas. Mas, aqui nós estamos em um Parlamento onde, às vezes, temos consenso, temos dissenso, e o plenário é soberano, o que vale é o voto da maioria. Mais alguém gostaria?

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra, o Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – O que o indígena não pode, de maneira alguma, é ficar sem assistência, que é devido a ele. Quanto à Secretaria, se é a Seas, se é a Seas, se é Sedam que vai prestar essa assistência, eu não vejo nenhum problema nisso. Eu só acho que a assistência tem que haver.

Eu, por exemplo, dou assistência à comunidade indígena dos Tupari, lá em Alta Floresta. Já comprei barco com emenda, arrumei a estrada para eles, enfim, levei e consegui energia lá para eles, energia solar, através da Energiza, muitas coisas nós fizemos por lá.

E a gente não viu a assistência, até então, para eles. Se a Sedan vai dar essa assistência, através dessa Coordenadoria, eu acho interessantíssima. E até que faça indicação. Acho que o coordenador, que vai ser nomeado para cuidar disso, tem que ser um indígena.

Temos muitos indígenas qualificados e preparados, que podem ser esse coordenador que vai ocupar esse cargo nessa Coordenadoria para cuidar da sua comunidade, da sua família, dos seus povos.

O Governador precisa estar atento a isso, não nomear qualquer um, porque foram criados alguns cargos, são vários cargos nessa Coordenadoria e legitimamente teria que ser, tem que ser um indígena para ser o responsável por essa Coordenação. Mas, votarei a favor e torço e apoio, para que realmente o governo dê o apoio devido, à comunidade indígena de Rondônia, porque ela precisa muito.

(Às 18 horas e 49 minutos, o Senhor Alex Redano passa a presidência à Senhora Rosangela Donadon.)

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) - Parabéns, Deputado Ezequiel. Mais alguém para discutir o parecer?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Sim, Deputada Rosangela, Presidente.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) - Sim, com a palavra, a Deputada Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Na verdade, o que acontece? Essa Superintendência, ela já existe, hoje vinculada à Seas.

Essa situação de passagem para a Sedam nada mais é, que uma mudança de Secretaria que não vai estar subordinada à Sedam, e sim vinculada à Sedam, até porque os indígenas não têm interesse de estar subordinados a nenhuma Secretaria, como hoje em relação à Seas.

Em relação à proteção aos indígenas, eu entendo que o direito à proteção aos indígenas começa pela União, e ela é transversal. Tanto, quando a gente leva bola e jogos de time de futebol, é, automaticamente, a gente está falando da Sejucel, que é uma Secretaria.

Quando a gente está falando de assistência com cestas básicas e tudo mais, da Seas. Quando a gente está falando dessa questão ambiental e tudo mais, Sedam. Então, acaba sendo um direito transversal de todas as Secretarias.

E eu estive conversando com a Superintendência e tudo mais, e essa questão é para a estrutura administrativa, porque hoje, eles têm deficiência muito na questão de estar vinculado à Seas a questão administrativa, de ter sala, de ter computador, de ter um espaço para eles desenvolverem os trabalhos. E também foi tratado que isso na prática já ocorre na Sedam, só está regulamentando o que já está na prática. Obrigada, Senhora Presidente.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Parabéns Deputada Taíssa. A gente sabe o grande trabalho, que a Deputada Taíssa tem a favor dos nossos povos indígenas, eu estava até falando com ela, se ela é descendente de indígenas, olha como ela parece, uma índia linda, parece muito as nossas índias.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Olha, que quando eu coloco um cocar indígena, então, fico igualzinha!

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Parabéns Deputada Dr^a Taíssa. Mais alguém para discutir?

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) – Aqui, o Deputado Marcelo Cruz.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Com a palavra o Deputado Marcelo Cruz.

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) – Obrigado, Presidente. Só para deixar registrado aqui. Eu torço muito que a Secretária, a Sedam, que ela dê conta do recado, porque a Secretária não tem expertise nenhuma para dar assistência nenhuma para dar aos indígenas. E assistência não é uma sala de computador para eles imprimirem com uma impressora.

Então, fica aqui minha torcida e meu registro, que realmente eu fico muito preocupado em relação a transferir uma responsabilidade que é da Assistência Social, que já tem a expertise de dar assistência para esses povos.

Daqui um pouco a gente vai transferir também a responsabilidade daqueles povos indígenas que plantam café, que plantam cacau, lá para a Sedam, que não tem expertise nenhuma de cultivar e de dar manutenção. Fica aqui minha torcida e deixar registrado também a minha preocupação. Obrigado, Presidente.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Parabéns, Deputado Marcelo Cruz.

Em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Deputado Delegado Camargo, contra.

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) – Presidente, é o parecer, não é? É o parecer a votação, não é?

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – Esse é o parecer.

Está aprovado o parecer, mas com um voto contra do Deputado Delegado Camargo.

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) – Registra minha abstenção aí, Presidente.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) – **Com um voto contrário do Deputado Delegado Camargo e a abstenção do Deputado Marcelo Cruz, está aprovado o parecer.**

Em turno único de discussão e votação Projeto de Lei Complementar 66/2024, de autoria do Poder Executivo. Os deputados favoráveis votarão "sim", os contrários votarão "não".

Solicito ao Senhor Secretário que faça a chamada nominal.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Como vota o Deputado Alan Queiroz? Vota "sim".

Deputado Alex Redano?

Deputado Cássio Gois?

Deputado Cirone Deiró?

Deputado Cláudia de Jesus?

Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Voto "não".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) – Voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deputado Delegado Camargo contra, "não". Deputada Cláudia de Jesus, "sim".

Como vota, Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) – Deputado Delegado Lucas vota "sim", Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Sim". Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA – "Sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Sim". Deputado Edevaldo Neves?

O SR. EDEVALDO NEVES - Voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Sim". Deputado Eyder Brasil?

O SR. EYDER BRASIL – "Sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Sim". Deputado Ezequiel Neiva?

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Deputado Ezequiel Neiva vota "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Sim". Deputada Gislaíne Lebrinha? Deputada Ieda Chaves?

A SRA. IEDA CHAVES – "Sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Sim". Deputado Ismael Crispin? Deputado Jean Mendonça? Deputado Jean Oliveira? Deputado Laerte Gomes? Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deputado Luis do Hospital, "sim". Deputado Luizinho Goebel?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência) – Deputado Luizinho Goebel, "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Sim". Deputado Marcelo Cruz? Deputado Nim Barroso?

Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES – Voto “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Sim”.
Deputado Ribeiro do Sinpol?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Por videoconferência) – Voto “sim”, voto “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Sim”.
Deputada Rosangela Donadon?

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) -
Voto “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Sim”.
São 13 votos “sim” e um contrário, Senhora Presidente.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- não votou
- Deputado Cássio Gois	- não votou
- Deputado Cirone Deiró	- não votou
- Deputada Cláudia de Jesus	- sim
- Deputado Delegado Camargo	- não
- Deputado Delegado Lucas	- sim
- Deputada Dr ^a Taíssa	- sim
- Deputado Edevaldo Neves	- sim
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputada Gislaíne Lebrinha	- não votou
- Deputada Ieda Chaves	- sim
- Deputado Ismael Crispin	- não votou
- Deputado Jean Mendonça	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- não votou
- Deputado Laerte Gomes	- não votou
- Deputado Luis do Hospital	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- não votou
- Deputado Nim Barroso	- não votou
- Deputado Pedro Fernandes	- sim
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- sim
- Deputada Rosangela Donadon	- sim

A SRA. ROSANGELA DONADON (Presidente) -
Com 13 votos “sim”, um voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei Complementar 66/2024. Vai ao Expediente.

Amigos, vamos suspender a Sessão por cinco minutos, só para discutir um projeto. Quem está on-line, por favor, permaneça e nós discutiremos um projeto só por cinco minutos.

Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se esta Sessão às 18 horas e 57 minutos e reabre-se às 19 horas e 04 minutos, quando a Senhora Rosangela Donadon passa a presidência ao Senhor Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 822/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 41/25. Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – Caerd e autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeira, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – Sefin, e crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sedec, até o valor de R\$ 34.517.091,36, e dá outras providências.

Falta parecer, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – O projeto encontra-se sem parecer. Convido o nobre Deputado Delegado Camargo, para proceder o parecer em plenário.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Presidente, enquanto encaminha para fazer o parecer, eu só gostaria de, neste momento, fazer...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Só um minutinho, nobre Deputado Ezequiel Neiva, só um minutinho.

Convido aqui o Deputado Jean Oliveira para proceder ao parecer. Com a palavra, Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Enquanto o nobre Deputado Jean Oliveira vai fazer o parecer, eu só gostaria de fazer uma homenagem e dar os parabéns ao nosso Pastor Nelson Luchtenberg.

No último final de semana, ele foi eleito Vice-Presidente da CGADB, Convenções Gerais da Assembleia de Deus no Brasil. É o 5º ocupando esse o cargo aqui de toda a nossa região norte.

Pastor Nelson Luchtenberg, que é o pastor-presidente da Igreja Assembleia de Deus do Estado, aliás, da capital, Porto Velho, e é também o Presidente da nossa Convenção Estadual aqui em Rondônia. Um homem muito honrado, pastor íntegro, comprometido realmente com a palavra de Deus e com a comunidade cristã, em especial com a nossa Igreja, à Igreja que eu pertencço, a Igreja Assembleia de Deus.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com a palavra, Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Projeto de Lei 822/2025 do Poder Executivo/Mensagem 41/25, que “Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – Caerd e autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeira, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – Sefin, e crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Secretária de Estado de Desenvolvimento

Econômico – Sedec, até o valor de R\$ 34.517.091,36, e dá outras providências.”

Trata-se de uma transferência de recursos, autoriza a abrir de crédito suplementar para a Caerd, no valor de R\$ 34.517.091,36. O objetivo é fazer um aporte para pagamento de dívidas que ao longo da existência da Caerd foram surgindo. E aí esse valor ficou um montante muito alto, mas fruto de uma negociação bem sucedida pelo Governador, esse valor veio a diminuir em um percentual significativo.

É necessário esse aporte na Companhia de Água e Esgotos para que exista uma Certidão Negativa, para que o Estado possa ficar adimplente. Portanto, somos de parecer favorável e nós pedimos aqui, além do parecer favorável, para que os parlamentares deem apoio nesse projeto.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Alguém para discutir o parecer? Não havendo, vamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Vamos agora à votação do projeto. Os deputados favoráveis, permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Está aprovado o Projeto de Lei 822/2025. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - PROJETO DE RESOLUÇÃO 115/2025 DA MESA DIRETORA. Altera a redação do § 7º ao artigo 1º da Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024, que “Regulamenta a concessão, o procedimento e a prestação de contas diárias no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, revoga a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e dá outras providências.”

Com emenda.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O projeto encontra-se sem parecer. Convido a Deputada Ieda Chaves, para proceder ao parecer em plenário.

Convidar o Deputado Delegado Camargo para proceder ao parecer em plenário.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Projeto de Resolução 115/2025, de autoria da Mesa Diretora, que “Altera a redação do § 7º ao artigo 1º da Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024, que “Regulamenta a concessão, o procedimento e a prestação de contas diárias no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, revoga a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e dá outras providências.”

Senhor Presidente, trata-se de Projeto de Lei 115/2025, cujo teor diz respeito à concessão de diária ao servidor lotado em Comissão permanente desta Casa que será autorizado pelo Presidente da Comissão limitado a dois servidores, desde que o trabalho a ser realizado esteja relacionado às atividades realizadas pela Comissão.

Posteriormente o projeto conta também com

uma Emenda, de autoria do Deputado Ezequiel Neiva, que no artigo 3º diz: “Excepcionalmente, o parlamentar que se deslocar em atividades inerentes ao exercício do mandato poderá ser acompanhado por até (2) dois servidores para viagem interestadual ou internacional, desde que justificada e devidamente comprovada a necessidade de assessoramento, ficando a cargo da Secretaria-Geral a análise de cada caso concreto.”

Isto posto, por obedecer às normas regimentais de boa redação técnica e legislativa, meu parecer é favorável pelas Comissões.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado pelo parecer, nobre Deputado Delegado Camargo. Algum deputado gostaria de discutir o parecer? Esse projeto tem Emenda, tem que aprovar com Emenda.

Algum deputado quer discutir o parecer?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Só uma questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Concedida a questão de ordem.

O SR. DELEGADO CAMARGO – O meu parecer é com Emenda, para ficar registrado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito. Em votação. Os deputados favoráveis ao parecer permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer com Emenda.**

Em discussão o projeto. Não havendo, vamos à votação do Projeto de Resolução 115/2025, com Emenda. Deputados favoráveis, permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o projeto, com Emenda. Vai ao Expediente.**

Quero aqui, em nome da servidora do nosso querido amigo, Deputado Ezequiel Neiva, nossa amiga Neuza, cumprimentar todos os servidores desta Casa que tanto nos auxiliam. Muito obrigado e parabéns pelo ótimo trabalho.

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Não há mais matérias, Presidente, na Ordem do Dia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Agora temos os Vetos da Deputada Drª Taíssa e do Deputado Luis do Hospital, gente!

Encerrada a Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para, em seguida, apreciar matérias em condições regimentais.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 11 minutos)

5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 22.04.2025
INÍCIO: 19h15min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO

SECRETÁRIO: SR. ALAN QUEIROZ

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 5ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Peço a dispensa da leitura da Ata, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, questão de ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Questão de ordem concedida, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Em relação à Sessão Extraordinária anterior, é isso?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Isso.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Eu vou solicitar que faça a leitura da Ata anterior, por gentileza, que foi a respeito da CPI das Reservas. Só para ver como ficou consignado na Ata, por gentileza, Presidente.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Só um minutinho, por gentileza. Estou solicitando aqui.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – É longa, umas três horas.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Deputado Alan.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Oi, quem está falando?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Deputado Cirone Deiró.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Registra a presença do Deputado Cirone Deiró.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deputado Cirone, meu líder, presente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - E todos os deputados fiquem atentos, que é votação nominal.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Pode ser, Secretário Deputado Alan Queiroz. Apenas a leitura na parte no que diz respeito à votação por unanimidade.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Ok.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Só para ficar registrado, por gentileza.

O SR. LUIS DO HOSPITAL (Por videoconferência) - Está tendo algum projeto em votação, Secretário Deputado Alan Queiroz?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vai ter os Vetos. Deputado Luis, Deputada Taíssa e tem acordo da maioria aqui para derrubada.

O SR. LUIS DO HOSPITAL (Por videoconferência) - Ah, ok.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Vou ler só onde está grifado em negrito. Foi solicitado que procedesse à leitura do relatório final da CPI. Fizeram uso da palavra alguns deputados e em seguida, “foi aprovado em única discussão e votação, pelo processo de votação simbólico, por unanimidade, não havendo nenhuma manifestação contrária, a seguinte matéria: Projeto de Lei de Resolução 123/2025, de autoria da Mesa Diretora, que Aprova o relatório circunstanciado e as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pelo Ato Nº P 008/2003-LEG/ALE, que “Constitui e nomeia membro da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, (...)”.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Perfeito, Secretário. Satisfeito

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Positivo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Muito obrigado, pela gentileza.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Lido parcialmente, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Lida a Ata. Colocamos em discussão a Ata. Sem mais observações, está aprovada e será publicada no Diário Oficial.

Passemos à Ordem do Dia. Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – VETO

TOTAL 79/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 29/2025. Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 120/2025, de autoria do Deputado Luis do Hospital, que "Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Regularização Ambiental Diferenciado da RESEX Jaci-Paraná - PERAD-RO e dá outras providências".

Falta aparecer.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O Veto está sem parecer. Eu convido a Deputada Rosangela Donadon para proceder ao parecer em plenário, por favor.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Por videoconferência) - Presidente, registra a presença do Deputado Jean Oliveira.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Registrada a presença do Deputado Jean de Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Por videoconferência) - Já quero manifestar, Presidente. Meu voto contrário ao Veto do projeto de autoria do Deputado Luis do Hospital. Já está em votação?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Não, já vai entrar agora, é o parecer neste momento.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Por videoconferência) - Está bom, obrigado.

A SRA. ROSANGELA DONADON – Presidente, Veto Total 79/2025, de autoria do Poder Executivo, "Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 120/2025, de autoria do Deputado Luis do Hospital, que "Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Regularização Ambiental Diferenciado da RESEX Jaci-Paraná - PERAD-RO e dá outras providências".

O parecer, Presidente, é pela derrubada do Veto.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Em discussão, o parecer. Algum deputado para discutir? Não havendo, vamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Vamos à votação. Deputado Secretário Alan Queiroz, para a chamada nominal. Quero já antecipar o meu voto também para a derrubada do Veto.

Os deputados favoráveis ao Veto votarão "sim", os contrários ao Veto votarão "não". Irei votar "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deputado Alan Queiroz vota "não".
Deputado Alex Redano?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – "Não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não".
Deputado Cássio Gois?
Deputado Cirone Deiró?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – "Não". Voto "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não".
Deputada Cláudia de Jesus?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) – Por favor, só me explique novamente.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deputada Cláudia de Jesus, é o Veto ao projeto do Deputado Luis do Hospital. Para manter o Veto é "sim", para derrubar é "não".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) – "Não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não".
Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Voto "não" ao Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não" ao Veto.

Deputado Delegado Lucas?
Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA – "Não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não".
Deputado Edevaldo Neves, como vota, Excelência?

O SR. EDEVALDO NEVES – Voto "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não".
Deputado Eyder Brasil?

O SR. EYDER BRASIL – "Não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não".
Deputado Ezequiel Neiva?

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Acompanho o relator, voto "não" ao Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não".
Deputada Gislaíne Lebrinha?
Deputada Ieda Chaves?

A SRA. IEDA CHAVES – Voto "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não".
Deputado Ismael Crispin?
Deputado Jean Mendonça?
Deputado Jean Oliveira?

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – "Não".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Por videoconferência) – “Não”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Não.”
Deputado Jean Oliveira, já manifestou seu voto,
“não”.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Por videoconferência) –
Deputado Jean Oliveira, “não”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Não.”
Deputado Laerte Gomes?
Deputado Luiz do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Voto “não”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Não.”
Deputado Luizinho Goebel?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência) – “Não.” Deputado Luizinho, “não”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Não.”
Deputado Marcelo Cruz?

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) –
“Não”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Não.”
Deputado Nim Barroso?
Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES - Voto “não”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Não.”
Deputado Ribeiro do Sinpol?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Por videoconferência) - Voto “não”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Não.”
Deputada Rosangela Donadon?

A SRA. ROSANGELA DONADON - Voto “não”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Não.”
Com 18 votos contrários, Presidente. Derrubado
o Veto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Alan Queiroz	- não
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cássio Gois	- ausente
- Deputado Cirone Deiró	- não
- Deputada Cláudia de Jesus	- não
- Deputado Delegado Camargo	- não
- Deputado Delegado Lucas	- ausente
- Deputada Dr ^a Taíssa	- não
- Deputado Edevaldo Neves	- não

- Deputado Eyder Brasil	- não
- Deputado Ezequiel Neiva	- não
- Deputada Gislaíne Lebrinha	- ausente
- Deputada Ieda Chaves	- não
- Deputado Ismael Crispin	- não votou
- Deputado Jean Mendonça	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Luis do Hospital	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- não
- Deputado Marcelo Cruz	- não
- Deputado Nim Barroso	- ausente
- Deputado Pedro Fernandes	- não
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- não
- Deputada Rosangela Donadon	- não

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – **Com 18 votos “não”, nenhum voto “sim”, está rejeitado o Veto Total 79/2025. Vai Expediente.**

Parabéns, Deputado Luis. O homem é forte.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - O homem é forte. Muitos amigos nesta Casa.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Agora, precisamos da força de todos, tem acordo para a derrubada do Veto dos projetos da Deputada Taíssa.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - VETO TOTAL 78/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 25/25. Veto Total ao Projeto de Lei nº 399/2024 de autoria da Deputada Dra. Taíssa que “Institui o Programa de Defesa Pessoal para as Mulheres no Estado de Rondônia.”

Falta parecer, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Está sem parecer. convido o Deputado Eyder Brasil para proceder ao parecer em plenário.

O SR. EYDER BRASIL - Veto Total 78/2025, de autoria do Poder Executivo/Mensagem 25/25, “Veto Total ao Projeto de Lei nº 399/2024 de autoria da Deputada Dra. Taíssa que “Institui o Programa de Defesa Pessoal para as Mulheres no Estado de Rondônia.””

“O Autógrafo em síntese visa capacitar mulheres a se protegerem contra a violência doméstica e familiar, com atividades que visem treinamentos focados em técnica de defesa pessoal. Inicialmente, analisando a notoriedade do objeto apresentado, apesar de não haver dúvida quanto à benevolente atenção do legislador e ao comprometimento com a população rondoniense, vejo-me compelido a vetar totalmente a propositura, tendo em vista que o programa acarretará ônus para o Estado e criará atribuições legais ao estabelecer um treinamento ou uma ação programática, havendo, também, a necessidade de fixar Órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do referendo programa.”

O nosso parecer pela tecnicidade do documento

está correto, mas nosso parecer político pela necessidade da prática de defesa pessoal para as mulheres, está acima de tudo, Deputada Taíssa. Então, parabênzo a senhora pela sensibilidade e pela visão de proteção às mulheres do nosso Estado de Rondônia.

Eu acho que, mais do que nós nos atermos ao ônus que o Estado pode ter, nós temos que ver a vidas que podemos salvar com isso. Nesta semana, mais uma mulher no Estado de Rondônia foi vítima de violência doméstica, infelizmente.

O meu parecer, pelas Comissões pertinentes, é pela derrubada do Veto, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns e obrigado pelo parecer Deputado Eyder Brasil. Algum deputado gostaria de discutir o parecer? Não havendo, vamos à votação. Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Vamos, nesse momento, à votação. A votação é nominal. Os deputados favoráveis votarão "sim", os contrários votarão "não". O nobre Deputado Alan Queiroz fará a chamada dos deputados.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deputado Alan Queiroz vota "não".
Deputado Alex Redano?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – "Não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não" ao Veto.

Deputado Cássio Gois?
Deputado Cirone Deiró?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – "Não" ao Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não".
Deputado Cláudia de Jesus.
A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) – "Não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não".
Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO - "Não" ao Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não".
Deputado Delegado Lucas?
Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA – "Não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não".
Deputado Edevaldo Neves?

O SR. EDEVALDO NEVES - Contra o Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Contra o Veto é "não".
Deputado Eyder Brasil?

O SR. EYDER BRASIL - Conforme o parecer.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não", conforme o parecer.
Deputado Ezequiel Neiva?

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Também voto favorável ao parecer. "Não" ao veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Favorável ao parecer. "Não" ao Veto.
Deputada Gislaíne Lebrinha?
Deputada Ieda Chaves?

A SRA. IEDA CHAVES – "Não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não" ao Veto.
Deputado Ismael Crispin?
Deputado Jean Mendonça?
Deputado Ismael Crispin, votou?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Por videoconferência) - Isso. Voto "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não", obrigado.
Deputado Jean Mendonça?

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Voto "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não".
Deputado Jean Oliveira?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Por videoconferência) – Deputado Jean Oliveira, vota "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – "Não".
Deputado Laerte Gomes?
Deputado Luis do Hospital? Deputado Luis do Hospital?
Deputado Luizinho Goebel?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência) – Deputado Luizinho Goebel, "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deputado Luizinho Goebel, "não".
Deputado Marcelo Cruz? Deputado Marcelo Cruz?

Deputado Nim Barroso?

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) - Deputado Marcelo Cruz, "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Não” ao Veto, não é, Deputado Marcelo Cruz? Está bom, deputado. Meu Presidente.

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) - Deputado Nim Barroso vota “não” também.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Deputado Nim Barroso, “não”.
Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Deputado Luis do Hospital, vota “não”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Não”.
Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES - Vota “não”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Não”.
Deputado Ribeiro do Sinpol?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Por videoconferência) - Voto “não”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Não”.
E Deputada Rosangela Donadon.

A SRA. ROSANGELA DONADON - Voto “não”.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Não”.
Com 20 votos contrários, Presidente. Derrubada do veto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Alan Queiroz	- não
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cássio Gois	- ausente
- Deputado Cirone Deiró	- não
- Deputada Cláudia de Jesus	- não
- Deputado Delegado Camargo	- não
- Deputado Delegado Lucas	- ausente
- Deputada Drª Taíssa	- não
- Deputado Edevaldo Neves	- não
- Deputado Eyder Brasil	- não
- Deputado Ezequiel Neiva	- não
- Deputada Gislaíne Lebrinha	- ausente
- Deputada Ieda Chaves	- não
- Deputado Ismael Crispin	- não
- Deputado Jean Mendonça	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Luis do Hospital	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- não
- Deputado Marcelo Cruz	- não
- Deputado Nim Barroso	- não
- Deputado Pedro Fernandes	- não
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- não
- Deputada Rosangela Donadon	- não

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – **Por 20 votos contrários, nem um voto favorável, nem uma abstenção, está rejeitado o Veto Total 78/2025. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – VETO TOTAL 77/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 24/25. Veto Total ao Projeto de Lei nº 310/2023 de autoria da Deputada Dra. Taíssa que “Reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial no Estado de Rondônia o evento “Bike Trilha Ecotur” no município de Guajará-Mirim.”.

Cidade linda, maravilhosa. Falta parecer, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – O projeto está sem parecer. Quero aqui enaltecer a belíssima cidade de Guajará-Mirim, cidade que eu tenho um amor especial, não é, Deputada Taíssa? Deputado Alan? Nós temos um carinho, Deputada Taíssa, inclusive queremos estar mais próximos, visitar muito Guajará-Mirim, conte conosco, de preferência a gente abrir uma segunda residência em Guajará-Mirim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Claro, Presidente, eu lá em Ariquemes também.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Estamos juntos, Guajará. Convido o nobre Deputado Eyder Brasil, que confidenciou que está indo morar em Guajará também, que tem um amor por Guajará. O Deputado Pedro só falou que não pode morar em Cujubim, não é, Deputado Pedro? Guajará pode.
Com a palavra, Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL - Quero aqui parabenizar a nossa comunidade, da nossa querida cidade de Guajará-Mirim, importante polo comercial, industrial do Estado de Rondônia, pessoas aguerridas, rondonienses, natos ali, naquela parte tão sensível do nosso Estado de Rondônia.

No meu primeiro mandato, eu tive um gabinete parlamentar na cidade de Guajará-Mirim. E parabenizo os moradores de Guajará-Mirim por ter uma representante tão altruísta e tão empenhada em defender aquela gente que é a Deputada Drª Taíssa.

Parabéns, Deputada Drª Taíssa. Guajará-Mirim, Nova Mamoré, tem sido muito bem representada pela sua estada aqui nesta Casa, pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pelo seu comprometimento com aquela localidade. Parabéns. Guajará-Mirim só tem a continuar crescendo.

A Deputada Drª Taíssa fez um projeto muito simples, que eu já tive a oportunidade de fazer também, que é tornar algo de natureza, reconhecendo como patrimônio cultural de natureza e material no Estado de Rondônia, o evento chamado Bike Trilha Ecotur naquele município.

Isso é uma coisa muito simples, e eu não vejo ônus para o Estado de Rondônia. Então, o Poder Executivo elencou aqui alguns vieses que vetaram esse Projeto de Lei, mas, como parlamentares que somos, temos que nos sobrepor às leis. Não por vaidade, mas por reconhecimento das necessidades da nossa população. É por isso que parabeno a Deputada Dr^a Taíssa pela propositura desse Projeto de Lei importantíssimo para a cidade de Guajará-Mirim, que é reconhecer como patrimônio cultural de natureza e material o evento Bike Trilha Ecotur.

Então, pelas Comissões pertinentes, o meu voto, o meu parecer é pela derrubada do Veto, Presidente.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Não vejo que impacta nada economicamente na questão. Pelo contrário, impacta positivamente. Mas, está bom. Vamos embora. Vamos seguir, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Alguém gostaria de discutir o parecer? Não havendo, vamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Agora o nobre Deputado Alan Queiroz, secretariando dos trabalhos, fará a chamada dos deputados.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Deputado Alan Queiroz vota contra o Veto, "não".
Deputado Alex Redano?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - "Não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Não".
Deputado Cássio Gois?
Deputado Cirone Deiró?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Voto "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Não".
Deputada Cláudia de Jesus?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) - Voto "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Não".
Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Voto "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Não".
Deputado Delegado Lucas?
Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - "Não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Não".
Deputado Edevaldo Neves?
Deputado Eyder Brasil?

O SR. EYDER BRASIL - "Não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Não".
Deputado Ezequiel Neiva? Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Também acompanho o nobre relator, "não" ao Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Não" ao Veto.

Deputada Gislaíne Lebrinha?
Deputada Ieda Chaves?

A SRA. IEDA CHAVES - Voto "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Não".
Deputado Ismael Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Por videoconferência) - Voto "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Não".
Deputado Jean Mendonça?

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Voto "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Não".
Deputado Jean Oliveira?
Deputado Laerte Gomes?
Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Voto "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Não".
Deputado Luizinho Goebel?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência) - Deputado Luizinho Goebel, "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Não".
Deputado Marcelo Cruz?

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) - Deputado Marcelo Cruz, "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Não".
Deputado Nim Barroso?

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) - Voto "não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Não".
Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES - "Não".

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - "Não".

Deputado Ribeiro do Sinpol?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Por videoconferência) – Voto “não”

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – “Não”.
Deputada Rosangela Donadon?
São 17 votos “não”. Veto derrubado.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Alan Queiroz	- não
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cássio Gois	- ausente
- Deputado Cirone Deiró	- não
- Deputada Cláudia de Jesus	- não
- Deputado Delegado Camargo	- não
- Deputado Delegado Lucas	- ausente
- Deputada Drª Taíssa	- não
- Deputado Edevaldo Neves	- não votou
- Deputado Eyder Brasil	- não
- Deputado Ezequiel Neiva	- não
- Deputada Gislaíne Lebrinha	- ausente
- Deputada Ieda Chaves	- não
- Deputado Ismael Crispin	- não
- Deputado Jean Mendonça	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não votou
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Luis do Hospital	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- não
- Deputado Marcelo Cruz	- não
- Deputado Nim Barroso	- não
- Deputado Pedro Fernandes	- não
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- não
- Deputada Rosangela Donadon	- não votou

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – **Com 17 votos contrários, nenhum voto favorável, nenhuma abstenção. Está rejeitado o Veto Total 77/2025. Vai ao Expediente.**

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pela ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Ordem concedida, Deputada Drª Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Quero agradecer imensamente aos meus colegas, que ficaram até as 19h33 de hoje e dizer muito obrigada. Esses dois projetos, primeiramente, nós temos alto índice de violência doméstica no Estado e sabemos da importância de a mulher fazer defesa pessoal até para poder se defender porque infelizmente a Lei Maria da Penha, hoje, ainda fica ineficiente, porque os dados são alarmantes.

E quero agradecer, imensamente, também, sobre o Bike Trilha, nós temos há mais de 20 anos esse evento, mais de cinco mil ciclistas, um dia específico promovido pelo Corpo de Bombeiros esse evento e nada mais justo do que se tornar patrimônio imaterial do Estado.

Então, gratidão a essa parceria e a unidade do Parlamento. Muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Quero aqui agradecer a todos os deputados, a todos os servidores, a toda a população do Estado de Rondônia que está nos acompanhando. Encerrando mais uma Sessão com muitos projetos importantes aprovados.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para amanhã, quarta-feira, no horário regimental, às 09 horas.

Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 34 minutos)

10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 29.04.2025

INÍCIO: 15h30min

PRESIDENTE: SR. LAERTE GOMES

SECRETÁRIO: SRA. DRA. TAÍSSA
SR. CIRONE DEIRÓ

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 10ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Secretária ad hoc) – Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.
Ata lida, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada. Determino que seja feita a sua publicação no Diário deste Poder.

Solicito à Senhora Secretária que proceda à leitura do Expediente recebido.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Secretária ad hoc) – Procede à leitura do Expediente recebido a seguir:

EXPEDIENTE RECEBIDO

1 - Mensagem nº 43/2025 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 20.000.000,00, em favor da

unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, crédito adicional especial por anulação, até o valor de R\$ 20.000.000,00, e cria programa e ação em favor da unidade orçamentária Polícia Militar - PM".

2 - Mensagem nº 44/2025 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que "Dispõe sobre a concessão de reajuste de vencimento básico aos Técnicos Educacionais e Analistas Educacionais e altera dispositivos da Lei Complementar nº 680, de 7 de setembro de 2012".

3 - Mensagem nº 45/2025 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que "Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 748, de 16 de dezembro de 2013".

4 - Mensagem nº 46/2025 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que "Altera e acresce dispositivos da Lei Complementar nº 1.115, de 22 de dezembro de 2021, e revoga as Leis Complementares nº 697, de 26 de dezembro de 2012, e nº 911, de 12 de dezembro de 2016".

5 - Mensagem nº 47/2025 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Estabelece licença prêmio por assiduidade aos empregados públicos da Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - Emater-RO, nos termos do art. 123 ao art. 126 da Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992".

6 - Mensagem nº 48/2025 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que "Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 647, de 20 de dezembro de 2011".

7 - Mensagem nº 49/2025 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 405.151,58, em favor da unidade orçamentária Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE/RO".

8 - Mensagem nº 50/2025 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 14.322.065,01, em favor da unidade orçamentária Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia - Fundep".

9 - Mensagem nº 51/2025 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Altera Anexos da Lei nº 5.982, de 29 de janeiro de 2025".

10 - Mensagem nº 52/2025 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 602/2024, de autoria da Deputada Ieda Chaves que "Dispõe sobre a proteção, a saúde e o bem-estar na criação e na comercialização de cães e gatos no estado de Rondônia e dá outras providências".

11 - Mensagem nº 53/2025 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 601/2024, de autoria da Deputada Ieda Chaves que "Dispõe sobre a proibição do confinamento, acorrentamento e alojamento inadequado de cães e gatos no estado de Rondônia e dá outras providências".

12 - Mensagem nº 55/2025 – Poder Executivo, enca-

minhando Veto Total ao Projeto de Lei nº 741/2024, de autoria da Deputada Dra. Taíssa que "Dispõe sobre a redução do valor da cobrança de taxas de energia elétrica para centros comunitários no estado de Rondônia e dá outras providências".

13 - Mensagem nº 57/2025 – Poder Executivo, encaminhando Mensagem Substitutiva a Mensagem nº 43/2025, de 22 de abril de 2025, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 20.000.000,00, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e crédito adicional especial por anulação, até o valor de R\$ 20.000.000,00, e cria programa e ação em favor da unidade orçamentária Polícia Militar - PM".

14 - Mensagem nº 58/2025 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Assistência Social - Feas, até o valor de R\$ 23.417.063,10".

15 - Ofício nº 3359/2025 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SEDEC, encaminhando Convocação aos conselheiros e suplentes para a 1ª reunião ordinária de 2025 do Conselho Estadual do Consumidor – CONDECON.

16 - Ofícios nºs 1620, 1892/2025 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 1719, 1718/2025 de autoria do Senhor Deputado Cássio Gois.

17 - Ofícios nºs 1724, 1755/2025 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 1721, 1720/2025 de autoria do Senhor Deputado Cirone Deiró.

18 - Ofícios nºs 1634, 2972, S/N, 1707, 1722, 1704, 1721, 1904, 1912, 1896, /2025 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 1709, 1740, 1707, 1705, 1701, 1706, 1708, 1703, 1725, 1702/2025 de autoria da Senhora Deputada Cláudia de Jesus.

19 - Ofícios nºs 1952, 1827/2025 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 1724, 1723/2025 de autoria do Senhor Deputado Delegado Camargo.

20 - Ofícios nºs 1816, 1625/2025 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 1729, 1730/2025 de autoria do Senhor Deputado Delegado Lucas.

21 - Ofícios nºs 1598, 1788, 1820, 1825/2025 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 1655, 1843, 1848, 1845/2025 de autoria da Senhora Deputada Dra. Taíssa.

22 - Ofício nº 1823/2025 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 1852/2025 de autoria do Senhor Deputado Edevaldo Neves.

23 - Ofícios nºs 1612, 1612, 1621, 1619, 1807, 1726/2025 – DITELIR, encaminhando resposta aos Re-

querimentos Parlamentares nºs 1715, 1715, 1716, 1714, 1711, 1713/2025 de autoria da Senhora Deputada Ieda Chaves.

24 - Ofícios nºs 1631, 1806/2025 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 1827, 1817/2025 de autoria do Senhor Deputado Ismael Crispin.

25 - Ofício nº 1954/2025 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 1733/2025 de autoria do Senhor Deputado Luís do Hospital.

26 - Ofício nº 1819/2025 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 1854/2025 de autoria do Senhor Deputado Luizinho Goebel.

27 - Ofício nº 1815/2025 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 1732/2025 de autoria da Comissão de Educação e Cultura – CEC.

28 - Ofício nº 1844/2025 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 1873/2025 de autoria da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social – CSPAS.

29 - Gabinete do Senhor Deputado Ismael Crispin, encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 16 de abril de 2025.

30 - Gabinete do Senhor Deputado Luís do Hospital, encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 23 de abril de 2025.

Expediente lido, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) – Perdão, Deputada Dr^a Taíssa, pode registrar a presença do Deputado Alex Redano, por favor.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Secretário ad hoc) – Com certeza, Presidente.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Aproveitando a oportunidade, deputada, registra a presença do Deputado Jean Mendonça.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Secretário ad hoc) – Registrada as presenças do Deputado Jean Mendonça e do Presidente Alex Redano.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, nobre Secretária, Deputada Dr^a Taíssa. Passemos às Breves Comunicações. Com a palavra por cinco minutos, sem direito a aparte, o nobre Deputado Delegado Camargo, do Republicanos, de Ariquemes.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, nobres colegas Parlamentares, população de Rondônia que nos assiste pela TV Assembleia, pelo canal do YouTube; todos aqueles servidores públicos que estão presentes na galeria desta Casa.

Eu gostaria de chamar a atenção e começar falando um pouco sobre a principal pauta desse Estado, que é tido como Estado do agronegócio. Os senhores devem ter visto ser noticiado pela imprensa, que neste mês de abril, poderia ocorrer o chamado Abril Vermelho. E por que assim denominado? Em razão das ações que

um movimento criminoso, uma organização criminosa travestida de movimento social, estou me referindo ao MST (Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra), disse que iria implementar no Brasil inteiro. Olha, e nós estávamos acabando já o mês de abril.

Eu falei: graças a Deus, em Rondônia não tivemos nenhuma repercussão do Abril Vermelho. Grande engano. Coloca na tela, por favor, esta primeira imagem.

(Apresentação de imagens no telão)

Está ali: "Abril Vermelho - MST prepara ocupações e doações de alimentos em denúncia ao agro e por reforma agrária". Olha que bonito.

Preparam ocupações e doação de alimento, só que não foi isso que fizeram em Rondônia, através de um braço criminoso e violento do MST chamado LCP, a Liga dos Camponeses Pobres. Pode passar a próxima imagem.

Em Machadinho D'Oeste, senhores deputados, a LCP atacou, levando um pai de família, um trabalhador... Após esse homem receber um tiro nas costas e um outro na cabeça. Esse pai de família, que está ali com uma lesão causada provavelmente por uma espingarda, posteriormente, com um tiro também na cabeça, acabou indo a óbito no município de Machadinho D'Oeste, através desse movimento criminoso da LCP.

Eu gostaria aqui de chamar a atenção do Secretário de Segurança Pública desse Estado, do Governador Marcos Rocha, Coronel da Polícia. Tenho certeza que as forças de segurança desse Estado darão uma resposta à altura a esses vagabundos, criminosos e assassinos, que acham que podem invadir propriedades, matar pai de família e causar um terror ao homem do campo.

As nossas forças policiais – Polícia Civil – já oficieei, já pedi empenho para que seja dada uma resposta enérgica nas investigações. A Polícia Militar, através do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) e da Patamo (Patrulhamento Tático Móvel), encontra-se em patrulhamento na região de Machadinho D'Oeste. Desde já, eu peço aos senhores: cacem esses vagabundos, esses assassinos que levam terror ao homem do campo. Porque Rondônia tem lei, Rondônia tem porteira e Rondônia tem arame. E isso deve ser respeitado.

Esse movimento social, que na verdade é uma forma de se travestir, são organizações criminosas. Nós sabemos muito bem por quem são apoiados: pelo partido das trevas. E falando em partido das trevas, eu quero fazer um outro adendo aqui – mais dois – em relação ao homem do campo.

Gostaria de chamar a atenção aqui sobre essa decisão judicial tomada pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Por favor.

Atenção, homem do campo, preste muita atenção: STF manda a União desapropriar terras em Rondônia que têm sido alvo de incêndios. Estão acabando com o agronegócio, estão assassinando o produtor rural em Rondônia. Não!

Para os governos de esquerda, não basta criar 11 reservas no apagar das luzes, como fez o governo – o

desgoverno – do Confúcio Moura, causando insegurança jurídica para inúmeras famílias.

Não basta só criar as reservas no apagar das luzes. Também não basta um governo petista colocar a máquina contra o agronegócio, através dos embargos ambientais, com multas astronômicas contra o produtor rural.

Não basta proibir o financiamento e o crédito rural a essas pessoas que tiveram as suas propriedades embargadas. Não. Os governos de esquerda, cada vez mais, dobram a aposta. Cada vez mais buscam levar terror ao produtor rural que coloca comida na mesa.

Agora, através de uma decisão judicial do STF, determinou que a União faça sabe o quê? Desapropria e tire você daí da sua terra. E sabe qual é o critério, eu abro aspas, e aspas da decisão do Ministro – adivinhe de qual Ministro? Flávio Dino. Vai vendo: “Nos casos em que estiver comprovada a responsabilidade do proprietário na devastação do Meio Ambiente”.

Ou seja, o critério não é o proprietário ser responsável pelo dano, pelo incêndio, ter sido ele o causador, não! A interpretação que o STF deu para mandar – é mandar – a União desapropriar, basta que o proprietário tenha alguma responsabilidade.

Portanto, você, produtor rural, você homem do campo, que já está sofrendo com os embargos, que já está sofrendo com o zoneamento ambiental que está vindo aí, que já está sofrendo com as reservas criadas pelo desgoverno Confúcio Moura...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Presidente, eu vou utilizar meu tempo de 20 minutos que eu tenho na sequência.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Agora estamos no Pequeno Expediente. O senhor terá de se inscrever, pois há mais colegas na sequência.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Então pode me inscrever, por gentileza. Só para eu terminar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Então, conclua, e, depois, você terá a oportunidade de falar por 20 minutos.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Obrigado, Presidente. Eu vou concluir, só porque estou falando do governo do PT e muitos não gostam de escutar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Verdade. Mas o Regimento tem de ser cumprido.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Vamos cumprir. Só para terminar. O governo do PT assassinando o agronegócio. Tenho certeza de que Vossa Excelência defende o agro também. Mas, as verdades precisam ser ditas.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Defendo. Vossa Excelência sabe disso.

O SR. DELEGADO CAMARGO – As verdades precisam ser ditas. Não basta reserva criada no desgoverno Confúcio Moura, não basta tirar o crédito rural, não basta embargar. Agora, você, proprietário, se a sua área for incendiada, sabe-se lá como ou por que, se um evento da natureza ou não, se você tiver qualquer responsabilidade sobre isso, a sua área será desapropriada. Abram o olho! Abram o olho! Eu estou fazendo a minha parte aqui e vocês vão descobrir quem é quem logo mais. Obrigada, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Delegado Camargo. Já está inscrito no Grande Expediente, também, para Vossa Excelência poder colocar aí a verdade dos fatos que Vossa Excelência tem colocado.

Deputado Cirone Deiró, por cinco minutos, sem aparte.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Boa tarde, Senhor Presidente, Deputado Laerte Gomes, meus colegas deputados aqui, de forma presencial, os que estão trabalhando de forma remota. Cumprimentar todos aqui na nossa galeria, os servidores aqui da Sepog, do Coges (Contabilidade-Geral do Estado). Todos vocês. Prestam um grande serviço para o Estado de Rondônia, fazendo todos os controles, a contabilidade. Eu, que sou técnico em contabilidade e formado em Administração, e pós-graduado em Contabilidade e Controladoria, reconheço o trabalho de cada um de vocês, o quão importante é o trabalho técnico, para que o nosso Estado, depois, possa falar que estamos no azul, que tem uma arrecadação em dia, que cumpre com o seu papel. Então, parabéns a vocês. A causa é justa.

Quero cumprimentar aqui, também, a nossa imprensa, que faz um papel brilhante em levar as informações aos quatro cantos de Rondônia.

Mas, meu Presidente, Deputado Laerte Gomes, eu quero celebrar com as mães atípicas do Estado de Rondônia, a primeira lei criada no nosso Estado e em nosso país, em relação às mães atípicas.

Nós, que tivemos um trabalho árduo em relação à educação inclusiva, juntamente com o Tribunal de Contas. À época, o Presidente Paulo Cury nos deu todo o suporte e foi criado um plano de ação no Estado de Rondônia, que está na vanguarda de todos os Estados brasileiros, e, assim que for cumprido esse plano de ação em relação à inclusão escolar aqui no Estado de Rondônia.

E precisamos, além de celebrar, fazer com que essa lei seja verdadeiramente implementada no Estado de Rondônia. É a Lei 4.615, de 2019, uma lei que completa seis anos de existência, e nós não temos ainda ações efetivas no Estado de Rondônia em relação ao atendimento, à rede de apoio às mães atípicas do Estado de Rondônia.

Então eu quero pedir à Sesau, por meio do nos-

so Secretário, Coronel Jefferson, que nós possamos criar uma rede de atendimento, com psicólogos, terapeutas ocupacionais, uma rede de profissionais multidisciplinares que atenda a estas mães aqui no Estado de Rondônia.

Esta lei, à época criada, é celebrada, indicada para que nós possamos ter eventos na primeira semana do mês de maio, e, com isso, chamar a atenção das autoridades para a importância e a necessidade da valorização dessas pessoas que já passam por dificuldades por terem uma pessoa deficiente dentro da Casa. Às vezes, na grande maioria, hoje, 79% dos pais se separam no nascimento dessas crianças com deficiência e sofrem um abalo psicológico muito grande. Não têm vida social e nós não temos dado suporte a essas mães.

E essa lei veio para isto, para chamar a atenção das nossas autoridades em relação a essa programação. Então, eu quero aqui, mais uma vez, dizer dessa necessidade dessa rede de apoio.

Nós temos, sim, que construir estradas, temos que construir prédios, temos que construir pontes, mas primeiro nós precisamos cuidar das pessoas no Estado de Rondônia.

Nós sabemos quão grande é o aumento no número de pessoas com deficiência, de pessoas com transtorno no nosso Estado. Temos que cuidar de quem cuida. Hoje nós vemos tão "em alta" os diagnósticos feitos aqui no Estado de Rondônia. Quantas pessoas são diagnosticadas com autismo e outras doenças raras aqui no Estado de Rondônia e nós não temos tido o cuidado para com quem cuida. E quando essas pessoas, essas crianças se tornam adultas, muitas ficam com depressão, sem possibilidade de crescimento, sem possibilidade de uma visão futura. "O que será do meu filho quando estiver adulto e eu não estiver mais aqui?"

A gente tem de ter esse cuidado. Quero aqui só chamar a atenção das nossas autoridades.

Aproveitando esta tarde, o ensejo, quero aqui desejar a todos os trabalhadores do Estado de Rondônia, nesta quinta-feira, quando iremos celebrar o Dia do Trabalho, reconhecer o trabalho dessa gente que veio para esse rincão brasileiro, estimulada a estar aqui para desbravar este Estado. Muitas pessoas deixaram aqui seu suor, seu sangue nessa terra. E hoje nós temos um Estado próspero, um Estado de oportunidades para as pessoas que escolheram morar aqui.

Então, desejo a todos os trabalhadores do Estado de Rondônia um dia que você possa celebrar suas conquistas, possa estar com a sua família, possa estar com seus colegas de trabalho, celebrando essa conquista de ter um trabalho para fazer, um Estado onde dá oportunidade para todos nós.

E aqui, em nome de vocês, da Sepog, da Coges, desejar a todos os servidores públicos do Estado de Rondônia um grande dia do trabalho. Que Deus continue abençoando, que Ele é a melhor companhia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Cirone Deiró.

Com a palavra agora o Deputado Ribeiro do Sinpol. E antes, Deputado Ribeiro, eu quero parabenizar aqui, hoje a Polícia Civil do Estado de Rondônia, juntamente com a Polícia Civil do Mato Grosso, Mato Grosso Sul, Deputado Delegado Camargo, fizeram hoje uma grande operação contra o crime organizado, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro. Mais de 80 pessoas presas, mais de 300 policiais em Rondônia na rua fizeram uma operação hoje.

Então, está de parabéns a Polícia Civil. Em nome do Secretário de Segurança, o nosso Coronel Vital, em nome do nosso Diretor-Geral da Polícia Civil, Delegado Doutor Samir, junto com todos os delegados, policiais, policiais militares que participaram, policiais penais. Então uma grande operação.

Hoje, inclusive, eu vi uma mensagem do CNSP, que é o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, elogiando a Polícia Civil de Rondônia por ter feito essa operação. Então, quero deixar aqui, em nome do Deputado Ribeiro do Sinpol, em nome do Deputado Delegado Camargo, Deputado Delegado Lucas, parabenizar a Polícia Civil e todos os órgãos envolvidos nessa operação.

O SR. LUIS DO HOSPITAL (Por videoconferência) - Deputado Laerte, registra a presença do Deputado Luis do Hospital, por favor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Registrar a presença do Deputado Luis do Hospital.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL – Obrigado, Presidente e líder, experiente aqui, o nosso grande Deputado Laerte Gomes, nosso campeão de votos, pela referência que fez ao brilhante trabalho das forças de segurança e nessa homenagem aos policiais civis que fizeram essa operação, hoje, muito importante ao combate da criminalidade, às facções e ao tráfico de drogas.

Minha vinda aqui hoje à tribuna, primeiramente, falar também sobre segurança pública. Recentemente, o nosso Governador Coronel Marcos Rocha forneceu um realinhamento salarial para as forças de segurança pública, Polícia Civil, Polícia Militar, os Peritos Criminais, os Policiais Penais, Socioeducadores, todas as forças de segurança.

Nós recebemos a primeira parcela, recebemos a segunda parcela. E, finalizando agora, a gente tem alguns compromissos, que o nosso Governador teve grandes desafios com referência ao Tribunal de Contas, às contas do Estado, que ainda estavam com problemas referentes aos órgãos de controle.

E a minha vinda aqui na tribuna é para pedir ao nosso Governador e também a todos os operadores da segurança pública, nesse caso especial os policiais civis, que nós temos uma grande demanda e é um gargalo muito grande da nossa Polícia Civil referente às nossas pautas de ascensões funcionais, às nossas promoções.

Nós temos hoje uma demanda suprimida de policiais civis que não conseguem aposentar na última

classe; completam o tempo de serviço, 30 anos, e não conseguem ir para a classe especial porque não tem vaga na classe especial. Então, muitos policiais estão tendo que até se aposentar e nós temos uma demanda de policiais na classe até de quase 10 anos.

E eu fiz uma indicação pedindo uma atenção especial ao Governo do Estado de Rondônia, ao nosso Governador Coronel Marcos Rocha, ao Secretário de Segurança Pública, referente a uma indicação para que ocorra uma progressão para os policiais civis, escalonada de classe especial, sem limites de vagas.

Tenho certeza que vai ser lido aqui pela Casa e, posteriormente, o nosso Governador Coronel Marcos Rocha, junto com o nosso Secretário da Casa Civil Elias Rezende, o qual é muito sensível à pauta da segurança pública, sabe a importância da pauta da segurança pública, tenho certeza que vão, sim, apreciar e mandar esse Projeto de Lei aqui para a nossa Assembleia Legislativa.

Sempre eu falo que nós temos a oportunidade de estar aqui dentro da Assembleia Legislativa e, assim como eu, como o Deputado Delegado Camargo, o Deputado Edevaldo, o Deputado Delegado Lucas, o Deputado Ismael Crispin, que nós somos oriundos do berço da segurança pública, berço da polícia, assim como a Deputada Dr^a Taíssa, nós temos a oportunidade de estarmos aqui e defender todos os servidores públicos.

Mas, segurança pública é um tema de grande atenção por parte de toda a sociedade, porque é dali que você vai ter a oportunidade de ter o homem do campo, o homem da pequena propriedade rural, da pequena propriedade da agricultura familiar, onde vai ter a oportunidade de ter uma segurança da sua terra para fazer a produção.

É da segurança pública também que os empresários, os comerciantes podem, sim, ficar trabalhando para que tenha a polícia segura. É preciso que tenha a segurança pública valorizada, que onde nós consigamos, sim, ter a responsabilidade de ter o compromisso para trabalhar de uma forma que a sociedade se sinta segura.

Então, eu tenho certeza que é um dos desafios aqui deste Parlamento. Eu tenho certeza que o nosso Governador, vindo da segurança pública, sabe os anseios das ascensões funcionais, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar. E é um desafio nosso aqui, sempre pautar para que nossos operadores da segurança possam, sim, ter as suas ascensões funcionais nas classes especiais, e assim desenvolver melhor o seu trabalho em prol do desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui. Obrigado, Presidente Laerte Gomes. Estamos juntos nas pautas para o progresso e o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, Deputado Ribeiro do Sinpol.

Com a palavra agora, o Deputado Cássio Gois.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Enquanto o Cássio Gois se dirige à tribuna, eu queria só a questão de ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de ordem concedida ao Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Cumprimentar aqui os vereadores da Cidade de Cacoal, presentes aqui: Clebim Furia, Farlen Maycon, Marilande Alves, Vereador Carlos Freitas. Está também, o Presidente Gimenez Fritz, aqui na nossa cidade. Vereador Zivan Almeida, Vereador Alaézio do Teixeira, Vereador Paulinho do Cinema, e o Vereador Edimar Kapiche. Vieram na comitiva de vereadores para a gente debater pautas importantes da cidade de Cacoal.

Então, obrigado pela parceria, tanto eu quanto o Deputado Cássio Gois, ficamos muito felizes com a presença de vocês e com a união de vocês em defesa das pautas importantes para a cidade de Cacoal. Que Deus continue abençoando grandemente, sempre muito bem-vindos.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Sejam todos cumprimentados, os nossos vereadores de Cacoal, cidade do nosso prefeito, o correligionário Prefeito Fúria. Sejam todos muito bem-vindos à cidade. Estivemos lá no último sábado, no Amigos de Viola, uma grandiosa festa, que já está presente no calendário cultural do Estado de Rondônia. Então, parabéns a todos vocês.

Também, Deputado Cássio Gois, só me permitindo, Vossa Excelência que está na tribuna, deixar os cumprimentos aqui à Vereadora Professora Lú, nossa parceira lá do Município de Costa Marques, seu esposo e ex-vereador Serginho, que está aqui, e à nossa Vereadora Professora Silene, de Costa Marques, que está aqui presente hoje. Sejam muito bem-vindos.

Também cumprimentar a todos que estão aqui, servidores da Sepog, contadores, a todos que se fazem presente aqui nesta Casa. Essa Casa que sempre primou em todas as matérias que dizem respeito a servidor público. Esta Casa sempre esteve presente e jamais reprovou qualquer matéria que diga respeito à melhoria salarial dos nossos servidores.

Com a palavra, Deputado Cássio Gois, por cinco minutos, é o último orador inscrito.

O SR. CÁSSIO GOIS - Muito boa tarde a todos nessa plenária. Cumprimentar também vocês da Sepog, profissionais, dizer da minha alegria de compartilhar com vocês a informação de que minha esposa é profissional de administração, e a gente tem também na família muitos contadores, então a gente sabe a importância que vocês têm no trabalho.

Qualquer pauta que chegar aqui, vocês podem ter certeza, vocês têm o apoio do Deputado Cássio Gois na deliberação e aprovação de matérias que valorizam a vida de cada servidor, que tem somado muito, principalmente na tramitação dos nossos recursos naquela Secretaria, que faz toda a diferença da nossa vida, lá na

ponta, para os rondonienses.

Cumprimentar de forma muito especial aos prefeitos presentes nessa plenária, ao Prefeito Gino da Saúde, da cidade de Nova Brasilândia. Prefeito Gino - que inovou esse final de semana, deputados -, realizando o primeiro Festival de Pesca de Traíra, na cidade de Nova Brasilândia. A arrecadação voltada para os Anjos do Bem, os autistas de Nova Brasilândia, parabéns por esse coração grandioso que você tem.

Eu vi o seu esforço lá naquela represa. Pela quantidade de traíra que pegava, não é, prefeito? Você entregou a premiação para o primeiro, segundo, terceiro e quarto lugar, com a renda toda revertida a essas crianças - que o Deputado Cirone Deiró citou aqui, agorinha, a importância que são os nossos cuidados, através de seja qual mecanismo for, mas que a gente tome uma atitude e que a gente cuide sempre.

Então, parabéns ao Festival de Traíra, tinha um cunho social. Parabenizar o Noel, que foi o vencedor. Nós que patrocinamos o primeiro lugar, e para mim foi uma honra muito grande aquele evento que você fez na sua casa, como prefeito e como gestor.

Cumprimentar também o Gilmar Tomaz, Prefeito de Governador Jorge Teixeira. Nós estivemos lá em uma visita, parabéns ao município pelo trabalho que você faz no município. Não é à toa que foi reeleito.

Dizer também das nossas pautas. Nós tivemos várias tratativas no Governo do Estado de Rondônia. Agradecer aos Secretários que sempre nos recebem tão bem. O Governador Coronel Marcos Rocha escolheu um grupo seletivo de Secretários, desde a Casa Civil até o Secretário da Sejuce, com o qual eu trato muito sobre eventos no Estado de Rondônia, que é o Paulo Higo. E a gente tem feito um trabalho grande.

Cito isso, porque nesse próximo feriado, no dia 1º de maio, nós vamos realizar o primeiro evento em prol dos trabalhadores de Cacoal, a festa dos trabalhadores de Cacoal, em parceria com os empresários de Cacoal. Nós colocamos o recurso para estruturar o evento, e o prefeito, em uma iniciativa, junto com a Primeira-Dama, Joliane Fúria, buscou uma premiação de R\$ 100 mil para o trabalhador brasileiro.

Como é que vai funcionar isso, deputado? Você vai fazer a sua participação no evento, vai colocar uma pulseira no braço, sendo maior de 18 anos, participando do evento na cidade de Cacoal, no espaço Beira Rio. Automaticamente, no dia do trabalhador, no dia do seu descanso, você estará sendo valorizado pela Prefeitura de Cacoal, através do nosso trabalho.

Quero agradecer à Câmara de Vereadores, que vai votar ainda na data de amanhã a abertura do orçamento para que esse evento aconteça na cidade de Cacoal - uma Sessão Extraordinária sendo tramitada pela Câmara. Então, fica aqui ao Vereador Cleber, o Vereador Farley, à Vereadora Marilande ao Vereador Carlos Freitas e aos demais em nome do Presidente Gimenez.

O meu agradecimento à preocupação desta Casa em ofertar para o cacoalense, comodidade, muita atenção e também a participação de vocês nesse even-

to, vai fazer toda a diferença.

Fica aqui a minha gratidão, são esses meninos da Sepog que liberam orçamento para que, lá na ponta, a gente possa proporcionar esse evento maravilhoso ao cacoalense.

Também meu agradecimento: nesse final de semana aconteceu a abertura do Campeonato Estadual de Motocross - uma parceria minha, do Vereador Cleber, do Deputado Cirone Deiró, do Prefeito de Cacoal Adailton Fúria - na realização desse evento que teve recorde de inscrições de pilotos. Foram 300 pilotos participaram da abertura do campeonato estadual, que terá agora mais 11 provas.

Nós levaremos também municípios menores os "Campeonatos Regionais Sul e o Campeonato Regional Norte". Através de nossos recursos, vamos chegar a 10 cidades, tendo e sediando uma etapa do motocross de Rondônia, que hoje se tornou referência para o Brasil.

Esse é o nosso trabalho como deputado: incentivar, fomentar, o esporte, a cultura e o lazer para as pessoas - que reúne multidões. É um evento super família, em que a gente tem muito orgulho de participar. Fica aqui também o meu agradecimento a todos os envolvidos, em nome da Limer (Liga Independente de Motocross de Rondônia) e do Moto clube de Cacoal - e ao público presente, que é a nossa principal atração.

Quero também, nessa tarde, senhores, fazer uma cobrança ao DER do Estado de Rondônia na recuperação da RO-418, é a famosa "linha 7", na cidade de Cacoal. Hoje, o Governo do Estado é quem faz o patrulhamento, o cuidado dessa estrada. É uma estrada importante, que dá acesso à cidade de Rondônia, no Mato Grosso. Estivemos, no final de semana, participando de um evento lá no km 54, e as estradas precisam de um cuidado especial, precisam urgente de uma recuperação pela residência local.

Nós já fizemos esse pedido à Residência local e também formalizamos, através de indicação do nosso gabinete, que seja recuperado a RO-418 de Cacoal, a linha 7, para o escoamento da produção. Nós estamos em pleno auge da busca e da colheita do café no Estado de Rondônia.

Então, fica aqui o meu pedido para que acelere a recuperação dessa estrada que liga dois municípios interestaduais do Estado de Rondônia.

Mais uma vez, muito obrigado pelo dia de hoje e pelas conquistas que, através da Assembleia Legislativa, a gente tem buscado para a cidade de Cacoal. Obrigado, Presidente. Boa condição nos trabalhos na data de hoje.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, Deputado Cássio Gois.

Deputado Delegado Camargo, Vossa Excelência vai usar os seus 20 minutos? Vossa Excelência está inscrito. Com a palavra, meu líder.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Presidente, só quero cumprimentar aqui o Vereador Junior do Ventura, de Governador Jorge Teixeira, nosso parceiro lá. Seja bem-

-vindo. Também ao Prefeito de Gíno, prefeito de Governador Jorge Teixeira. Sejam bem-vindos.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Sejam cumprimentados, em nome do Deputado Cirone, em nome desta Casa, todos os vereadores, o Prefeito de Gíno, lá do Município de Nova Brasilândia D'Oeste. Uma alegria tê-los aqui conosco.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pela Ordem.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Chegaram também, Presidente. o Vereador Zivan Almeida, meu parceiro lá de Cacoal, no segundo mandato; o Vereador Kapiche, no segundo mandato; Presidente Gimenez, também de Cacoal. Acabaram de chegar. Cacoal em peso aqui hoje.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Sejam bem-vindos, Vereadores do Município de Cacoal, em nome do meu correligionário, Vereador Kapiche, também lá do PSD, e demais vereadores do PSD. Em nome do Deputado Cirone Deiró, em nome do Deputado Cássio Gois, em nome do nosso Prefeito Adailton Fúria.

Com a palavra, em questão de ordem a Deputada Dr^a Taíssa, antes da palavra do Deputado Delegado Camargo.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Obrigada, Presidente. Aproveitar para cumprimentar o Prefeito Gíno, de Nova Brasilândia D'Oeste; o Gilmar Tomaz, o Prefeito de Governador Jorge Teixeira; todos os vereadores aqui presentes, toda a imprensa de Cacoal. Satisfação de coração.

E a todos os servidores aqui presentes, a gente fica muito feliz com a vocês.

A gente vê uma placa: "Gestão pública é construir um futuro melhor". Isso é verdade. É através do trabalho atrás das telas dos computadores.

O Deputado Cássio Gois falou com muita propriedade: quantas vezes nós, parlamentares, temos a política pública chegando na ponta através do trabalho de vocês? Quantas vezes vocês fazem a diferença para que as nossas emendas parlamentares sejam entregues – seja num evento, seja num tomógrafo dentro do município.

Então, parabéns ao seu trabalho!

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Deixa eu concluir.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Só para concluir. Como é questão de ordem, um minuto.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Tudo bem, a questão de ordem pode ser um minuto, mas acho que você não vai ser indelicado como mulher dentro do Parlamento, não é? Até porque a gente...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Não, mas só conclua. Aqui, indiferente de homem e mulher, todos somos deputados. Quero só cumprir o Regimento.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Todos somos deputados, mas a gentileza já começa porque nós somos mulheres, e não vai impedir a gente falar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Vamos lá, mais um minuto, então. Mais um minuto.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Obrigada. Obrigada pela gentileza. Até porque, nós, mulheres jamais vamos nos calar. E agradecer a todos vocês pelo trabalho, pela **de-terminação**, e dizer para vocês... Podem rir, mas é sério isso, não brinquei não, com ele.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – “Bora, bora”, deputada.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Agradecer imensamente o trabalho de vocês e que nós possamos juntos. E quando eu falo que política pública é feita através... Independente, se a gente está no mandato, ou se a gente está atrás de um computador, e em qual o serviço nós estamos.

Eu já fui policial militar, e, dentro da Polícia Militar, a gente pode fazer a diferença na vida de muitas pessoas, como vocês, servidores.

Que Deus abençoe a pauta de vocês e que nós consigamos, através do mandato como parlamentar, aprovar os projetos. Obrigada.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Com a palavra o Deputado Delegado Camargo. Deputado Delegado Camargo, desculpa a demora. Vossa Excelência está esperando na tribuna, mas é por uma boa causa.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Não, inclusive, se alguma outra colega quiser falar, eu cedo gentilmente a minha fala, deputado, fico à disposição.

Senhor Presidente, povo de Rondônia que nos assiste, eu volto a essa tribuna aqui, porque tenho o compromisso de trazer à tona a verdade, doa a quem doer, mesmo sofrendo ataques infundados do governo petista, que recentemente fez um vídeo reagindo aos meus posicionamentos.

Pois é, o PT, que diz defender os pobres e, pelo visto, gosta tanto de pobre que quer os deixar ainda mais pobres. Não basta o “mensalão”, não basta o “petrolão”, não basta a “lava-jato”.

Não sei se vocês acompanharam agora, eles resolveram meter a mão no bolso dos velhinhos! Dos mais vulneráveis! Dos mais desassistidos, que são os aposentados e pensionistas. E foi noticiado essa semana na imprensa uma fraude de mais de R\$ 6 bilhões no INSS. Fraude esta, que tem uma metodologia, eles são especialistas em montar mecanismos de surrupiar os cofres públicos.

Nessa fraude que ultrapassa R\$ 6 bilhões, no INSS, foram deflagrados 211 mandatos de busca e

apreensão, mais de seis prisões temporárias. E o esquema montado por esse governo petista, desgoverno, incluía a criação e a utilização de associações fantasmas. Sabe para quê? Para, de forma indevida, fazerem descontos mensais nos valores que os aposentados e pensionistas recebiam no INSS.

E talvez alguém possa dizer: "Ah, mas o Lula não sabia?" Essa é sempre a desculpa: não sabe de nada! E está tudo ali à vista de todos. "O Lula não sabia, o Lula não sabia, o Lula nunca sabe de nada!"

Mas, há uma fala que todos podem consultar, do Deputado Evair de Mello, do PP, que fala claramente que procurou o Ministro do governo federal, o Ministro da Previdência, e avisou das denúncias e das sérias suspeitas de fraudes que estava havendo ali no INSS. E, o que eles fizeram, para variar? Nada, não é? A "companheirada" ali. Pois é. Um governo omissivo, um governo tolerante e, mais que isso, um governo conivente com o crime, com a companheirada, e os seus comparsas.

Por isso só me resta uma conclusão em relação aos governos de esquerda: quem não está roubando, está mentindo.

Obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Liderança. Não há oradores inscritos. Encerrada as Comunicações de Liderança, passamos para a Comunicação Parlamentar, por cinco minutos.

Com direito à palavra, a Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Boa tarde a todos. Servidores aqui presentes. Um "boa tarde" especial a todas as autoridades e quem nos acompanha de forma online.

Semana passada, eu estive aqui nessa tribuna, falando da triste realidade da neurocirurgia. E eu quero agradecer, porque depois da nossa fala, o contrato foi assinado, e, automaticamente, hoje, o Hospital João II está com assistência, em relação à neurocirurgia.

O que me deixou assustada é que no momento da minha fala, eu tinha um conhecimento de que eram apenas 20 pacientes que estavam precisando. Mas, Deputado Cirone, era muito maior do que eu imaginava. Somando os pacientes do Hospital de Base junto com o João Paulo, passava de 80 pacientes precisando de cirurgia. E eu não estou falando de cirurgias de baixa complexidade. Eu estou falando de cirurgias de alta complexidade, de valores que, no particular, várias delas passam dos R\$ 100 mil, e que a nossa população estava desesperada.

Eu falei aqui em tribuna, diligencie, conversei com a Doutora Adriana. E aqui eu venho fazer um pedido ao Secretário de Saúde. A nossa população aumentou. O que nós tínhamos 15 anos atrás é diferente. Nós precisamos de mais leitos de UTI para dar fluidez nas cirurgias necessárias que precisam de neurocirurgiões. E isso é extremamente importante.

A fala da semana passada, de uma paciente que

tinha mandado mensagem que estava desesperada para conseguir R\$ 100 mil para poder fazer a cirurgia, graças a Deus, ela ainda está no João Paulo esperando um leito para ser transferida para o Hospital de Base, mas hoje tem a tranquilidade de saber que o trabalho e o contrato voltaram à normalidade, por enquanto. E não é só a parte contratual, nós precisamos avançar. E aqui eu peço do Secretário de Saúde que nós possamos ter mais leitos de UTI para dar fluidez às cirurgias e para dar dignidade para as pessoas.

Senhores, a fala aqui são de pacientes que correm o risco de ficar sem enxergar, de ficar sem andar, de ficar com uma seqüela para o resto da vida. E agradecer imensamente a rapidez que a Secretaria teve, mas que outras vezes não precise vencer o contrato, que a gente possa ter essa diligência de forma mais rápida e séria. E aqui eu já faço um aviso, vou estar na ponta, vou estar fiscalizando, e que nós possamos dar fluidez às cirurgias.

Também quero agradecer ao Coronel Eder. Nós fizemos o pedido para que a RO-420 tivesse a manutenção através de autorização do nosso Governador Coronel Marcos Rocha. Faltam oito quilômetros para chegar em Nova Dimensão, está um tapete, eu estive agora no final de semana rodando na RO. E agora ele tem uma expectativa de finalizar, até depois de Jacinópolis, toda aquela região com uma qualidade. E que nós possamos, não temos o asfalto, mas pela estrada de chão, Deputado Cirone, tem que estar boa, tem que estar com manutenção.

E já faço um pedido para agilidade no cronograma em relação ao início da terraplanagem de Jacinópolis e também a pavimentação asfáltica, onde o governo colaborou muito e nós colocamos R\$ 2 milhões de emenda parlamentar para aquela população que foi esquecida, que não tinha a dignidade de ter uma ponta de asfalto, que dá uma renda gigantesca para o Estado de Rondônia, onde tem diversos produtores tanto da pecuária, como do café e que rende muito para o Estado de Rondônia, possam ter a dignidade de pelo menos sair da poeira o pessoal do comércio, e realmente, assim, falar: "olha, agora a gente tem um olhar", porque vocês têm uma deputada que olha por vocês.

Mas, aproveitando aqui, eu não posso deixar de falar uma coisa que vem me incomodando. E eu não sei, Deputado Edevaldo, se aqui em Porto Velho está sendo diferente, mas nós estamos com um problema sério na emissão das Identidades. Tem um contrato aí que é ínfima a quantidade de liberação. Lá na minha região, as pessoas ficam desesperadas para poder fazer a atualização da identidade, ainda mais em uma região de fronteira que precisa da documentação. O povo não está conseguindo.

Um serviço que deveria ser gratuito, que deveria funcionar a todo vapor, com qualidade e emitir rapidamente as identidades das pessoas, essa não é a realidade. Então eu peço aqui à Secretaria, ao governo, a quem tiver que fazer o que tem que ser feito, se tem que aumentar a cota do contrato, porque requerimento e indicação nós já mandamos, mas não está sendo sufi-

ciente. E, assim, nós precisamos resolver esse problema, porque hoje no meu WhatsApp é comum um monte de mensagem de pessoas falando “deputada, eu não estou conseguindo tirar uma simples Identidade, imagine o restante das coisas que a gente precisa”.

Então, aqui a gente faz um apelo à Secretaria. Reveja o contrato, vê o que está acontecendo, se o prestador de serviço que foi contratado, se ele não está entregando, troca de empresa, mas tem que dar assistência para o povo rondoniense. Imagina, senhores, uma simples Identidade, a pessoa não conseguir tirar. Não adianta fazer propaganda que está sendo entregue, que está acontecendo, que é gratuita, se na ponta isso não ocorre.

E a verdade é, pelo menos na minha cidade — aqui em Porto Velho, tenho certeza que não está sendo diferente — a quantidade de vagas para tirar a identidade é ínfima e, quando tem, a pessoa demora de 4 a 5, 6 horas para poder tirar um documento que é extremamente importante para as pessoas.

Então, peço encarecidamente que providências sejam tomadas, porque senão, além de falar na tribuna, vamos tomar outras medidas, porque o povo não pode ficar à mercê de tirar um simples documento. Imagina quem vem da fronteira; imagina quem vem de outros locais; imagina quem precisa tirar um passaporte; quem precisa sair do Estado, porque a Identidade tem prazo e precisa dessa atualização. Situação simples que impacta diretamente na vida das pessoas, porque o simples, infelizmente, não está sendo feito e nós precisamos de providência.

Obrigada, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, Deputada Dra. Taíssa. Encerradas as Comunicações Parlamentares, passaremos à Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Procede à leitura das Proposições recebidas, a seguir:

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA. Requer a aprovação de Voto de Louvor ao Pastor Nelson Luchtenberg, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo, com extensão ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Agência de Regulação dos Serviços Públicos do Estado de Rondônia — AGERO, que sejam prestadas informações oficiais acerca da data em que foi realizada a sabatina da Sra. Silvia Lucas da Silva Dias, Diretora Presidente da AGERO, no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, MULHER E IDOSO. Requer ao Governo do Estado de Rondônia, extenso

à Casa Civil, à Secretaria de Estado da Mulher, da Família da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS e à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, providências quanto à elaboração e a implementação do Plano de Metas para o Enfrentamento Integrado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, instituídos pela Lei Federal nº 14.899, de 17 de junho de 2024, bem como o envio de informações sobre o estágio atual de cumprimento das diretrizes estabelecidas na referida norma.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, o cancelamento da Audiência Pública, aprovada através do Requerimento Nº 1831/2025, que iria acontecer no dia 05 de maio de 2025, às 14 horas, no Auditório desta Casa de Leis, a fim de debater o Projeto de Lei nº 755/2025 — Mensagem nº 11/2025, que altera dispositivos da Lei Estadual nº 2.675/2011, referente à qualificação de Organizações Sociais de Saúde (OSS) no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EDEVALDO NEVES. Requer ao Governador do Estado, extenso à Casa Civil e à Secretaria do Estado da Saúde de Rondônia - SESAU, informações e providências quanto à falta de medicamentos na Central de Distribuição de Medicamentos do Governo Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil, ao Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania — SESDEC, e ao Diretor-Geral da Polícia Civil do Estado de Rondônia, informações e providências acerca do funcionamento do Núcleo de Proteção aos Animais (NPA), criado pela Resolução nº 30/2017 do Conselho Superior da Polícia Civil - CONSUPOL.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer ao Governador do Estado e ao Presidente da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia, informações e providências quanto à viabilidade de alteração do Projeto de Lei nº 757/2025.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora nos termos regimentais, Votos de Louvor aos servidores da Secretaria de Estado da Justiça — SEJUS pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, conforme relação anexa.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora a aprovação de Voto de Louvor à Autarquia Municipal de Esporte de Cacoal - AMEC em reconhecimento pelos 40 anos de notáveis contribuições voltadas ao desenvolvimento esportivo, capacitação de atletas, estímulo a atividades recreativas e promoção do bem-estar e da qualidade de vida no Estado de Rondônia, em especial no município de Cacoal.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, informação sobre o andamento da implantação de redutores de velocidade e faixas de segurança na

RO-387, no município de Espigão D'Oeste.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, solicitação de informações detalhadas sobre a oferta de exames de ressonância magnética na rede pública do estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, solicitação de informações detalhadas sobre a realização do exame de colonoscopia na rede pública do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer a transferência da sede do Poder Legislativo, para o Município de Ji-Paraná, no dia 28 de maio de 2025, visando a realização de Sessão Solene para outorga de honrarias.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer informações ao Chefe do Poder Executivo Estadual, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil — DITEL, e ao Secretário de Estado da Saúde — SESAU, a necessidade de compartilhamento das informações referentes à Cópia Integral ao processo SEI 0036050596/2024-67, no âmbito do estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de Sessão Solene para a outorga de Honraria aos representantes da Academia de Jiu-Jitsu Família Márcio Frank, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de Sessão Solene para a outorga de Honraria a Senhora Odáisa Fernandes Ferreira, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer informações ao Chefe do Poder Executivo Estadual, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil — DITEL, e à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania — SESDEC, sobre providências em relação aos recentes ataques da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Cabo PM Bruno Bordinhão, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Cabo PM Vinícius Ferreira da Silva, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Medalha de Mérito Legislativo a 2º Sargento da PM Roseli Alves Dos Santos, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO

DELEGADO LUCAS. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Major PM Alisson Lopes Pereira, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de transporte aeromédico para remoção de pacientes em estado grave, no âmbito do Tratamento Fora de Domicílio (TFD), no Estado de Rondônia e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Institui, no âmbito do Estado de Rondônia, o Mês "Abril Laranja", dedicado a ações de conscientização e prevenção à crueldade contra os animais, e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Casa da União Amor de Maria, no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Institui o Dia do Evangélico no âmbito do Estado de Rondônia, a ser comemorado no dia 30 de novembro de cada ano.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora, a realização de Sessão Solene para outorga de homenagens com Voto de Louvor ao Conselho Regional de Serviço Social da 23ª Região e aos profissionais da assistência social, em alusão ao dia 15 de maio, data em que se celebra o dia do(a) Assistente Social, e pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, a ser realizada no dia 18 de junho de 2025, às 14h, no auditório Deputado Amizael Gomes da Silva, nesta Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora, concessão de homenagens com Voto de Louvor ao Conselho Regional de Serviço Social da 23ª Região e aos profissionais da assistência social, em alusão ao dia 15 de maio, data em que se celebra o dia do(a) Assistente Social, e pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, conforme especifica.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Jefferson de Freitas Mouza, Sargento da Polícia Militar, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Edelson Carlos Dias Guimarães, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Ilmo. Senhor Érico Saleme de Souza, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Fábio Félix Santos, Sargento da Polícia Militar, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Re-

quer ao DER, a celebração de Termo de Cooperação Técnica com a Prefeitura do Município de Ji-Paraná, com o objetivo de efetivar o rebaixamento de quatro morros, localizados na Linha 206 na região territorial rural do Município de Ji-Paraná.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Concede Medalha de Mérito Cultural ao senhor José de Albuquerque Cavalcante, pelos relevantes trabalhos prestados no âmbito educacional, social e esportivo no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Instituto Maria Auxiliadora.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Igreja Particular de Porto Velho - Catedral Sagrado Coração De Jesus pelos 100 anos de sua instalação em Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora nos termos regimentais, a realização de Sessão Solene para a efetivação de outorga de Títulos e Votos de Louvor a ser realizada no dia 09 de junho de 2025 as 10 horas no Auditório desta Casa de Leis.

Lidos, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, Deputado Cirone Deiró.

Solicito ao Senhor Secretário fazer a leitura das matérias serem apreciadas, iniciando pelos Requerimentos Legislativos que serão lidos e apreciados em bloco.

Só para falar aqui e vocês, o Presidente da Assembleia, que é quem faz a pauta da Casa, já conversou com alguns de vocês por WhatsApp, não sei se vocês que estão aqui ou não, tanto da Sepog como dos nossos contadores, eu não vou aqui presidindo a Sessão, não vou fazer ninguém ficar aqui aguardando ao que não está na pauta, até por causa do tempo de vocês, que é precioso também.

A matéria de vocês chegou ontem, e estou até lendo a mensagem que foi me passada, não teve consenso de votação, porque chegou ontem, foi lida hoje, e na próxima terça-feira, segundo o Presidente da Casa, disse que vai ser pautada para a deliberação dos deputados. Então, jamais poderia enganar vocês, deixar vocês aqui, e nem só eu, como todos os deputados, sendo que a matéria não foi colocada na pauta por ter chegado ontem.

Então, ela vai deliberar essa semana e, segundo o Presidente, que falou com alguns de vocês aí, não sei com quem, mas disse que falou com quatro ou cinco, pelo WhatsApp, disse que na próxima terça-feira ele pauta a matéria de vocês.

Então, informar a vocês aí, esta Casa jamais negou ou reprovou qualquer tipo de projeto que trate de aumento do servidor. Todos foram aprovados em tempo recorde. Em tempo recorde. Uma matéria dessa para tramitar nesta Casa no mínimo são 60 dias, se fosse pelo prazo normal, para tramitar as Comissões, mas o

Presidente me falou aqui que na próxima terça-feira ele vai pautar a matéria do aumento, tanto da Sepog como dos contadores.

Só para deixar para vocês aqui, a colocação desta Casa, a pauta de hoje, porque também não seria justo vocês ficarem aqui ansiosos, esperando a matéria e ela não estar na pauta.

Então, me cabe, quem faz a pauta é a presidência, me cabe repassar aqui a informação a todos vocês. Mas não tenham dúvida, todos os deputados aqui têm o compromisso de votar a favor, não só da de vocês, como da Emater, que não chegou, como da Sefin, como de todas as classes, porque esta Casa sempre fez isso. Está bom, gente?

Então, eu precisava falar isso para vocês, porque eu sei da ansiedade que é isso, mas é uma semana, vai tramitar na Comissão rápido e na próxima terça-feira, segundo o Presidente da Assembleia, a matéria vai estar em pauta. Está bom?

Eu já tive a oportunidade de falar com alguns colegas, para ser justo e honesto com vocês. Está bom, gente? Vocês tenham certeza do compromisso de todos os deputados aqui de votar a favor da matéria de vocês. Está bom? Abraço, Deus abençoe vocês.

Senhor Secretário, pode seguir.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – A matéria será Requerimentos, votado em bloco, Excelência, vou ler todos eles.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora nos termos regimentais, a realização de Sessão Solene para a efetivação de outorga de Títulos e Votos de Louvor a ser realizada no dia 09 de junho de 2025 as 10 horas no Auditório desta Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA. Requer a aprovação de Voto de Louvor ao Pastor Nelson Luchtenberg, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora, a realização de Sessão Solene para outorga de homenagens com Voto de Louvor ao Conselho Regional de Serviço Social da 23ª Região e aos profissionais da assistência social, em alusão ao dia 15 de maio, data em que se celebra o dia do(a) Assistente Social, e pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, a ser realizada no dia 18 de junho de 2025, às 14h, no auditório Deputado Amizael Gomes da Silva, nesta Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de Sessão Solene para a outorga de Honraria a Senhora Odaísa Fernandes Ferreira, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de Sessão Solene para a outorga de Honraria aos representantes da Academia de Jiu-Jitsu Família

Márcio Frank, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer a transferência da sede do Poder Legislativo, para o Município de Ji-Paraná, no dia 28 de maio de 2025, visando a realização de Sessão Solene para outorga de honrarias.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, o cancelamento da Audiência Pública, aprovada através do Requerimento Nº 1831/2025, que iria acontecer no dia 05 de maio de 2025, às 14 horas, no Auditório desta Casa de Leis, a fim de debater o Projeto de Lei nº 755/2025 — Mensagem nº 11/2025, que altera dispositivos da Lei Estadual nº 2.675/2011, referente à qualificação de Organizações Sociais de Saúde (OSS) no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora nos termos regimentais, Votos de Louvor aos servidores da Secretaria de Estado da Justiça — SEJUS pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, conforme relação anexa.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora, concessão de homenagens com Voto de Louvor ao Conselho Regional de Serviço Social da 23ª Região e aos profissionais da assistência social, em alusão ao dia 15 de maio, data em que se celebra o dia do(a) Assistente Social, e pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, conforme especifica.

Todos lidos, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão, os Requerimentos que acabam de ser lidos. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Aprovados. Vão ao Expediente.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 127/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 44/25. Dispõe sobre a concessão de reajuste de vencimento básico aos Técnicos Educacionais e Analistas Educacionais e altera dispositivos da Lei Complementar nº 680, de 7 de setembro de 2012.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Falta o parecer. Solicito ao Deputado Alan Queiroz para conceder o parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e demais Comissões pertinentes à matéria.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente? Presidente Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Diga, Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Uma questão de ordem, até que o nosso relator se direcione à tribuna para emitir o parecer. Eu queria aqui cumprimentar os servidores da

Sepog, os contadores, a Coges, todo mundo. Dizer que nós respeitamos e estamos apoiando essa matéria. É uma matéria que o governo entende como importante. Queria também solicitar aqui, presidente, a inclusão de pauta. Eu sei que Vossa Excelência tem respeitado — e muito — todos os acordos aqui, e nós temos a pauta hoje. Gostaria de pedir a Vossa Excelência a inclusão, tanto dessa matéria, quanto da matéria da Agero, que foi tratada semana passada.

Queria pedir. Fica a seu critério. Fica a seu critério. E, de forma muito respeitosa. É uma solicitação. Não temos como exigir, mas temos como pedir encarecidamente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu, só para falar, Deputado Jean Oliveira, e Vossa Excelência me conhece muito bem, não sei nem por que Vossa Excelência falou isso. Você sabe que quem pauta... A pauta é do Presidente da Casa. Você foi Vice-Presidente muitas vezes, sabe que o Presidente definiu a pauta, e eu estou aqui só cumprindo, pela ausência dele, e eu não vou desrespeitar o Presidente da Casa, que inclusive conversou com alguns deles, eles entenderam, e Vossa Excelência... **(manifestação na galeria)**

O SR. JEAN OLIVEIRA - Pessoal, só quero fazer... O objetivo aqui não é expor o Deputado, porque...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Já expôs! Eu estou aqui cumprindo uma missão...

O SR. JEAN OLIVEIRA - Calma...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Quando eu lhe conceder a palavra, você pode falar! Eu estou aqui cumprindo a missão de Vice-Presidente e a pauta que o presidente passou. E eu não vou desrespeitar a hierarquia do Presidente. O Presidente fez um compromisso com eles, na próxima terça-feira todos nós vamos votar com a maior alegria, maior carinho; é uma semana. Vai ser votado. Vai ter o meu voto, sempre teve, sempre teve o meu apoio e o Presidente solicitou isso e eu estou aqui cumprindo, Deputado Jean Oliveira.

Vossa Excelência chegou agora na Sessão. Acahou de chegar. Deveria ter chegado mais cedo para ter discutido com o Presidente, isso. Ainda mais que Vossa Excelência é líder do governo aqui. Tinha que chegar cedo para discutir a pauta. Nós discutimos a pauta, lá; não houve consenso, não houve consenso dos deputados; alguns deputados pediram para não colocar, e, por isso, o Presidente não colocou e fez um compromisso conosco, que é uma cobrança nossa, de que na próxima terça-feira vai ser pautado o projeto, tanto o da Sepog, como o projeto dos contadores.

E eu estou aqui cumprindo isso. Pronto. Dessa forma que foi! Se Vossa Excelência tivesse chegado cedo aqui, poderia ter convencido o Presidente. Mas foi pedido e o Presidente determinou. E o Regimento, você sabe, a pauta, é o Presidente da Casa quem faz.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Questão de ordem para que Vossa Excelência... Aqui, o objetivo não é expor o colega. A gente não precisa fazer esse tipo de pressão. O deputado, Vice-Presidente, que preside agora. Por isso, que, Vossa Excelência, eu pedi. É um pedido respeitoso. A gente entende que o senhor cumpre o acordo, cumpre o acordo...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu entendo o seu pedido. Você foi Vice-Presidente durante oito anos.

O SR. JEAN OLIVEIRA – O senhor cumpre o acordo, se tem o acordo de não pautar, nós vamos respeitar. Semana que vem, nós voltaremos aqui para deliberar essa matéria. Então eu queria só saber se havia a possibilidade. Não havendo a possibilidade... Realmente, eu cheguei agora, eu cheguei agora; mas essa matéria está aqui, é pouco! É pouco, mas semana que vem a gente votará.

O da Agero, Senhor Presidente, nós deliberamos semana passada e acordamos que seria hoje. Seria muito importante, até como compromisso que foi feito na semana passada para pautá-lo; tem pedido de vista. Precisa-se declinar os pedidos de vista; se declinados os pedidos de vista, gostaria que fosse incluso na pauta. É um pedido, uma solicitação.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só para acrescentar aqui, a vocês que estão aqui, houve um acordo hoje, depois do almoço, às 14 horas, com todos os deputados. Foi solicitado — que a matéria chegou ontem, e, devido a outras categorias não terem chegado — para ser deliberado na semana que vem. O Deputado Jean Oliveira não estava.

Então, o Presidente, sabiamente, atendeu aos deputados, ouviu outras as categorias, e fez o compromisso de colocar a matéria de vocês na semana que vem. Ela está aqui, ninguém vai tirar mais daqui. Na semana que vem vai ser deliberado, vai tramitar na Comissão, e vai ser aprovada.

Então, a gente tem que falar aqui, jogar aqui com a verdade. Eu não estou jogando para vocês, talvez vocês estejam até chateados comigo, mas eu estou aqui cumprindo a missão do que foi acordado e do compromisso que foi feito para semana que vem estar a matéria em pauta para votar.

Isso foi definido no colegiado com os líderes, com os deputados, depois do almoço. Então, a gente tem que falar a verdade, eu preciso falar. Eu sei que é duro falar isso, mas é uma realidade.

A matéria não está na pauta, eu não vou colocar na pauta, porque já foi feita a pauta, às 14 horas, e quem coloca a pauta é o Presidente, quem faz a pauta é o Presidente da Casa. E a semana que vem vocês têm o compromisso, eu acho que é importante isso. Quanto tempo esse projeto demorou para chegar aqui? Ele já está aqui. A semana que vem tem o compromisso de votar a matéria.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ - Presidente, vou relatar aqui.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Relator, pode relatar a matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ - Presidente, primeiro, obrigado por nos conceder aqui a grande honra e missão de relatar um projeto tão importante quanto esse para os servidores da Educação do Estado de Rondônia.

Quero cumprimentar todos os nossos pares aqui da Casa, os servidores, em especial todos os nossos servidores do Governo do Estado de Rondônia, que tão bem representam o nosso Estado e que fazem, de fato, a nossa engrenagem propulsora para que o Estado tenha tido esse crescimento a cada dia devido ao trabalho valioso dos senhores.

Eu queria só pedir as vossas senhorias que tenham um pouco de paciência. Eu sei que é difícil, uma construção de tanto tempo, ansiosos para que chegasse o projeto nesta Casa. Eu só quero que vocês tenham a clareza e a certeza que será aprovado o projeto de vocês, que é somente um tempo, com tranquilidade, podem ter certeza disso. Não teve um colega sequer, aqui neste Parlamento, que tenha feito qualquer tipo de manobra para que o projeto não entrasse em pauta, porque é contra ou porque não vai ser aprovada a matéria de vocês.

É porque também tem aqui colegas que defendem outros segmentos, que também queriam que todos os projetos chegassem à Casa. Mas, a gente tem a certeza de que está perto de chegar todas essas categorias e a gente quer fazer um grande apanhado para todos vocês, a exemplo do que nós estamos fazendo agora para a Secretaria de Educação. Está certo?

Então, aqui eu quero, Senhor Presidente, a mim cabe relatar o Projeto de Lei Complementar 127/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 44, que "Dispõe sobre a concessão de reajuste de vencimento básico aos Técnicos Educacionais e Analistas Educacionais e altera dispositivos da Lei Complementar nº 680, de 7 de setembro de 2012."

O referido projeto, Senhor Presidente, concede um reajuste de 6,27% ao vencimento básico dos Técnicos Educacionais e Analistas Educacionais. É um ganho importante. Eu quero aqui, Deputado Jean Oliveira e Deputado Ribeiro do Sinpol, que é o nosso líder e o nosso vice-líder, parabenizar aqui o nosso Governador Coronel Marcos Rocha, porque está fazendo justiça também com aqueles servidores que muitas vezes não são lembrados.

A gente sempre tem a discussão e a valorização, com justiça também, dos nossos professores, dos mais graduados, mas aquele que está lá na ponta, o nosso técnico, o motorista, as merendeiras, enfim, tantos outros servidores que tanto contribuem para o bom funcionamento das escolas públicas do nosso Estado de Rondônia, poder estar no momento de ser lembrados.

E eu não posso deixar aqui que esse momento de ter outras categorias não sendo contempladas aqui possa diminuir essa conquista, esse ganho importante para essa categoria.

Então, que Deus abençoe vocês grandemente. Chegou o momento de vocês, como chegará também, na próxima semana aqui, diversos outros segmentos para a gente comemorar junto também com todos vocês da Educação que estão recebendo esse benefício neste momento. Então, tem aqui a minha gratidão a todos os servidores do Estado de Rondônia, a qual também sou servidor, mas no Município de Porto Velho. Sei da luta, sei da importância dessa conquista.

E o meu parecer, Presidente, é favorável pelas Comissões pertinentes. Projeto apto à votação. Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para discutir o parecer do Deputado Alan Queiroz. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em turno único de discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 127/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 44.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Para discutir, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para discutir, Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Eu quero aqui só reconhecer o trabalho do nosso Governador do Estado Coronel Marcos Rocha, que vem valorizar aqui os profissionais de apoio, os nossos técnicos da Secretaria de Educação. O Governador que tem trabalhado pela valorização dos nossos servidores do Estado de Rondônia, todos os anos tem chamado para si essa responsabilidade de valorizar as categorias aqui no Estado.

Estamos aqui hoje votando para os nossos técnicos da Secretaria de Educação, compromisso feito aqui pelo Presidente que está aqui em exercício, o Deputado Laerte Gomes, na próxima terça-feira nós votarmos o Coges, votarmos a Sepog e valorizar essas pessoas que realmente trabalham no Estado, fazem a diferença no serviço público aqui do Estado. Então, parabéns ao nosso Governador Coronel Marcos Rocha.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Não havendo mais discussão, em votação. É um Projeto de Lei Complementar, a votação é nominal. Os deputados favoráveis falem "sim", os deputados contrários, "não".

O nosso Secretário Deputado Cirone Deiró vai fazer a chamada nominal.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) - Como vota o Deputado Alan Queiroz?

O SR. ALAN QUEIROZ - Com certeza, Secretário, "sim".

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) - Deputado Alex Redano?
Deputado Cássio Gois?

O SR. CÁSSIO GOIS - "Sim", pela valorização dos profissionais da Educação.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) - Deputado Cirone Deiró, em nome dos nossos servidores do Estado de Rondônia, voto "sim".
Deputada Cláudia de Jesus?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) - Voto "sim".

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Voto "sim".

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) – Deputado Delegado Lucas vota "sim".

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Por justiça aos servidores de Educação, voto "sim".

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Deputado Edevaldo Neves?

O SR. EDEVALDO NEVES - Voto "sim".

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Deputado Eyder Brasil?

O SR. EYDER BRASIL (Por videoconferência) – Secretário, meu amigo Cirone Deiró, eu quero primeiro parabenizar o Governador Coronel Marcos Rocha, mesmo não estando na obrigatoriedade da lei, está valorizando os técnicos de Educação. Então, meu voto é "sim".

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Deputado Ezequiel Neiva?
Deputada Gislaíne Lebrinha?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Ausente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Deputada Ieda Chaves?
Deputado Ismael Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN - Senhor Secretário, primeiro reconhecer aqui o conjunto de esforços do Governo do Estado e a Secretaria do Estado de Educação por

enviar esse projeto de reconhecimento e valorização dos nossos servidores. Mas faço um destaque, considerando que para os servidores da Secretaria de Educação, ainda algumas metas que precisam ser alcançadas. Como é o caso do reconhecimento do auxílio-alimentação; a situação do auxílio-transporte, que precisa ser discutida, e outras situações que dizem respeito ao Plano de Educação, em especial, como se diz, em relação à formação desses servidores, mestrado, doutorado, e que precisa ser reconhecido pelo Estado.

Então, faço esse destaque, votando, naturalmente "sim", reconhecendo o esforço do governo, mas penso que precisa ainda se debruçar sobre outros temas que eu trouxe.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Obrigado, Deputado Ismael Crispin.
Como vota o Deputado Jean Mendonça?
Como vota o Deputado Jean Oliveira?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado Jean Oliveira vota "sim".

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Como vota o Deputado Laerte Gomes?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Como sempre votei nesta Casa, Senhor Presidente, a favor dos servidores, voto "sim".

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL – Deputado Luis do Hospital, vota "sim".

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Como vota o Deputado Luizinho Goebel?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência) - Senhor Presidente, Secretário, Deputado Luizinho Goebel vota "sim". Alegria estar votando, mais uma vez, um benefício que contempla os nossos servidores da Educação.

Quero agradecer ao Governo do Estado, ao Governador Coronel Marcos Rocha, em especial, ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia - Sintero, que a todo momento esteve na Assembleia, esteve diante do Poder Executivo, sempre cobrando, representando muito bem a categoria da Educação, que hoje recebe esse importante benefício.

Então, agradeço, e para mim é um privilégio poder votar em uma matéria que contempla, pelo menos, no mínimo, os honrados e valorosos servidores da Educação do nosso Estado. Obrigado, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Parabéns, Deputado Luizinho Goebel, pelo voto. Em nome do Sintero, do Sintae (Sindicato dos Técnicos Administrativos Educacionais), fica o reconhecimento de todos

os deputados aqui do Estado de Rondônia, pela votação. Deputado Marcelo Cruz, como vota?

O SR. MARCELO CRUZ – "Sim".

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Deputado Nim Barroso?

Deputado Pedro Fernandes?
Deputado Ribeiro do Sinpol?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL – Senhor Secretário, quero agradecer ao Governador do Estado de Rondônia. Isso é um pedido, um anseio de categoria da Educação. A categoria estava bastante ansiosa, estava com bastante anseio desse aumento. Isso já começa ver a articulação do nosso Governador junto com o Secretário-Chefe da Casa Civil, Elias, que tenho certeza, que isso já tem "dedo" da articulação da Casa Civil. Então, voto "sim", com certeza.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Obrigado, deputado.

Deputada Rosângela Donadon, como vota? Não está presente.

Por 16 votos, "sim", nenhum contrário. Está aprovado, Excelência.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- não votou
- Deputado Cássio Gois	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputada Cláudia de Jesus	- sim
- Deputado Delegado Camargo	- sim
- Deputado Delegado Lucas	- sim
- Deputada Dr ^a Taíssa	- sim
- Deputado Edevaldo Neves	- sim
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- ausente
- Deputada Gislaíne Lebrinha	- ausente
- Deputada Ieda Chaves	- não votou
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jean Mendonça	- não votou
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Luis do Hospital	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- sim
- Deputado Nim Barroso	- não votou
- Deputado Pedro Fernandes	- ausente
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- não votou

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - **Com 16 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei Complementar 127/2025. Vai ao Expediente.**
Próxima matéria.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 825/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 57/25. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 20.000.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – Sefin, e crédito adicional especial por anulação, até o valor de R\$ 20.000.000,00, e criar Programa e ação em favor da unidade orçamentária da Polícia Militar - PM.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - A matéria se encontra sem parecer. Solicito ao nobre Deputado Cássio Gois para proceder ao parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e demais Comissões pertinentes.

O SR. CÁSSIO GOIS – Projeto de Lei 825/2025, de autoria do Poder Executivo/Mensagem 57/2025, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 20.000.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – Sefin, e crédito adicional especial por anulação, até o valor de R\$ 20.000.000,00, e criar Programa e ação em favor da unidade orçamentária da Polícia Militar - PM.”

É um remanejamento de recurso de R\$ 20.000.000,00, à Polícia Militar. O projeto é legal, regimental, está dentro das normas constitucionais e tem o nosso parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão, o parecer do nobre Deputado Cássio Gois. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestam. **Aprovado o parecer.**

Em turno único de discussão e votação, o Projeto de Lei 825/2025, de autoria do Poder Executivo. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestam. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 826/2025 DO PODER EXECUTIVO MENSAGEM 58/25. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Assistência Social - Feas, até o valor de R% 23.417.063,10.

Lida a matéria Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Alan Queiroz proceder ao parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e demais Comissões pertinentes.

O SR. ALAN QUEIROZ - Projeto de Lei 826/2025,

de autoria do Poder Executivo, Mensagem 58/25, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Assistência Social - Feas, até o valor de R% 23.417.063,10.”

O projeto, Senhor Presidente, está dentro da nossa técnica legislativa, preenchendo todos os nossos requisitos regimentais. Portanto, nosso parecer é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do nobre Deputado.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, eu não conheço o projeto. Pedido de vista, só para me dar uma analisada aqui, enquanto vota os outros projetos, por favor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Tá. Então, nós vamos inverter a pauta, então, Excelência?

O SR. MARCELO CRUZ - Pedido de vista.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Pedido de vista concedido para analisar o projeto. Próxima matéria.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 803/2025 DO PODER EXECUTIVO MENSAGEM 30/25. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 10.000.000,00, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e crédito adicional especial por anulação, até o valor de R\$ 10.000.000,90, e cria programa e ações em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - Sedam.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Alan Queiroz para conceder o parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e demais Comissões pertinentes.

Este é um projeto de R\$ 10 milhões de remanejamento para a Sedam.

O SR. ALAN QUEIROZ – Vossa Excelência, quero dar o parecer aqui, por favor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Então, dê o parecer.

O SR. ALAN QUEIROZ - Eu me sinto honrado, Vossa Excelência.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Deixa eu fazer uma ponderação sobre esse projeto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu estou

votando o que está na pauta aqui, meu nobre.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Deixa eu fazer um pedido à Deputada Taíssa. E, se for o caso, a gente inverte a pauta. O pedido vem dos demais Poderes.

O Executivo que está esperando esse recurso para começar os trabalhos, e o Legislativo que detém a possibilidade de aprovar ou não esse projeto. Mas existe, sim, um termo de ajuste de gestão para com as questões de queimadas no Estado, combate à queimada.

No ano passado, nós tivemos o pior momento já vivido sobre questões das queimadas. E os órgãos de controle estão trabalhando para que, neste ano, não tenha. Este recurso vem de forma preventiva, para já começar o combate ao incêndio, para que não aconteça o que aconteceu ano passado.

Existe uma cobrança muito grande para com isso, e está aqui nas nossas mãos para a gente decidir. Então, é basicamente isso: esse recurso vai fomentar o combate ao incêndio, vem de forma preventiva.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Agradeço imensamente, líder, pela explanação e, principalmente, aos Poderes e à Sedam que tem preocupação. Só que tem um rito.

Nós estamos com esse projeto na Comissão de Constituição e Justiça, e o parecer para eu poder deliberar. Agora vim aqui, a gente está analisando na Comissão de Constituição e Justiça, eu estou analisando o projeto dentro do meu gabinete. E, afinal, a gente sabe da celeridade, nós estamos em um período chuvoso e temos que analisar com muita calma. Porque, nós estamos tratando na Comissão de Meio Ambiente, de zoneamento. Nós estamos tratando uma CPI de reservas que foram criadas. E tem que analisar o projeto com calma.

Por isso que, se for para dar o parecer agora, em um projeto que está nas minhas mãos e para ser analisado ainda pela Comissão de Constituição e Justiça, e estou com o prazo, eu já adianto o meu pedido de vista ao projeto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu vou só conceder para o Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, vamos inverter pauta.

Porque é importante, deputada, que Vossa Excelência entenda que isso aqui não tem relação com o zoneamento. Não tem relação com a CPI. Isso aqui trata-se de crédito para subsidiar ações que veem prevenir queimadas.

Se a gente começar a pensar dessa forma, vamos impedir que o Estado possa fazer um trabalho preventivo daquilo que nós passamos no ano passado, que foi terrível, cancelamento de voos, problemas de saúde.

Então é isso. O governo está sendo cobrado, e respondeu que o projeto está aqui na Casa para ser aprovado. A sua contribuição é muito importante, assim como o de todos os colegas. Vamos inverter a pauta, e é

o tempo que Vossa Excelência tem para poder dar uma observada nisso.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só para a gente definir aqui, com o relator, Vossa Excelência quer que inverte a pauta, Deputada Dr^a Taíssa ou mantém a sua posição?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Eu, na verdade, já adiantei o pedido de vista.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - A matéria já foi pautada e eu preciso colocar em votação.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Eu gostaria de pedir a sua colaboração, deputada.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Eu agradeço imensamente, Deputado Jean Oliveira, só que, nesta questão, a gente tem que analisar as coisas com calma.

Eu sou de uma região em que, desde Jacinópolis até Nova Dimensão, o senhor vai muito com frequência ali, em Nova Mamoré, e sabe; nós temos que analisar todo projeto que vem nesta situação, com muita calma, até porque, do mesmo jeito que a gente viu situações de queimadas, nós vimos vários produtores desesperados. Então, a gente tem de analisar o projeto com calma.

Eu entendo a sua preocupação, eu entendo que a gente tem de se prevenir, mas eu entendo que nós temos um Regimento e ele tem de ser seguido. Obrigada.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Com o relator, a matéria. A matéria que está na pauta, Deputado Jean Oliveira, poderia até retirar, mas como o Presidente fez a pauta, e você já foi Vice-Presidente desta Casa, e sabe que a pauta, quem faz é a presidência da Casa, discute com os deputados e faz a pauta. Eu vou seguir o que está na pauta, em respeito a hierarquia do cargo de Presidente — eu sou Vice-Presidente, não sou Presidente da Assembleia Legislativa —, o Presidente discutiu, teve de fazer uma viagem. Ele discutiu com os deputados e foi construindo a pauta coletivamente. Então, eu vou respeitar essa pauta e segui-la.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente Laerte Gomes, que é o Vice-Presidente e ocupa o cargo nesta Mesa, eu queria até aproveitar a oportunidade, ficou um clima aqui ruim, com relação ao pedido de inclusão de pauta de um projeto que já havia sido discutido. Eu tive um problema, consegui chegar agora, acompanhar a votação. Consegui chegar a tempo do primeiro projeto e solicitei a inclusão de pauta de um projeto que já havia sido discutido e argumentado que seria semana passada.

Então, assim, o meu objetivo não foi expor o colega, o acordo já estava feito aqui nesta Casa. A coisa mais importante é “acordo tem de ser cumprido”. A palavra tem de ser cumprida. Então, Vossa Excelência

acordou com o Presidente, o rito da presidência é pautar, Vossa Excelência, hoje, está aqui, de ofício, correspondendo com aquilo que politicamente foi ajustado.

Eu quero aqui dizer que não é interessante o desgaste do parlamentar, até porque o Deputado Laerte Gomes vai corresponder, porque vai votar a favor. Qualquer outro deputado irá votar a favor deste projeto, nós precisamos que votem todos. Sempre votou a favor. Foi líder no passado e defendeu muitas pautas de servidores e não vai ser agora que vai votar contra.

Então, só para limpar essa mal entendido que ficou aqui. É muito importante que se tenha o apoio de todos na votação, tanto do reconhecimento do brilhante trabalho dos contadores, quanto dos analistas da Sepog.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Jean Oliveira. E, só para contribuir com tua fala, a pauta foi construída não só com o Presidente. O Presidente discutiu com os deputados e construiu a pauta e houve essa solicitação. Por isso, eu estou seguindo aqui o que está na pauta. Não cabe a mim botar e nem tirar matérias que sejam inclusas na pauta, que foram decididas pelo Presidente e deputados.

Deputado Alan Queiroz, para dar o parecer.

O SR. ALAN QUEIROZ – Obrigado, Presidente. A não ser que o líder peça, pela liderança do governo, para retirar o projeto.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Olha, eu fiz o que eu tinha de fazer, que era o pedido, a solicitação da Deputada Dr^a Taíssa, mas há necessidade de aprovação desse projeto. Se a Deputada for pedir vista, eu peço, só, que ela peça e que, na próxima Sessão, consiga analisar e já trazer de volta. Mas, não podemos deixar de votar esse projeto.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Meu líder, só para... Só um pouquinho, por gentileza. Inverter ela não consegue. Só para passar um pouco mais minuciosamente o projeto, para tirar as dúvidas dela, para ver se a gente consegue tirar essa vista, que vai prejudicar o trabalho preventivo das queimadas, que a previsão...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Só para, só para concluir essa matéria aqui, contribuindo com o líder e com o vice-líder. É um direito parlamentar, está no Regimento, é um direito parlamentar da deputada, ela quer analisar o projeto. Com certeza, a Deputada Dr^a Taíssa é uma deputada de bom senso, ela vai estudar essa semana, Deputado Jean Oliveira, e, na semana que vem ela vai sentar; e, se tiver alguma dificuldade, ela tem as cinco sessões dela, mas, com certeza, ela sempre contribuiu aqui com a Casa e com o governo. Eu acho que isso não ser problema nenhum. Ok, Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pela ordem. Primeiramente, eu sou advogada, tenho um ótimo relacionamento

com os Poderes. Sei muito bem o que é um TAC, que é um Termo de Ajuste de Conduta; sei como funciona, só que tem coisas que têm de ser analisadas.

Gente, eu sou de uma região em que são complexas essas situações. E a gente tem de analisar os projetos. E eu, tenho um compromisso. Estou agora falando com o Elias aqui, vou analisar o projeto com calma, posso resolver o mais rápido possível, até porque o intuito não é prejudicar nada.

Agora, eu tenho o dever de defender a minha região e eu tenho que analisar as coisas. Até porque, nós já tivemos projetos aqui — o Deputado Cássio Gois, foi prejudicado lá em Cacoal — o projeto foi votado a toque de caixa, hoje Cacoal está desesperada em relação a questão da água.

Então a gente precisa analisar as coisas com calma, porque, senão, depois de o leite ser derramado, ninguém vai lá me salvar na minha região, não. Obrigada.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alan Queiroz para conceder o parecer.

O SR. ALAN QUEIROZ – Presidente, me cabe relatar o Projeto de Lei 803/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 30/25, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 10.000.000,00, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e crédito adicional especial por anulação, até o valor de R\$ 10.000.000,90, e cria programa e ações em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - Sedam..".

O projeto está dentro da nossa técnica legislativa, a matéria é regimental, constitucional. Portanto, o nosso parecer é favorável pelas Comissões pertinentes.

Eu quero também, Presidente, rapidamente falar da necessidade de também termos essas pautas rapidamente discutidas neste Parlamento, e devido ao grande momento que o nosso país vive com relação à questão do nosso agro. A gente vê relações internacionais sendo comprometidas entre China e Estados Unidos, e o Brasil sendo referência na busca desses alimentos.

Então é necessário, sim, também debatermos esses temas aqui para que a gente possa cada vez mais fortalecer o nosso agro. Não é que isso seja contrário ao nosso agro. Pelo contrário, a gente estabelecer um equilíbrio e uma necessidade rápida de a gente ter o nosso país cada vez mais atrativo às relações internacionais.

Então, meu parecer é favorável pelas Comissões pertinentes, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Alan.

Deixa eu ver o projeto aqui. Essa matéria, está aqui na Casa, chegou no dia 8 de abril aqui, no início de abril, foi levada à Comissão, mas é uma matéria de relevante importância.

O Presidente tem a prerrogativa regimental

também de pautar a matéria, e o fez com a sua prerrogativa que tem no nosso Regimento, como, da mesma forma, a deputada tem a prerrogativa de pedir vista para uma análise melhor. E não tenho dúvida que a Deputada Dr^a Taíssa, não tendo nenhuma questão das que ela nominou no projeto, na próxima Sessão ela traz — líder do governo, Deputado Jean Oliveira —, ela traz aqui para ser pautada e para ser deliberada.

Em discussão o Projeto de Lei 803/2025.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Quero pedir vista do projeto, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O projeto está com pedido de vista da Deputada Dr^a Taíssa.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EYDER BRASIL (Por videoconferência) – Para discutir, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só para ver quem está se pronunciando.

O SR. EYDER BRASIL (Por videoconferência) – Deputado Eyder Brasil.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Eyder Brasil, pode falar, é questão de ordem sua fala?

O SR. EYDER BRASIL (Por videoconferência) – Questão de ordem. Antes da Deputada Dr^a Taíssa pedir a vista, usando aquilo que o Regimento Interno lhe assegura, eu só queria discutir o parecer. No momento me encontro, Presidente, na cidade de Rio Branco, capital do Acre, onde eu vim discutir com a Secretaria de Meio Ambiente a questão, inclusive, das queimadas.

A gente sabe que muito do que nós vivemos no ano passado a respeito das fumaças originou-se aqui no Estado do Acre. E aqui no Estado do Acre, a Secretaria de Meio Ambiente teve um retrocesso no seu orçamento de R\$ 21 para R\$ 14 milhões.

O Estado de Rondônia está destinando, só na Sedam, R\$ 10 milhões para ser tratado dessa pauta; e no Corpo de Bombeiros Militar, R\$ 20 milhões — projeto que tem pedido de vista do Deputado Delegado Camargo. E muito se fala que nós estamos vivendo ainda o final do tempo das águas, das chuvas. Mas, se o Estado de Rondônia não se preparar com antecedência, quando chegar a época realmente da seca, das queimadas, vai estar correndo atrás do leite que já foi derramado.

Então, conheço os dois deputados, acompanhei os dois primeiros anos de mandato, tanto do Deputado Delegado Camargo, quanto da Deputada Dr^a Taíssa, têm a minha admiração, fiz questão de fazer isso em público na semana passada, mas é realmente uma questão muito sensível para o nosso Estado de Rondônia. A gente não pode esperar que comecem as queimadas para tomarmos as iniciativas necessárias.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, Deputado.

O SR. EYDER BRASIL (Por videoconferência) – Presidente Laerte, eu quero só lhe parabenizar por sua postura acerca do projeto anterior. O senhor foi meu presidente no 1º biênio, no meu primeiro mandato, e sempre tratou todos os deputados com muito respeito e sempre cumprindo acordos. Então, parabéns. Fica aqui a minha reafirmação da minha admiração por sua conduta enquanto presidente. Parabéns.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Eyder. É o que eu tenho que fazer aqui. Hoje, na Presidência da Sessão, substituindo o Presidente Alex Redano, eu jamais vou desrespeitar uma pauta que seja construída pelo Presidente e pelos deputados. Eu tenho que cumprir aqui, estou cumprindo a missão aqui, Deputado Cirone, e jamais vou desrespeitar, tanto de uma forma ou de outra, como em outros vários projetos.

O que foi definido é aquilo, a gente tem que respeitar. E isso eu faço aqui, eu não vou quebrar hierarquia nesse sentido, até porque senão a gente perde a credibilidade e o respeito dos nossos pares.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE RESOLUÇÃO 116/2025 DA MESA DIRETORA. Fica revogado o artigo 3º, a que se refere o artigo 1º da Resolução nº 627, de 23 de abril de 2025, e repristina a redação do caput do artigo 3º da Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024.

O SR. CÁSSIO GOIS – Um aparte, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Aparte, Deputado Cássio Gois.

O SR. CÁSSIO GOIS - Só cumprimentar o Prefeito de Novo Horizonte, Prefeito Ronaldo. Sinta-se à vontade aqui na Casa do Povo, na Assembleia Legislativa. Mais um prefeito presente aqui nesta tarde.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Alan Queiroz para dar o parecer do Projeto de Resolução 116/2025, de autoria da Mesa Diretora.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Prefeito Ronaldo, seja bem-vindo, amigo.

O SR. ALAN QUEIROZ - Projeto de resolução 116/2025 de autoria da Mesa Diretora, que "Fica revogado o artigo 3º, a que se refere o artigo 1º da Resolução nº 627, de 23 de abril de 2025, e repristina a redação do caput do artigo 3º da Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024."

A matéria está dentro da nossa técnica legislativa, Presidente, portanto, matéria regimental, sendo

atendida constitucional. O nosso parecer é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria encontra-se com parecer favorável. Para discussão. Não havendo discussão, em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em turno único de discussão e votação, o Projeto de Resolução 116/2025, de autoria da Mesa Diretora. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 401/2024 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Altera e acrescenta dispositivos à Lei Ordinária Estadual nº 1.989, de 26 de novembro de 2008 - dispõe sobre o uso de telefone celular nas escolas no Estado de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para relatar, eu vou solicitar ao Deputado Alan Queiroz. E eu gostaria que a Deputada Dr^a Taíssa, antes do relator conceder o parecer, que ela fizesse uma explanação, bem rapidamente, do seu projeto.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Nós temos hoje, infelizmente, dentro das escolas uma concorrência desleal, onde muitas vezes o professor fica ali concorrendo, em relação ao uso de celular. É claro que a gente prevê nesse projeto, dentro da sala de aula, fora da sala de aula, como que deve ser o uso do celular para que seja vetado, exceto em casos excepcionais, que a pessoa está necessitando de um tratamento de saúde e automaticamente, se precisa ter um contato com muita frequência, a gente prevê as vedações. Mas, é uma forma de regulamentar, porque hoje o professor concorre, primeiramente, com rede social, com o uso de celular com frequência, e isso acaba impedindo de dar o conhecimento para aquele aluno da melhor forma possível.

Essa situação já tem a nível federal e a gente busca regulamentar a nível estadual. E aí, a gente tem um parecer de forma favorável ao projeto, pelo Deputado Ismael Crispin, agora, para o parecer da Comissão pertinente.

Por isso que eu peço, encarecidamente, a todos os nossos colegas o voto favorável, tendo em vista que a maioria aqui tem filhos, sabe a dificuldade. Se nós adultos, já, muitas vezes gastamos um tempo precioso da nossa vida, usando o celular - nem dando atenção à esposa e à família -, imagina o jovem ali, se não tiver um controle para poder aprender da forma mais eficaz na escola. Obrigada.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria...

O SR. DELEGADO CAMARGO – Questão de or-

dem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria falta parecer da Comissão de Finanças. Quem é da Comissão de Finanças aqui? Deputado Ismael Crispin, Comissão de Finanças? Solicito Vossa Excelência, conceder o parecer pela Comissão de Finanças. Falta o parecer da Comissão de Finanças aqui. Ele já emitiu pela Comissão de Constituição de Justiça o mesmo parecer?

Então, solicito ao Deputado Alan, nomeado membro da Comissão de Finanças, para emitir o parecer pela Comissão de Finanças e Orçamento, da referida matéria.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Questão de ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de ordem concedida.

Quero chamar a atenção para a pauta de extrema importância do projeto da ilustre Deputada Dr^a Taíssa. E por que eu digo isso? Porque nós temos visto que em muitas escolas públicas e privadas, algumas violações, inclusive a integridade física de alunos, são obtidas porque os alunos conseguem filmar os professores. Sejam eles fazendo doutrinação ideológica dentro das escolas, sejam, muitas vezes, agredindo fisicamente pessoas com deficiência.

Então, eu peço vênia, Presidente, já adiantando, de um pedido de vista, porque preciso ter um pouco mais de segurança para votá-lo. E justifico ainda, porque tenho como princípio que, quanto menos o Estado intervir nas relações, mais liberdade nós temos.

O problema é que no Brasil nós andamos na contramão, me parece. Mais de um milhão de leis em que o Estado busca regulamentar tudo. E agora, chega ao ponto de querer regulamentar o uso de telefones celulares. Preciso compreender um pouco melhor o projeto da colega.

Mas me parece, à primeira vista, que isso deveria ficar a cargo da própria instituição de ensino. E os pais optarem, dentro do regulamento escolar, se irão matricular o seu filho naquela escola que permite o uso de celular ou se irão optar por uma escola que não permite o uso de celular.

Me parece que fica mais ao cargo do estabelecimento de ensino do que o Estado impor, mas isso eu ainda preciso aprofundá-lo. Portanto, apenas adiantando meu pedido de vista, Presidente, eu preciso me debruçar sobre a matéria.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Ok, obrigado. Deputado Alan Queiroz, para emitir parecer.

O SR. ALAN QUEIROZ – Presidente, me permita. Antes do parecer.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Permito.

O SR. ALAN QUEIROZ – Eu também tinha a intenção de pedir vista para sugerir uma emenda. Mas eu fui ler agora o projeto, também. Então, por isso, eu não apresentei antes. Mas é contemplado aqui no art. 2, “inciso III - quando houver autorização expressa do professor regente para fins pedagógicos, tais como pesquisas, leituras e acesso ao material escolar; (...)” Que tem sido muito utilizado. As escolas têm utilizado muito o celular para pesquisa, para ter também essa ferramenta de forma favorável ao ensino.

Então, como está sendo contemplado aqui, seria a nossa emenda ao projeto. Mas me cabe, de fato, relatar o projeto quanto à técnica legislativa.

Projeto de Lei 401/2024, de autoria da Deputada Dr^a Taíssa, que “Altera e acrescenta dispositivos à Lei Ordinária Estadual nº 1.989, de 26 de novembro de 2008 - dispõe sobre o uso de telefone celular nas escolas no Estado de Rondônia.”

Está dentro da nossa técnica legislativa. Portanto, é matéria constitucional e legal. Damos o nosso parecer favorável pela Comissão de Orçamento e também pelas demais Comissões pertinentes, nosso parecer favorável.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Peço vista, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão. O Deputado Camargo pediu vista e o parecer do nobre Deputado Alan Queiroz foi pela Comissão de Finanças e Orçamento. A matéria está com pedido de vista, segue o Regimento.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 145/2023 DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Dispõe sobre o fluxo de empréstimo, permuta ou doação de medicamentos e fórmulas nutricionais entre Estado, Municípios e estabelecimentos de saúde pública no âmbito Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Vou conceder para o Deputado Camargo a explicação também, e, depois, vou solicitar ao Deputado Alan Queiroz para conceder o parecer. Nominar aqui o Deputado Ismael Crispin, que está ali observando, e o Deputado Edevaldo Neves também.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, o presente projeto, colegas, já foi aprovado e encontra-se plenamente em aplicação em outros Estados da federação, como no Estado do Mato Grosso e de São Paulo.

E apertada síntese: você, prefeito que está preocupado porque no seu município falta algum tipo de medicamento na farmácia pública, ou você que é gestor de uma farmácia de um hospital, vai compreender perfeitamente do que se trata esse projeto – ele é simples.

Ele possibilita que o Estado e os municípios, en-

tre si, possam trocar, fazer permuta, emprestar medicamentos um para os outros, inclusive até doar entre os órgãos.

Vou dar um exemplo: imaginem o município de Candeias do Jamari, aqui vizinho a Porto Velho, está com uma dificuldade enorme nas suas contas públicas, não consegue obter as Certidões e por não ter as Certidões não consegue comprar medicamentos e falta tudo. Bom, a população não pode ser prejudicada por uma falta de gestão.

O que está sendo feito? Esse projeto possibilita que o Município de Candeias, por exemplo, pegue um medicamento emprestado com o município de Itapuã do Oeste. Se o município de Rio Crespo tem falta de algum medicamento que está sobrando no município de Ariquemes, possa pedir emprestado e posteriormente devolver. Isso é uma ajuda mútua entre os municípios de Rondônia e o Estado.

Este projeto, Presidente, e eu quero aqui agradecer, foi sugestão de uma farmacêutica do Município de Rio Crespo, diante das dificuldades que sofria no dia a dia vendo a falta de medicamentos na sua cidade, mas que tinham sobrando em outros municípios, como por exemplo o Município Ji-Paraná.

E ela disse que precisavam de uma lei que autorizasse esse empréstimo, essa troca, essa permuta, essa doação. E esse projeto vai de anseio aos gestores hospitalares, aos municípios, em especial àqueles pequenos.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não terminei, Senhor Presidente, só para finalizar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Então conclua, meu querido. Mas já deu para entender bem o projeto.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Mas hoje Vossa Excelência está atravessando...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Conclua, conclua.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Só para finalizar: eu peço a aprovação dos colegas, Deputado Laerte Gomes, porque eu tenho certeza que nós estamos tratando da saúde, e se diz de o tempo que for necessário para eu poder explicar e todo mundo, os senhores, poderem votar com segurança.

Presidente, o projeto, inclusive, já tem o parecer desta Casa formalizando pela constitucionalidade formal e material. Obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Parecer pela Comissão de Finanças e Orçamento. Deputado Alan Queiroz, já com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Deputado Camargo.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Presidente, questão de ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de ordem, Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Só para poder agradecer a presença aqui do vereador Alexandre, do Município de Guajará-Mirim – Alexandre Melo, vereador jovem, em seu segundo mandato, que tem feito um grande trabalho.

Também cumprimento o Prefeito de Novo Horizonte, Ronaldo Delazari, que está no seu primeiro mandato, mas que é de grande experiência política. Muito obrigado pela presença dos senhores.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ - Projeto de Lei 145/2023 de autoria do Deputado Delegado Camargo, que “Dispõe sobre o fluxo de empréstimo, permuta ou doação de medicamentos e fórmulas nutricionais entre Estado, Municípios e estabelecimentos de saúde pública no âmbito Estado de Rondônia e dá outras providências.”.

Matéria está dentro da técnica legislativa, Presidente. Portanto, matéria legal, constitucional. O nosso parecer pela Comissão de Orçamento e Finanças é favorável, assim como pelas demais Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Alan Queiroz pela Comissão de Orçamento e Finanças.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Senhor Presidente, fico grata pela explicação do nobre Deputado Rodrigo Camargo, mas eu peço vista ao projeto para analisar com calma. Obrigada.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Autorizado o pedido de vista. Cumpre o Regimento. Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Como esse Projetos de Decreto Legislativo são do mesmo autor, eu vou ler todos juntos para emitir o parecer em bloco.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Perfeito.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 692/2025 DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Cabo PM Bruno Bordinhão, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 693/2025 DO

DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Cabo PM Vinícius Ferreira da Silva, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 694/2025 DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Major PM Alisson Lopes Pereira, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 695/2025 DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Medalha de Mérito Legislativo a 2º Sargento da PM Roseli Alves Dos Santos, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - As matérias encontram-se sem parecer. Solicito ao Deputado Alan Queiroz para proceder o parecer em bloco pela Comissão de Constituição e Justiça e demais Comissões pertinentes.

O SR. ALAN QUEIROZ - Projeto de Decreto Legislativo 695/2025, de autoria do Deputado Delegado Lucas, que “Concede Medalha de Mérito Legislativo a 2º Sargento da PM Roseli Alves Dos Santos, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 694/2025, de autoria do Deputado Delegado Lucas, que “Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Major PM Alisson Lopes Pereira, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 693/2025, de autoria do Deputado Delegado Lucas, que “Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Cabo PM Vinícius Ferreira da Silva, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 692/2025, de autoria do Deputado Delegado Lucas, que “Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Cabo PM Bruno Bordinhão, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.”.

Nosso parecer será em bloco, Presidente, em virtude do mesmo objetivo dos quatro projetos lidos, é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão o parecer do Deputado Alan Queiroz. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer em bloco.**

Em turno único de discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo 692/2025, 693/2025, 694/2025 e 695/2025. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se

encontram, os contrários se manifestem. **Estão aprovados. Vão ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 696/2025 DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Edelson Carlos Dias Guimarães, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 697/2025 DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Fábio Félix Santos, Sargento da Polícia Militar, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 698/2025 DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Ilmo. Senhor Érico Saleme de Souza, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 699/2025 DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Jefferson de Freitas Mouza, Sargento da Polícia Militar, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Lidos os quatro projetos, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - As matérias encontram-se sem parecer. Solicito ao Deputado Alan Queiroz para proceder ao parecer em bloco pela Comissão de Constituição e Justiça e demais Comissões pertinentes.

O SR. ALAN QUEIROZ - Projeto de Decreto Legislativo 696/2025, de autoria do Deputado Laerte Gomes, que "Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Edelson Carlos Dias Guimarães, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 697/2025, de autoria do Deputado Laerte Gomes, que "Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Fábio Félix Santos, Sargento da Polícia Militar, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 698/2025, de autoria do Deputado Laerte Gomes, que "Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Ilmo. Senhor Érico Saleme de Souza, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 699/2025, de autoria do Deputado Laerte Gomes, que "Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Jefferson de Freitas Mouza, Sargento da Polícia Militar, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.".

Todos estão dentro da nossa técnica legislativa,

portanto, matéria constitucional, e o nosso parecer é favorável pelas Comissões pertinentes, em todos os projetos, em bloco.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão, o parecer. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer em bloco.**

Em discussão e votação única, os Projetos de Decreto Legislativos 696/2025, 697/2025, 698/2025 e 699/2025. Não havendo discussão, em votação única. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovados. Vão ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 702/2025 DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Concede Medalha de Mérito Cultural ao senhor José de Albuquerque Cavalcante, pelos relevantes trabalhos prestados no âmbito educacional, social e esportivo no Estado de Rondônia.

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 703/2025 DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor Hélio Dias de Souza - Presidente da FAPERON, pelos relevantes trabalhos prestados no Estado de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Os projetos encontram-se sem parecer. Solicito ao Deputado Alan Queiroz para proceder o parecer, coletivamente, dos referidos Projetos de Decreto Legislativos.

O SR. ALAN QUEIROZ - Projeto de Decreto Legislativo 703/2025, de autoria do Deputado Cirone Deiró que "Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor Hélio Dias de Souza - Presidente da FAPERON, pelos relevantes trabalhos prestados no Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 702/2025, de autoria do Deputado Cirone Deiró que "Concede Medalha de Mérito Cultural ao senhor José de Albuquerque Cavalcante, pelos relevantes trabalhos prestados no âmbito educacional, social e esportivo no Estado de Rondônia.".

Todos os dois projetos, Senhor Presidente, estão dentro da nossa técnica legislativa. Portanto, o nosso parecer é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Alan Queiroz. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer em bloco.**

Em discussão e votação única, os Projetos de Decreto Legislativos 703/2025 e 702/2025. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovados. Vão ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 701/2025 DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Igreja Particular de Porto Velho - Catedral Sagrado Coração De Jesus pelos 100 anos de sua instalação em Porto Velho.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 700/2025 DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Instituto Maria Auxiliadora.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Solicito ao Deputado Jean Oliveira proceder ao parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e demais Comissões pertinentes, em bloco.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhores deputados, ambos projetos de autoria do Deputado Alan Queiroz. A pedido do Presidente, fazendo aqui o uso da possibilidade de um parecer em bloco.

- Projeto de Decreto Legislativo 700/2025, que "Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Instituto Maria Auxiliadora.";

- Projeto de Decreto Legislativo 701/2025, que "Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Igreja Particular de Porto Velho - Catedral Sagrado Coração De Jesus pelos 100 anos de sua instalação em Porto Velho.".

Nós somos de parecer favorável aos Projetos de Decreto Legislativo 700/2025 e 701/2025. Parecer favorável, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do nobre Deputado Jean Oliveira. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer em bloco.

Em discussão única os Projetos de Decreto Legislativos 701/2025 e 700/2025, de autoria do Deputado Alan Queiroz. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovados. Vão ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 610/2025 DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Concede a Medalha de Mérito Legislativo à Arquidiocese de Porto Velho, pelos 100 anos de relevantes serviços prestados ao Estado de

Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para conceder o parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Alan Queiroz, projeto do nobre Deputado Delegado Camargo.

O SR. ALAN QUEIROZ - Projeto de Decreto Legislativo 610/2025, do Deputado Delegado Camargo, que "Concede a Medalha de Mérito Legislativo à Arquidiocese de Porto Velho, pelos 100 anos de relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.".

O projeto está dentro da nossa técnica legislativa, Senhor Presidente. Portanto matéria constitucional, legal e o nosso parecer é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Alan Queiroz. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em turno único de discussão o Projeto de Decreto Legislativo 610/2025, de autoria do Deputado Delegado Camargo. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) – Não há mais matérias, Excelência.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Antes de encerrar aqui esta Sessão, gostaria de agradecer a presença dos deputados, de todos que estiveram aqui neste plenário, vereadores, prefeitos, lideranças, os servidores da Secretaria de Planejamento, os contadores, técnicos. E dizer desse compromisso que foi feito. O Presidente já assumiu o compromisso de pautar o projeto semana que vem. E eu respeito a pauta, que foi votada, que foi construída entre a presidência da Assembleia e os deputados. E nós aqui presidindo a Sessão, nos cabe cumprir o que está na pauta, nem incluir nem retirar.

Então, mais uma vez deixar registrado aqui essa questão, porque é de suma importância. Agradecer os servidores que estão conosco até aqui.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para amanhã, no horário regimental, às 9 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 52 minutos)

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

OBJETIVO: referente à Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, como parte da programação da XXVI Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública.

EM: 23.04.2025

INÍCIO: 14h24min

PRESIDENTE: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

O SR. HANS DE AMARAL (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, boa tarde. Sejam todos bem-vindos. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento nº 1857/2025, de autoria dos Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais Cláudia de Jesus, Ieda Chaves e Luizinho Goebel integrantes da Comissão de Educação e Cultura – CEC desta Casa de Leis, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública referente à Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, como parte da programação da XXVI Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública.

Agradecemos, neste momento, a todos os nossos companheiros que nos acompanham virtualmente, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa, no Facebook, no YouTube e pela TV Assembleia, canal 7.2, e também os nossos participantes que estão representados conosco nesta Audiência.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus, membra da Comissão de Educação e Cultura e proponente desta Audiência Pública.

A Excelentíssima Senhora Luciana Ondei Rodrigues Silva, Promotora de Justiça, neste ato representando o Ministério Público do Estado de Rondônia.

O Excelentíssimo Doutor Diego César dos Santos, Subdefensor Público-Geral do Estado de Rondônia, neste ato representando a Defensoria Pública Geral do Estado de Rondônia.

Senhor Nilson Gonçalves Vieira, Diretor Técnico, neste ato representando a Secretaria de Estado de Educação – Seduc.

Professora Claudir Mata Magalhães de Sales, neste ato representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE.

Senhora Dioneida Castoldi, Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia – Sintero.

Nesse momento, a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus fará a abertura desta Audiência Pública.

Uma salva de palmas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Boa tarde a todos e todas presentes, muito bem-vindos a

esta Audiência Pública. Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública Referente à Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública como parte da programação da 26ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública.

O SR. HANS DE AMARAL (Mestre de Cerimônias) - Estando a Mesa composta, convidamos todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino "Céus de Rondônia", com letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Mello e Silva.

(Execução do Hino "Céus de Rondônia")

Uma salva das palmas ao lindo Estado de Rondônia e aos professores do nosso Estado. Gostaríamos de registrar a presença e agradecer a presença dos professores e todos os profissionais da educação que se fazem presente nesta Audiência Pública.

Agradecemos à Professora Maricélia Lago, Secretária de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Rondônia. Ao senhor Júnior Freire, Diretor dos aposentados do Sintero.

Agradecemos a presença de todos os servidores da Seduc, da Semed, dos Sindicatos, do Sintero, conselhos e demais secretarias.

E retornamos, neste momento, a palavra à Excelentíssima Deputada Estadual, Cláudia de Jesus, para conduzir a presente Audiência Pública.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Antes de fazer os cumprimentos aqui à Mesa e às demais autoridades, eu quero pedir para que todos fiquem de pé para que nós possamos fazer 1 minuto de silêncio em homenagem ao Papa Francisco, nosso líder religioso que não se encontra mais nesse mundo terreno, mas que foi um grande exemplo de fé, um grande líder que deixou um legado e muitos ensinamentos. Que Deus possa acolher esse grande líder e que possa nos dar muita sabedoria para a gente possa ser exemplo, seguir os exemplos do Papa Francisco.

(Faz-se um minuto de silêncio)

Obrigada.

Mais uma vez, sejam todos muito bem-vindos a esta Audiência Pública, na qual iremos discutir e fazer o debate referente à Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública.

Eu quero aqui cumprimentar a nossa Mesa, as autoridades presentes, à Excelentíssima Senhora Luciana Ondei Rodrigues Silva, Promotora de Justiça, nesse ato representando o Ministério Público do Estado de Rondônia, obrigado pela presença.

Também quero cumprimentar o Excelentíssimo Doutor Diego César dos Santos, Subdefensor Público-Geral do Estado de Rondônia, neste ato representando a Defensoria Pública-Geral do Estado de Rondônia.

Também quero cumprimentar o senhor Nilson

Gonçalves Vieira, Diretor Técnico, que neste ato representado a Secretaria de Estado da Educação.

Quero também aqui cumprimentar a Professora Claudir Mata Magalhães de Sales, que neste ato representa a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a CNTE.

Também quero aqui cumprimentar a Senhora e Professora Dioneida Castoldi, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia, o Sintero, e em nome dela cumprimentar a todos os profissionais de educação que se fazem presente.

Este é um momento ímpar no qual a gente nos une aqui para fazer esse debate tão importante, trazer as preocupações mediante a construção do Plano Nacional, do Plano Estadual. E o momento é para que possamos, de fato, fazer as nossas falas e, sobretudo, colocar as nossas preocupações.

A gente está num momento de construção, então é importante que a gente se atenha às nossas proposições para que possamos evitar algumas coisas que vão na contramão, especialmente a classe trabalhadora, a perda de qualidade do ensino público, a infraestrutura da educação e de tantos gargalos que hoje, de uma forma ou de outra, têm prejudicado a educação pública, que é uma grande riqueza para o povo brasileiro, para as nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos. Precisamos garantir é a educação pública de qualidade.

E a gente sabe que, nesta Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, a nossa grande preocupação é sobre a escola pública não é um negócio, mas sim um direito. Sabemos que essa pauta de privatização da educação pública tem se alastrado pelo nosso país. E que nós, pessoas que compreendemos essa realidade e lutamos pela coletividade, entendemos a importância de ter professores e professoras, uma equipe multidisciplinar de apoio, enfim, capacitada para ensinar os nossos alunos. Isso é de fundamental importância, sabemos o que significa isso.

E um Estado rico, um país rico, é aquele que, de fato, investe na educação. A gente não pode admitir que o orçamento público seja trabalhado para poder enriquecer empresas e que alguém ganhe dinheiro tirando a qualidade da educação das nossas crianças, dos nossos alunos, no contexto geral.

E a nossa Audiência Pública ela vai ter uma dinâmica diferente, porque acho que o objetivo aqui, sobretudo para as nossas autoridades da Mesa, é para que, primeiramente, entender o que, de fato, está colocado: qual é a conjuntura do nosso país, do Estado de Rondônia e os municípios.

Então, vamos ouvir aqui uma apresentação. E posterior a essa apresentação, a gente vai abrir para que o plenário possa fazer seis inscrições para que vocês também possam falar. E é muito importante que, nas falas quanto na apresentação que vai ter aqui, a gente possa de fato fazer as nossas ponderações, as nossas considerações e os nossos encaminhamentos, para que fique muito bem entendido o que queremos aqui e o que cada ator que está nessa Mesa pode contribuir com a

construção desse Plano Estadual e Plano Nacional, que está neste momento sendo construído.

Então, acho que as nossas sugestões serão muito pertinentes. E nós estamos aqui e essa Audiência Pública está sendo gravada. Vai ser confeccionada a Ata, no qual a gente vai estar passando.

Vou convidar agora para fazer a apresentação, a gente vai disponibilizar 10 minutos, na verdade são 20 minutos, sendo dividido 10 minutos para Professora Claudir, que fará essa apresentação no contexto a nível nacional, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores.

E depois, ouviremos a Professora de Dioneida Castoldi, que vai fazer uma análise de conjuntura no contexto do nosso Estado de Rondônia e, cada uma terá 10 minutos.

Então, eu passo aqui já uma palavra para a professora Claudir, para que ela possa expor toda essa dinâmica da semana, o que está sendo pensado, para que a gente possa compreender e, depois, a gente fazer o debate. Está bom, pessoal? Obrigado.

A SRA. CLAUDIR MATA MAGALHÃES DE SALES - Boa tarde a todos. Eu quero aqui, em nome da deputada, cumprimentar todas as autoridades da Mesa e já agradecer, porque só temos uma deputada aqui. Nós temos quantos deputados? 24 deputados. Todos foram convidados e só temos uma deputada aqui, nem a Presidente da Comissão da Educação está presente. Então, a gente já pensa como é que está a educação.

E aqui, em nome da companheira Léó, ex-presidente do Sintero, que está aqui, quero cumprimentar cada trabalhador e cada trabalhadora em educação. Cumprimento a minha companheira Marta Vanelli, que veio de Florianópolis e que é também da direção da CNTE, que esteve hoje de manhã com a gente falando do piso, falando da regulamentação do artigo 5º da Lei do Piso, que estamos buscando o piso agora para nível superior.

Quero registrar a presença do Presidente do meu partido, Anselmo de Jesus, e dizer, em nome do Presidente Heleno, que é o nosso Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que me pediu para representá-lo aqui.

Dizer que nós da CNTE, todo ano, estamos na 26ª Semana de Defesa e Promoção da Educação Pública. Todo ano, quase na última semana de abril, a gente discute no país inteiro os temas que estão na conjuntura da educação naquele ano. E os temas se repetem todos os anos. Pegamos o artigo 206 da Constituição, que traz os princípios da educação pública do nosso país, e que está em todas as leis da educação. O artigo 206 da Constituição Federal, de 1988, fala de financiamento, de gestão democrática, do piso, da valorização, e isso todo ano.

Este ano, o nosso mote, que está aqui na minha camiseta, é "Não venda a nossa escola". Por quê? Porque o mote, a nível do Brasil, já está acontecendo no Paraná, São Paulo, já estão privatizando a gestão das

escolas públicas. Neste ano, o país inteiro, nós começamos em fevereiro com a luta por concurso público, porque, para não privatizar, a gente precisa ter concurso público e companheiros efetivos com carreira, jornada e salário. Já começamos o ano defendendo o concurso público.

Nós estamos a nível nacional, com as redes, mais de 60% emergencial, temporário, e agora vem o "amigo da escola", que é uma desvalorização geral da questão da educação.

A nossa maior responsabilidade, Deputada Cláudia, é o Plano Nacional de Educação, que está lá no Congresso Nacional, a Lei nº 2.614. Que precisa ser aprovada até o final deste ano. Já foi criada a Comissão Especial, a CNTE está acompanhando.

E, neste Plano, as metas são as mesmas, porque nós não as alcançamos. O plano era para 10 anos e, acho que, nem 30% das metas foram alcançadas. A gente avançou em alguns pontos. Não podemos dizer que não avançamos, mas precisamos alcançar aquelas metas.

Precisamos ter o nosso Plano Nacional de Educação como uma política de Estado, que, independentemente de qual partido ou governo esteja no poder, ao assumir, ele já saiba: existe um plano com objetivos, metas e estratégias para serem cumpridas. Então, não precisa inventar ou buscar. Ele tem apenas que pegar a lei do plano e dizer o que a gente avançou e o que não avançou.

Nesse novo plano, nós temos 18 objetivos – que tratam do que nós queremos para a educação nos sistemas e tudo –, as 58 metas e 253 estratégias. Então, o nosso Plano Nacional trata tudo da educação.

E, eu coloquei alguns pontos porque em cinco, dez minutos não tem como relatar. O que nós queremos? O que nós buscamos desde o plano passado e não foi regulamentado?

É o Sistema Nacional de Educação. Aí vem aquela polemica toda de algumas pessoas que não conhecem dizer: "Ah, o governo federal quer mandar no Estado, que quer mandar no município."

Não é verdade. A gente já tem o pacto federativo, no qual o governo federal tem sua parte, o Governo Estadual, e o municipal também. Mas temos um exemplo que dá certo: o Sistema Único de Saúde.

E nós queremos um Sistema Nacional de Educação que tenha regulamentação no currículo, que tenha regulamentação em tudo – e com parceria desde o financiamento, como o que acontece no SUS, até a ponta, de quem faz a educação que é o município. Onde está a maior rede? Onde está a maior rede de educação? No município. É quem faz. E, às vezes, é quem menos arrecada.

A gente precisa que tenha a complementação da União. Que seja regulamentado, porque já vem no Art. 23 da lei, mas precisa ser regulamentado. Depois que o plano for aprovado, ele tem que ser regulamentado.

Precisamos de uma gestão democrática efetiva,

gente. Avançamos bastante, porque sabemos que, as escolas eram currais eleitorais. O deputado tal indicava tantos diretores, o vereador tal indicava tantos diretores, e assim virava currais eleitorais. E a nossa luta é para que o princípio 8º da Constituição Federal, de 1988, entre em vigor que é: a gestão democrática.

A gestão democrática, gente, não é só eleger diretor de escola. Gestão democrática é discutir, junto com a comunidade, com a sociedade, tudo: a gestão, o financiamento, o recurso, os cargos – tudo você deve discutir com a comunidade.

Este aqui é um espaço muito importante, Deputada Cláudia. Porque na Audiência Pública muitas pessoas podem achar que não tem relevância. Mas a Audiência Pública é relevante, está na lei. Ela existe para ouvir a sociedade. Essa Audiência Pública aqui é muito importante. E é por isso que pedimos à deputada. Ela está sendo gravada, ela está sendo transmitida, e é uma força da sociedade.

Então, essa é a importância. Nós buscamos que essa gestão democrática efetiva da educação, da gestão, de tudo, seja regulamentada e aconteça.

A gente precisa, e discutimos nas conferências, e não conseguimos alcançar, Marta Vanelli, o custo aluno amazônico. O nosso custo aluno é diferenciado, porque temos aqui alunos que vão no Baixo Madeira, o custo desse aluno, desse profissional, é totalmente diferente do custo aluno de um aluno aqui do centro de Porto Velho e de outras capitais.

É por isso que, na Amazônia, a gente discutiu o custo aluno amazônico. Porque, quando estamos regulamentando o custo aluno/qualidade, o Plano Nacional de Educação, traz o acesso, traz a questão da gestão, traz a questão da qualidade. Cada um vai explicando que precisa ser acompanhado, porque queremos todo aluno na escola, mas com estrutura, com condição e com qualidade.

E como esse profissional vai chegar a essa formação com qualidade? Se tiver condições, se tiver estrutura. Aqui em Rondônia, com esse calor todo, como é que a gente daria aula se não tivesse ar-condicionado? Então, é uma coisa que a gente precisa pensar. E, quando a gente senta na rede para discutir isso, o pessoal diz que: "A educação tem o maior orçamento". Mas, a educação é a maior pasta.

A educação tem quantos servidores? Tudo para nós é muito difícil, porque, quando se dá 1% para uma determinada secretaria, é simples. Quando se fala para os profissionais da educação, tudo para a gente é difícil, porque somos muitos, somos grandes.

O nosso plano de 10 anos, gente, vai para o terceiro plano, nós já tivemos dois de 10 anos, não cumprimos as metas. O primeiro, ninguém nem ficou sabendo que havia um plano. O segundo, a gente divulgou e cumpriu algumas metas. Agora, estamos fazendo a divulgação desse plano, ainda enquanto ele está no Congresso, para ver se a sociedade, a comunidade, os pais, todo mundo, tomem esse plano para si, para que ele se efetive de fato. Essa é a importância.

E vem a valorização digna para todos os profissionais da educação. Hoje, nós estamos com uma precarização. E eu diria um apagão. Quando a gente virar bicho em extinção, quem sabe sejamos valorizados. Porque não tem ninguém querendo ser professor. Antigamente, era muito chique, era importante ser professor, você era sabido. Hoje, ninguém quer ser professor. Os cursos estão esvaziados, são cursos aligeirados, à distância sem ser presencial.

Se nós não tivermos esse profissional valorizado com concurso público, com alguém que queira ser profissional da educação, como que a educação vai melhorar? Não tem como ela melhorar. Então, por isso, precisamos valorizar esses profissionais da educação e a valorização passa por jornada, por carreira e por formação continuada, porque, na educação, a gente aprende todos os dias, todos os dias.

Se eu não estudar, chego na sala de aula e meu aluno, que está na internet, talvez saiba mais do que eu. Então, eu preciso ter formação continuada. Mas não é aquela formação que contrata um curso de uma fortuna, de uma empresa que vai trabalhar não sei quantas horas.

Eu posso fazer formação continuada com grupo de polos, e a gente fazia isso. Aquela formação onde vou sentar para socializar, trocar ideias, e eu posso fazer isso até com a minha própria rede. E a gente precisa disso.

Essa é a nossa luta, essa é a nossa luta. E tudo que a gente conquistou foi com muita luta, muita luta. Então, nós estamos acompanhando nosso plano. Precisamos aprovar e divulgar o plano, para que cada um saiba que existe essas 58 metas e objetivos, e eles precisam ser implantados.

Assim que aprovarmos, nós vamos fazer cartazes e pregaremos em todos os cantos com essas metas, para que todos saibam, todos saibam desse plano. E, o governo que entrar, ele vai fazer o quê? Executar esse plano, porque já é um plano que foi construído por muitas mãos. Não foi pelo Sintero, não foi pela CNTS, são 40 e poucos sindicatos em nível de país.

Nós fizemos uma conferência e os companheiros daqui, da Seduc, participaram dessas conferências com os pais, com os alunos, com a sociedade. Então, aquelas metas que estão lá foram construídas por todas essas mãos.

Esse documento que está lá não foi inventado por uma pessoa. Foram os alunos, os pais, os sindicatos e a sociedade que construiu. E alguns já estão defasados, porque precisamos reformular e discutir isso.

Essa é a nossa semana. E já quero deixar aqui o nosso agradecimento, viu, deputada? Não vou fazer nem repúdio, mas digo aos deputados e aos seus assessores estão nos ouvindo, está tudo gravado. Eles precisam pegar essa bandeira da educação pública, porque não há país, não há sociedade avançada se não tiver educação, e sem uma educação pública de qualidade e com qualidade social.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obri-

gada, Professora Claudir. Eu quero aqui, antes de passar a palavra para a Professora Dioneida, agradecer a presença do Bartolomeu, que é Presidente do Partido PCdoB, que está aqui conosco.

Agradecer a presença do Anselmo de Jesus, Presidente do Partido dos Trabalhadores, que está aqui com a gente.

Quero agradecer também a presença da Professora Léo Simão do Sintero, seja muito bem-vinda.

E agora eu passo a palavra para a Dioneida, que tem 10 minutos para fazer a sua explanação.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - Primeiramente, obrigada. Obrigada, Deputada Cláudia. E já compartilhando a fala com os demais colegas. Estamos atuando junto à Comissão de Educação aqui desta Casa, e sempre quem nos recebe é a Deputada Cláudia. Então, muito obrigada, Deputada Cláudia. Sua atuação tem aberto as portas, garantido esse caminho de diálogo.

Cumprimento todos que estão na Mesa, saúdo a todos com muito carinho, mas saúdo em especial os meus companheiros e companheiras de caminhada. Vocês são a nossa força, o motivo que nos impulsiona a continuarmos na luta todos os dias por direito à educação de qualidade.

Eu estava ouvindo a fala da Claudir, e a impressão que dá é que a gente sempre está na mesma luta, e o meu discurso não pode ser muito diferente disso, não é? Porque, em 37 anos de Estado nós não conseguimos ainda guardar uma bandeira de luta definitivamente. Por exemplo: "Essa bandeira aqui nós não precisamos mais mexer".

Todos os anos, o sindicato e os trabalhadores têm que pegar a mesma bandeirinha e vir para a luta. Por quê? Porque não há políticas, não conseguimos consolidar, no Estado de Rondônia, políticas públicas de qualidade para os trabalhadores e trabalhadoras em educação.

E quando a gente fala política de qualidade para os trabalhadores de educação, não significa só salário. Salário faz parte disso, valorização salarial, mas consolidar política pública de educação significa sentarmos e construirmos juntos algo que transforme a sociedade. Para fazer, efetivar e implementar política pública de qualidade na educação, é necessária muita gente sentar. São necessárias muitas mãos, muitas mentes, buscando um caminho para a transformação de uma sociedade.

E que sociedade nós queremos? Aquela sociedade que será construída em conjunto, onde todos têm direitos iguais. Onde todos têm acesso a escolas de qualidade, acesso à saúde de qualidade, e isso perpassa por educação. Por isso, não é discurso redundante. Ou consolidamos metas e projetos que transformam e englobam a todos, ou nós continuaremos apagando fogo da violência, apagando fogo de falta da saúde, apagando fogo da falta de valorização – e é isso que fazemos todo ano. Todo ano vamos para a luta por salário, por direitos.

E por que que não acontece uma transforma-

ção? Porque ela não acontece aqui. Se, em uma Mesa, em uma Casa de Leis com 24 deputados eleitos pela população, tenha uma única deputada, nós temos problemas. Nós temos problemas.

Quais são os problemas? Educação e saúde continuam sendo discurso de palanque. E nós frequentamos muito esta Casa. E quando tem qualquer problema dos deputados, e eu vou citar o nome de um deputado que gosta de brincar, de fazer gracinha aqui nesse palanque, o Deputado Camargo, faz deboches. Vocês já vieram para cá? Faz deboches, apresenta vídeos, faz tudo isso, é só palanque. Por que não está sentado aqui conosco para consolidar uma política pública?

Então, primeiro, é essa indignação. E depois vamos ao nosso discurso. O nosso discurso tem que ser uma única nota, uma única nota: educação de qualidade, educação equitativa. E isso gera trabalhadores valorizados, trabalhadores envolvidos com essa profissão. Eu sou professora, nós somos trabalhadores, eu trabalhei no Estado na sala de aula durante 28 anos, não precisa ninguém me dizer o que é isso na vida. A gente vive isso, não é assim? A nossa vida é ser educador e por muito tempo.

E nós nos envolvemos tanto com isso, que praticamente não temos outra vida fora desse contexto. Mas ela não dá o retorno necessário para a gente, que é uma vida digna, que eu posso estudar, eu posso me valorizar, eu posso buscar conhecimento e viver tranquilamente. É disso que nós estamos falando também: o acesso a todos os direitos que um cidadão brasileiro deve, por direito e por lei, ter.

A Claudir colocou muito claro aqui: em cima de que estamos trabalhando? Nosso discurso sempre é embasado no artigo 206 da Constituição Federal. Está ali dizendo tudo o que é de direito do trabalhador e da sociedade brasileira. E lá se consolida todo esse direito. Direito!

Educação não é serviço, educação não é prestação de mero serviço. Educação é um direito, porque ela gera acesso, gera mudança de vida, gera direitos e consolida cidadãos.

Em cima disso, tem que se construir projetos que abrangem a todos. E nós, no Brasil, temos algumas coisas que nós temos que abrir aqui. Os projetos inclusivos que nós temos. Como o "ProUni", que deu acesso à educação de nível superior para a classe menos favorecida. Temos hoje o "Pé-de-Meia", que incentiva o aluno a ficar na escola. Temos o "Bolsa Família", que permitiu àquele menino que saia da escola para ir trabalhar ficasse na escola. Então, são projetos que temos que nos apoderar e defender também como trabalhadores da educação, porque eles trazem o mínimo de dignidade.

Mas como está a educação em Rondônia? Nós temos algum problema para debater aqui hoje? (**manifestações da galeria**)

Eu já vou começar a pontuar aqui, senhores:

Se o último concurso do Estado de Rondônia para professores foi em 2016, temos problemas para debater. Se o último concurso para técnicos educacio-

nais – quem são os técnicos educacionais? São o nosso pessoal que dá suporte para a sala de aula funcionar.

Hoje de manhã, uma companheira nossa fez uma fala: "Se a cozinha não funciona, o aluno não tem merenda. Se o aluno não tem merenda, ele não vem para a escola". Nós estamos falando a nossa língua. Se não tem sala limpa, não tem como funcionar. Ou o professor vai fazer tudo? E sabe de quando é o último concurso? Do ano de 2012. Então, temos situações para debater aqui.

Se hoje o Estado de Rondônia abre um concurso seletivo está aqui o edital de convocação publicado, o edital do Concurso seletivo publicado, para o quê mesmo, gente? Vocês sabem porque apresentamos hoje de manhã. O que, que é isso aqui mesmo? Voluntariado, nos postos de serviços da escola, com diárias de R\$ 70,00 por dia. Temos problemas para debater, não é?

Se hoje os nossos professores estão doentes, sobrecarregados... Eu não informar exatamente aqui, porque eu peguei o percentual há poucos dias, mas nós temos esse problema. E o Nilson está aqui, e ele é muito parceiro da gente. Mas Nilson, eu tenho que pontuar isso. Depois que ele entrou na Secretaria, sempre contribuiu muito para a solução de muitos problemas que tínhamos ali. Ele nos ajuda.

Então, Nilson, você deve ter esses dados. Mas, eu vou jogar, acredito que em torno de 20% dos professores estão readaptados. Não tenho a precisão exata, então eu não posso falar. Mas, são quanto? 32% dos professores do Estado de Rondônia readaptados. Temos problemas. Alguma coisa está errada. (**manifestações da galeria**)

Isso, vamos lá. Eu ia para esse próximo passo, mas você adiantou. Por isso, que a categoria é interessante. Agora, com esse realinhamento, nós estamos recebendo denúncia sobre a carga excessiva de alunos, sobre superlotação de alunos.

E dentro dessas salas de aula, temos alunos com laudos médicos e que têm direito a uma educação inclusiva de qualidade. São cuidadores que não temos disponíveis. É isso que não temos. Então, temos problemas para discutir aqui, senhores. E temos problemas sérios.

E temos professores que nós estamos atendendo juridicamente – cinco professores que apanharam dos pais na escola. E não foi pouco, apanharam de ficarem marcados. Isso significa que a violência está exacerbada e os nossos profissionais estão à mercê. São problemas que nós temos que enfrentar. E não é enfrentar com discurso, mas com projetos, com atitudes, com projetos de educação que enfrentem isso.

Como será feito isso? O sindicato vem aqui, aponta um monte de situações. E depois? O sindicato vem, fala isso, fala aquilo. Se temos professores – eu estou falando mais de professores, mas os técnicos estão piores ainda. O técnico é dez vezes pior.

Mas se temos profissionais de educação que ficaram mais de 30 anos na sala de aula, hoje estão aposentados, voltaram a contribuir, e não têm salário digno

para viver. Nós temos que discutir políticas públicas. E o Manoel ajudou ali, lembrando que a lei foi aprovada para todos – não só os da educação – que estão sob o Iperon, em 2021, de 14% que ultrapassa três salários mínimos.

Alguma coisa está errada nessa gestão. Eu vou voltar para mim: eu contribuí 32 anos. Por que, depois, eu tenho que voltar? Alguma coisa está errada. E nós temos que discutir isso.

Nós temos muitos assuntos aqui na mesa. Eu sei que o projeto, o decreto, a luta que nós fizemos – o Piso estará na carreira esse mês, com o retroativo a janeiro para o professor – mas, se nós temos que ir para a luta, por isso alguma coisa está errada. Carreira, valorização, não perpassa só por Piso. O Piso é só o começo. Daqui, nós temos que entrar em uma carreira com o Piso, progredir nela e chegar ao fim com uma carreira digna. Isso se chama inclusão, valorização, investimento.

É disso que nós estamos falando. O sindicato fala, fala..., mas o sindicato aponta o quê? Primeira coisa: a gente aponta discussões e diálogo desde dezembro. Nós estamos desde dezembro buscando conversar, dialogar com todos. Apresentamos uma pauta em que nós não só reivindicamos, mas também propusemos. A gente também propõe ações.

Nós temos proposições – e algumas delas a gente coloca aqui agora. O Plano Nacional de Educação foi prorrogado até dezembro deste ano. Enquanto não se efetiva o novo, enquanto não se aprova lei nacionalmente, está valendo o Plano Nacional que teria vencido em dezembro do ano passado. O nosso vence agora em final de maio, Nilson?

O SR. NILSON GONÇALVES VIERA - Junho.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI – Junho.

Que já saia a lei prorrogando essa lei até dezembro. Mas não é só prorrogar a lei: é colocando, é implementando, porque lá dentro tem tudo que nós precisamos. E agora, principalmente, eu vou para a parte bem concreta que é falando dos profissionais. Não é só o salário que dá valor ao profissional de educação, que traz valor, é a carreira. É a carreira.

E a nossa carreira, gente, é investimento, é conhecimento, é formação. E nós estamos gritando por esse reconhecimento há 10 anos e continuamos no mesmo valor de não sei quando, de 2012. Os mesmos valores de uma pós, os mesmos valores de um mestrado, o mesmo valor de um doutorado desde 2012. Cadê a valorização disso?

Então, indicamos aqui que se prorrogue imediatamente o Plano Estadual de Educação, mas que se implemente a Meta 17, que lá está dizendo o que nós precisamos para termos valorização na carreira.

Também, vou ser redundante: sem gestão democrática, não há exercício de democracia. E nós somos democráticos. Exigimos democracia para escolher deputado, não sei das quantas, tudo, tudo isso. E onde que se aprende isso? Na escola, fazendo e atuando dentro da gestão democrática também.

Porque um gestor não é só eleição de diretor. Mas alguém que passa por uma eleição tem responsabilidade. Não tem costas quentes. Esse é o diferencial de ser eleito.

Então, clamamos por gestão democrática.

E uma lei que nós pedimos também que seja extinta aqui no Estado de Rondônia – eu sei que é programa de governo e que é defendido até por uma grande maioria da sociedade – mas escolas militarizadas? **(manifestações da galeria)**

Primeiro: é inconstitucional. Segundo: totalmente excludente. Terceiro: vai fazer segurança pública, que educação nós sabemos fazer! Educação, quem sabe fazer, são esses profissionais que estão sentados aqui. Devem ser ouvidos e considerados como atores principais de uma transformação de sociedade.

Quem não investe em educação vai ter que abrir mais hospitais e, principalmente, presídios. E nós estamos indo por esse caminho a passos largos.

Então, companheiros e companheiras, nós precisamos aqui conversar, construir e consolidar projetos que envolvam a sociedade, os profissionais e os meios, os órgãos competentes. Que bom que nós temos aqui hoje órgãos que caminham conosco. Que tenhamos mais momentos como estes. E estamos aqui para contribuir sempre.

Um grande abraço. **(manifestações da galeria)**

Vai abrir para vocês, calma aí.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Dioneida, pela contribuição. É muito importante a sua fala e a fala da Claudir. Foi pontuado bastante coisas que são importantes e devem ser consideradas e revistas no Plano Estadual de Educação e no Plano Nacional.

E fica muito claro: os desafios estruturais, os desafios das nossas escolas no Estado de Rondônia – as estruturas, o financiamento, a falta também de recursos – para que a gente possa ter uma educação à altura do que precisamos.

Os desafios pedagógicos: a qualidade, a formação continuada dos nossos profissionais, que também é um desafio. Os desafios econômicos: as desigualdades sociais que hoje prejudicam também os nossos alunos.

As consequências da privatização, que é um retrato no nosso país, e que a gente precisa de estar bem antenado para que isso não se torne uma realidade no Estado de Rondônia. A desvalorização dos profissionais e demais direitos que têm prejudicado a qualidade da educação.

Eu fui pontuando aqui algumas coisas que a gente vê que são pontos negativos e que têm prejudicado a qualidade do nosso ensino do Estado de Rondônia: o fato do último concurso da educação em 2016; esse processo seletivo que constantemente tem acontecido – e que isso é muito ruim. Isso não dá estabilidade para o trabalhador. Pois, quando o trabalhador começa a compreender, de fato, aquele processo ele já venceu. E aí vem um outro novamente. Isso tem sido muito ruim

também.

A falta de professores que é um diagnóstico neste Estado. Em diversas escolas onde a gente vai falta profissional. A questão do voluntário, outra situação que é absurda. A gente precisa repensar e, de fato, ter um projeto com transparência, clareza e planejamento, porque isso é inadmissível.

A gente precisa valorizar os nossos profissionais, e precisamos ter o orçamento justo e digno para a educação. Isso não pode acontecer. Isso é escravizar as pessoas, com esse valor de 70 reais.

Um outro detalhe que eu anotei aqui também, que é gritante, é a falta de cuidadores. A gente sabe que, hoje, é uma realidade necessária, e que isso também falta tanto na questão dos municípios quanto do Estado.

A violência nas escolas é outra situação muito delicada. E uma outra situação que a gente levanta aqui também é o que acontece no nosso Estado com a implantação da mediação tecnológica.

Hoje, para os alunos do campo – e eu falo isso porque a gente milita na pauta da agricultura familiar, militamos com o público da área rural e temos recebido muitas reclamações – os pais estão insatisfeitos dos seus filhos terem que estudarem através da mediação tecnológica, com um professor para acompanhar o processo, mas, às vezes, um professor que não é qualificado, de fato, para aquele conteúdo que está sendo passando. A gente que foi ensinado, que teve um aprendizado, com o professor junto, sabemos o que significa isso.

Isso é garantir dignidade e precisa de ser revisito. E no nosso Estado, quando foi implantada a mediação tecnológica, foi justamente para as áreas de difícil acesso. Porém, hoje isso já está acontecendo em áreas de fácil acesso. Precisa ser revisito, e o próximo concurso precisa de ser pontuado.

E até fizemos uma cobrança com a Secretária do Estado da Educação sobre isso. E, Nilson, eu gostaria que vocês pontuassem isso novamente, porque ela me disse: "Deputada, nós podemos fazer um levantamento nos lugares que foram implantados a mediação tecnológica, e solicitar que no concurso próximo, seja contratado professor, para que as pessoas tenham o ensino regular, para que, de fato, possa acontecer, e as crianças terem a dignidade de ter professor na sala de aula".

E isso foi em vários municípios que a gente ouviu. Então, acho que é importante fazer esse levantamento, para identificar onde, nesse momento, está sendo aplicada a mediação tecnológica, porque, em muitos lugares, são áreas de fácil acesso, o que estão na contramão do projeto.

Outra situação é a Escola Família Agrícola. A gente sabe que elas são estruturas filantrópicas, porém, têm um apoio do Estado, mas é insignificante. O resultado que as Escolas Família Agrícola dão para o Estado de Rondônia, para os nossos jovens, é significativo. Então, isso é preciso ser revisito dentro do Plano Estadual de Educação.

É lamentável quando a gente recebe os

professores da Escola Família Agrícola, a direção e os pais, vendo que eles ficam se humilhando todo ano para poder receber processo para pagamento de professores e para infraestrutura. Na maioria das escolas, com uma dificuldade muito grande.

Então, Dioneida, a gente tem sim muitos pontos para dialogar e muitas reivindicações a fazer. É preocupante, sim, muito dos dados que são colocados aqui. Acho que nosso objetivo é discutir os problemas mesmo. Não viemos para um Poder Legislativo aqui para ficar discutindo coisas boas. Não, aqui todos os dias temos problema. E é uma série de coisas que foram colocadas aqui. E precisamos ter essa capacidade e ter a responsabilidade de fazer o debate.

Antes de abrir as falas, quero pedir à Andressa para vai vir aqui para pegar o nome de cada um que deseja se inscrever. A gente vai abrir seis inscrições.

Gostaria também de fazer uma justificativa. A Deputada Ieda Chaves, Presidente da Comissão de Educação, justificou sua ausência hoje devido a um imprevisto que aconteceu, uma questão pessoal. A gente não procurou saber, mas justificou. Ela, como Presidente da comissão, sempre nas demandas do dia a dia, tem confiado a nós para conduzir esse trabalho. Eu sou membro da Comissão e, por isso, ela tem nos dado essa credibilidade. Não pôde estar presente, mas, em todo momento que precisamos atender vocês, servidores da educação, temos tido essa autonomia de fazer esse debate, de conduzir aqui.

Estou fazendo esse reconhecimento porque a gente tem tido muitos diálogos, e é sempre importante que tenhamos essa Casa com as portas abertas. Por mais que sintamos a falta dos demais aqui, porque esta é uma pauta tão importante e com tantos problemas, era para os outros estarem aqui também para fazermos um debate. Mas isso é um pouco do retrato que a gente encontra no nosso país, da ausência de quem também tem compromisso nos espaços de poder.

Andressa, já está por aqui? A gente vai abrir a inscrição de três minutos, pessoal. Serão seis inscrições, tá? Mantenham o braço erguido para que elas possam fazer as anotações. Nós temos um, dois, três, quatro. Já temos quatro. Quatro inscrições. Olha, eu pensei que seriam poucas. Apareceu mais um ali. Mantenham o braquinho erguido, quem ainda não foi inscrito, só para que elas anotarem. Espera que vai passar as seis, espera. Já deu seis meninas?

Pessoal, vamos começar, o primeiro inscrito aqui, já para a gente ir adiantando, enquanto as meninas terminam. Só passa para mim quem é o primeiro, fazendo um favor.

O primeiro a falar é o Adailto Noletto, da Escola Professor Francisco Chiquinho. Três minutinhos, tá? Fabrícia, você conta para nós, três minutinhos?

O SR. ADAILTON MARTINS NOLETO - Boa tarde a todos os trabalhadores em educação, aos colegas. Já tivemos pela manhã com a direção do sindicato, fazendo os nossos debates em respeito à educação. Sou profes-

sor e estou na iminência de uma aposentadoria. Ainda não é por invalidez, não, vai ser por tempo de serviço mesmo.

Eu fiz uma escolha, deputada, para ser um professor rural, porque meu pai era da área rural e faleceu dentro de uma propriedade rural, criando todos os filhos lá. Eu disse que poderia ajudar algumas crianças, principalmente das regiões mais inóspitas. Fiquei 33 anos dentro dessas comunidades e tenho vivência de tudo o que aconteceu na evolução da educação em Porto Velho nesse tempo.

Sou graduado pela Universidade Federal de Rondônia, tenho duas graduações, e consegui ainda estudar, mesmo dentro do mato. E percebo que as dificuldades dos professores não são diferentes. Quando fui lotado na Escola do Beradão, na comunidade de Cujubim, eu carregava os fardos de merenda escolar, que eram os pré-cozidos da época, ia para 8Km. E ainda assim, a gente tinha que fazer na lenha a merenda das minhas crianças.

Eram muitas séries, eu tinha alunos de 5 anos e outro de 20 anos na mesma sala, e eu só tinha o primeiro grau. Só depois eu fiz o magistério e fui me capacitar. Parece que a história dos trabalhadores de educação ainda está lá em 1980. Nós estamos brigando pelas mesmas coisas.

Eu penso que Rondônia, pela sua história, merece uma força-tarefa de todos esses órgãos para a gente mudar o currículo escolar. hoje, temos alunos da terceira geração de beradeiros que não conhecem a diferenciação de uma árvore para outra, mesmo sendo ele morador na sombra dessa árvore. Não existe mais esse aluno empírico. Não tem um aluno empírico. Nós temos dificuldade.

O aluno que é filho de pescador, ele não está conseguindo diferenciar uma Traíra de um Cará, de um peixe que traz economia, como o tambaqui ou o pirarucu. Isso é muito problemático, senhores, para a questão da economia do Estado. É muito ruim saber que essa mão de obra não é muito absorvida pelo poder público.

Vou me despedir agora, dizendo que foi o máximo que eu pude encurtar, foi isso aqui, que é muito pouco. Mas, é importante essa Mesa, estou vendo aqui o Ministério Público e a Defensoria Pública. E, como trabalhadores em educação, não vamos desistir da luta. E para ter novos professores, pois não querem fazer concurso para professor, para docente, é bom saberem disso. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Professor.

Eu quero agora aqui convidar a Marileth Soares Deniz, Secretária de Formação do Sintero. E pedir para o pessoal se manter dentro dos 3 minutos. Me avisa, que eu peço para o pessoal concluir para que possamos ser pontuais nas nossas falas. Obrigado.

A SRA. MARILETH SOARES DENIZ – Boa tarde a todos e todas. Quero aqui cumprimentar, de maneira es-

pecial, a Deputada Cláudia de Jesus e dizer que, de fato, você nos representa como mulher e como deputada.

Cumprimento toda a Mesa, a companheira Cláudia, que representa a CNTE, a companheira Dioneida, Nilson e demais componentes. E dizer que eu lamento e quero registrar aqui a minha indignação pela falta de compromisso dos deputados que representam esta Casa e, sobretudo, os demais componentes que compõe a Comissão de Educação. Gente, a Presidente não se faz presente. Isso é um descaso muito grande, um absurdo.

Como que pode alguém que representa aqueles que formam todas as outras categorias, e dão formação para que todos possam ser cidadãos de verdade, faltar com o compromisso, com os desta Casa? Somos apenas, praticamente, representados por uma deputada, e uma comissão que, em total desrespeito, não se faz presente. Não posso deixar de registrar isso. Viu, companheirada? Sinceramente, estou aqui decepcionada. Não posso deixar de registrar isso.

E, como a companheira Dioneida colocou, com relação à questão das escolas militares. Nós estivemos, eu e a companheira Maricélia, essa semana, em uma escola militarizada e, quero me dirigir ao companheiro Nilson – digo isso porque você é um servidor de carreira, e lamentar também a ausência da Secretária de Educação. Porque, sinceramente, gente, não é a primeira vez que isso ocorre, é recorrente.

Dizer que simplesmente o diretor acha que a escola é dele. A escola pública é da população. O que acontece? Os diretores, que trabalham nas escolas, chegam com uma patente de Capitão e saem como Major, com maiores patentes em uma escola e ganham três vezes mais do que uma pessoa que tem formação específica.

E digo mais para o Senhor Nilson, o senhor está representando aqui a Secretária, mas tem escola que o diretor, o vice-diretor, o secretário, são todos militares.

Gente, não tem verba para pagar os trabalhadores da Educação e melhorar a nossa vida, mas para pagar um militar que já tem salário, que ganha um salário muito alto, tem dinheiro. E essas escolas são sustentadas com dinheiro do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), com dinheiro que sai do nosso bolso, com dinheiro da Educação.

Eu quero deixar aqui a minha indignação, o meu repúdio e pedir providência à Seduc. Providências. Outra coisa....

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Conclua, Professora.

A SRA. MARILETH SOARES DENIZ – Só para fechar: estão fechando escolas, estão colocando salas superlotadas e o resultado são pessoas doentes. Essa semana, eu tive uma companheira da Educação de Guajará-Mirim que tirou a própria vida, porque estava doente. A Educação está adoecida, o número de aulas é muito grande, tem que se rever isso. A Lei Complementar nº680, tem que se rever tudo isso.

Então, quero deixar esse recado a todos aqui e

dizer, companheirada, é luta, é luta e resistência.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Marileth.

Agora eu convido a Professora Léo Simão para fazer uso da palavra.

A SRA. LIONILDA SIMÃO DE SOUZA - Quero cumprimentar toda a Mesa e parabenizar a fala da Claudir, que falou, tecnicamente, sobre a construção de um Plano Nacional de Educação e sobre financiamento. A fala da Presidente foi espetacular, que faz o debate falando sobre a importância da Educação e, principalmente, da valorização.

Quero parabenizar a Deputada Cláudia de Jesus, que, em pouco tempo na Comissão de Educação, tem dado o seu recado. E, aquilo que foi falado é vergonhoso, porque é o segundo grande movimento que eu participo em que a Presidente da Comissão de Educação não se faz presente.

E nós temos que repudiar, sim, enquanto trabalhadores em Educação, e quero, deputada, nesse momento, me solidarizar com você como mulher. Desde o início do seu mandato, você vem sendo violentada nesta Casa de Lei. E ontem, mais uma vez, você que nos representa como mulher, que é a nossa parlamentar, sofre essa violência, pelo mesmo deputado.

Nós, enquanto sindicato, já conversamos, não é, Presidente? Vamos nos posicionar, em solidariedade e em repúdio, à ação do deputado, que vem violentando não só a senhora, mas todos que têm uma posição diferente da dele.

Quero dizer a todos vocês que a minha fala aqui é só para reafirmar tudo o que já foi dito, mas que a educação se constrói com políticas públicas, com políticas de Estado. O Plano Nacional de Educação e os debates que nós fizemos, enquanto sociedade civil organizada, enquanto Poder Público, enquanto profissionais de educação, enquanto pais de estudantes, diz que a educação precisa ser respeitada através de políticas que realmente insiram, que incluam e que respeite.

E nós, deputada, vamos ter um longo desafio, principalmente por muitos que estão aqui e que não nos representam. O desdobramento do Plano Nacional vai acontecer nos municípios e nos Estados. E precisamos construir o novo Plano Estadual de Educação – teremos grandes desafios. E esse Plano que será construído, precisa levar em consideração as questões regionais, as nossas particularidades, e que o respeito às diferenças precisa estar lá. Teremos desafios.

Pedimos aqui, desde já, o apoio e dizer que nós, enquanto sindicato classista de luta, que faz o debate sobre educação, não vamos, não vamos permitir agressões. Não vamos permitir.

Quando nós viermos para cá, nesta Casa de lei, para aprovar um projeto, não temos dúvidas de que, ao ser implementado, transformará a educação desse país. E o Plano Estadual de Educação tem que ser com base no Plano Nacional de Educação, que, para nós, ali diz

tudo. É isso, muito obrigada.

A SRA. CLAUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Professora Léo, pela contribuição, pelo apoio.

Eu convido agora o Alex Duarte, professor da Escola Estadual no Município de Itapuã do Oeste.

A SR. DIONEIDA CASTOLDI - Deputada, enquanto o Alex não chega à tribuna, queremos registrar aqui que estamos transmitindo a Audiência e os nossos companheiros em todo o Estado estão assistindo e mandando abraços.

Então, um grande abraço a nós que estamos presentes, um abraço aos nossos trabalhadores que estão no Estado afora, e, em especial, um abraço de Vilhena para todos nós. Está bom, gente?

O SR. ALEX DUARTE DO ESPÍRITO SANTO - Boa tarde a todos e todas. Boa tarde, deputada. Parabéns por nos receber mais uma vez. Boa tarde a todos da Mesa e uma boa tarde especial a todos os servidores da educação do Estado de Rondônia.

Bom, sobre os deputados que aqui não fazem presente, eu tenho comigo uma análise que é minha, é muito pessoal. Acredito que a grande maioria – e não vou generalizar, porque toda generalização é errônea e odiosa – mas a grande maioria não está aqui porque é covarde. Não estão aqui porque têm medo de nos enfrentar. Não estão aqui porque sabem das condições que nós estamos enfrentamos na sala de aula. Então, ficam só fazendo suas prosopopeias flácidas, propagandas, mas não têm coragem de vir aqui nos enfrentar e para poder escancararmos a realidade na frente deles.

Sobre as condições de trabalho, escrevi esses dias nas minhas páginas, fiz um pensamento, e gosto muito de fazer essas análises. Eu coloquei assim: para ser professor hoje, no Brasil e em Rondônia, é preciso ter uma dose de utopia misturada com loucura, responsabilidade, ética, amor, determinação e coragem. Muita coragem. Eles não têm. Nós temos. E é por isso que estamos aqui.

Sobre a carga horária de trabalho, eu falei isso há umas semanas atrás: somos os únicos professores do Brasil, autoridades, os únicos, que, mesmo respeitando os 2/3 que estipula a Lei do Piso Salarial, com 27 horas de sala de aula, tivemos uma mudança em 2014 e 2015, e somos os únicos que, proporcionalmente, mais trabalhamos no Brasil em relação à sala de aula.

Temos 32 aulas. Como falta professor, estou com 39 aulas. Tenho mais de 700 alunos. Não existe professor no Brasil que trabalhe mais que o professor Rondoniense, principalmente aqueles que têm dois contratos. Não existe.

E lembro que, em 2021, ainda era Diretor do Sintero em Guajará-Mirim, e vi uma pesquisa internacional – que saiu na Globo, inclusive – que o professor Rondoniense está entre os 4 professores do Brasil que têm mais alunos. De acordo com a pesquisa, o ideal no segundo ciclo – fundamental II e no ensino médio –

é que seja 200 alunos, para que, dentro de cada área específica, o professor possa atender aquele aluno de maneira adequada.

Eu tenho 700! Tem professor que tem 900 alunos. É surreal! É uma situação absurda! Não tem como fazer um trabalho de qualidade. Como vou selecionar para 900 alunos com 8 ou 9 componentes curriculares?

Eu sou professor de história e sociologia. E tem colegas trabalhando, como o Biólogo trabalhando no Inglês, trabalhando Língua Portuguesa, e por aí vai. É uma vergonha!

Semanalmente. Essa carga de trabalho, Doutora, é semanalmente. Trabalho 32 aulas por obrigação, de acordo com o plano, para completar, porque são aulas de 48 minutos. Então, não são aulas de uma hora para completar as 27 que determina a Lei do piso. São aulas de 48 minutos. Trabalho semanalmente 32 aulas, mas, como faltam professores, tem horas extras, acabo trabalho 41 aulas, não são 39, não, são 41 aulas por semana. É uma loucura.

A SRA. CLAUDIA DE JESUS (Presidente) – Esgotou seu tempo, mas pode concluir.

O SR. ALEX DUARTE DO ESPÍRITO SANTO – Sobre as condições de trabalho, é lamentável. Que dentro da Seduc, a gente ainda escuta que, se os indicadores de Rondônia estão desse jeito, é porque os professores rondonienses não planejam.

Quem fala isso, possivelmente, com todo respeito, deve ser algum Tutancâmon que não entra em sala de aula há mais de 60 anos. Não tem cabimento uma coisa dessas. Eu tenho todo o meu planejamento aqui, aqui! Tenho o meu planejamento: 9 turmas, 11 componentes curriculares, alunos com necessidades especiais.

Posso colocá-lo aqui agora. Tenho todo o meu planejamento metodicamente feito, que excede — e muito — as 5 horas que tenho obrigatórias para poder planejar. Eu planejo o domingo o dia inteiro. Domingo o dia inteiro, para conseguir trabalhar durante a semana. É uma vergonha, e essas são as condições de trabalho do professor rondoniense hoje.

E, para fechar, deputada, sobre a militarização e sobre a mediação tecnológica, as autoridades devem saber disso: é um crime de lesa-pátria. A mediação tecnológica começou com o Governador Confúcio Moura e era para ser implementada no interior, como bem lembrou a deputada. Mas ele já começou na zona urbana. Ele deturpou, e começou na zona urbana há mais de 10 anos. Há mais de 10 anos.

Meu irmão, gêmeo univitelino, o único que tenho, caiu de moto indo para uma escola rural de mediação tecnológica há 10 meses. Ele quebrou o joelho, comprometeu a bacia, toda a coluna, e fez “n” documentos, todos protocolados na Seduc, na Superintendência de Ariquemes, para tentar receber as gratificações que foram retiradas. Não tem cobertura para quem sofre acidente em serviço. Ele ainda teve as gratificações retiradas.

É um abuso, é uma falta de respeito com o servidor que se dedica há 18 anos em sala de aula! É geógrafo, educador ambiental, está sempre à disposição da Superintendência de Ariquemes, dando palestras, formações, e não recebe um centavo por palestra — apenas para dar aula. Mas ele é formador e está lá trabalhando. Quando sofreu o acidente, o Estado o jogou no esquecimento. Além de ter que pagar com todo o tratamento, ainda tiraram as gratificações que ele recebe. É uma coisa absurda!

E sobre a militarização, eu não sei como o Ministério Público Federal ainda permite que isso aconteça. E até o Ministério Público Estadual. É inacreditável: um militar aposentado, como a Professora Marileth acabou de lembrar, um militar aposentado dentro de uma escola. Esse militar, que não tem sequer o ensino médio, com todo respeito, ganhando duas, três vezes mais do que um professor com mestrado ou doutorado. É uma vergonha inaceitável!

Algumas escolas do interior estão com o piso quebrado. Piso quebrado! Ar-condicionado sem conserto. Sala de recursos especiais abandonada. Salas de recursos especiais para atender alunos com múltiplas necessidades. Tenho aluno com quatro, cinco necessidades especiais. Um professor que, na maioria das vezes, fez uma pós em uma determinada área, tem que atender a todos. Eu ainda tenho que produzir material para auxiliar. É surreal a realidade do professor rondoniense hoje, enfrentando para trabalhar neste Estado. **(manifestação na galeria)**

E sobre essa situação do desmonte da educação, isso já vem acontecendo há algum tempo, desde o Governo do Confúcio. A mediação tecnológica é um crime de lesa-pátria. Os militares dentro da escola pública também são um crime de lesa-pátria. Voltem para a rua e vai trabalhar na segurança pública. Nós precisamos de formação continuada. Nosso lugar é dentro da escola. Militar é na rua.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Professor Alex. Convido agora Professora Alemmar.

A SRA. ALEMMAR FERREIRA DA FONSECA – Boa tarde. Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, deputada.

Gente, eu tenho uma conjectura. Por exemplo, nós temos esses profissionais que estão chegando às escolas — eles são bem formados e tudo mais —, mas as condições em que eles estão chegando às escolas é que dificultam. E isso vai refletir muito este ano, pois temos as provas externas. Quiçá, Rondônia ficará na pior colocação em educação. E não é porque os professores são ruins — são as condições que são as piores.

Você está em sala de aula, a toda hora pensando que seu contrato vai acabar. Que você não sabe como ficará sua vida, que está ganhando menos que um salário mínimo, mesmo trabalhando tanto quanto um professor concursado. E isso vai refletir.

Porque não existe chicote no mundo que faça com que as pessoas ofereçam um bom resultado no

Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), no Pisa Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, no Saero (Sistema Permanente de Avaliação da Educação de Rondônia) — provas que já estamos tendo agora. Isso é muito preocupante. Porque vai refletir.

E depois, no ano que vem, não vão procurar soluções, vão procurar culpados. É isso que vão fazer: procurar culpados. Desde já, nós sabemos quem são os culpados, quem levará a culpa: nós, os professores. Vamos ser acusados de incompetência, de que não sabemos ensinar, de que não oferecemos qualidade de ensino.

Então, penso que a gente precisa se posicionar. Precisamos cobrar, porque sabemos que são políticas públicas. São políticas públicas. Está embasado em lei? Está. Mas eu acho que está na hora de a gente levantar a bandeira e ir contra isso.

E o meu outro questionamento é: até quando o aposentado vai ter que pagar novamente? Tenho falado para os nossos alunos, porque a ideia que estão passando para os meus alunos é: "Os jovens precisam trabalhar para pagar a aposentadoria de vocês que vão se aposentar, de vocês que estão se aposentando." Eu digo: "A minha não, porque eu paguei. Cadê o dinheiro que foi descontado do meu salário?"

Então, não venham mentir para os nossos alunos, dizendo que eles têm que pagar a minha aposentadoria, porque eles não têm. A gente tem que terminar. Nós, professores, também temos que entrar com esses discursos, porque eles vêm falar com a gente, que já temos idade e vamos nos aposentar.

Então, esses são os meus questionamentos, uma reflexão.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Professora Alemmar.

Agora convido o Professor Manoel Rodrigues, Secretário-Geral do Sintero.

O SR. MANOEL RODRIGUES DA SILVA – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a Deputada Cláudia. Parabéns pela propositura. Cumprimento o Ministério Público, o senhor Diego, procurador, a CNTE, a Nilce, representando a Seduc, e nossa Presidente Dioneida Castoldi.

Não sei, Deputada Cláudia, se vou conseguir falar em três minutos, porque tenho muita coisa a dizer. É uma pena. Veja bem, sou professor de formação, mas técnico de profissão, e estou na ativa na Escola João Bento da Costa, uma das maiores do Estado de Rondônia. Então, sei o que estamos passando, Dioneida, dentro das escolas. Você falou dos sofrimentos dos professores, mas os técnicos estão muito mais que os professores.

Estamos com os programas criados pela Seduc, as secretarias estão abarrotadas com o TCAE (Teste de Conclusão de Ano Escolar), progressão e retenção. São programas que precisam ser reavaliados. Hoje, os alunos não querem estudar, não ouvem os professores,

porque dizem: "Vou fazer o TCAE."

Ele vai para aquela provinha, passa de ano, depois fica em três matérias, faz mais duas, faz a progressão, faz um trabalho e fica rindo da cara do professor, sem ter aprendido nada. É preciso rever essa situação do TCAE, da progressão e da retenção.

Preciso também esclarecer uma outra coisa aqui, porque estamos em um Estado em que a maioria são militares. "Ah, o Sintero é contra a escola militar." E aí, Dioneida, preciso fazer uma observação: nós não somos contra a escola militar, o que é diferente da escola militarizada.

A escola militar tem que existir. E penso que o Governo Marcos Rocha, que é militar, deveria construir mais umas 10 escolas Tiradentes para os filhos dos militares, com o dinheiro da segurança pública, e não com o da educação pública. O que estamos questionamos é o investimento público na escola pública militarizada, onde há uma grande discriminação, e o Ministério Público tem papel fundamental nessa fiscalização.

Fiquei muito triste, presidente, ao ver aquele decreto que você apresentou agora há pouco, abrindo a seleção de voluntários para as escolas.

Por que não foi publicado já o decreto do concurso público? Cadê a Assembleia Legislativa, Deputada Cláudia? Cabe ao Parlamento. Esse Parlamento precisa prorrogar o Plano Estadual de Educação, aprovado e vencido no ano passado. É preciso que os deputados façam seu papel. Porque ano que vem eles vêm bater na porta de vocês pedindo voto.

Me desculpem o desabafo, mas esta Mesa, em que pesa daqueles que justificaram ausência, deveria estar super lotada, porque a Educação é a base de tudo. Ninguém vai a lugar algum sem passar pelo banco escolar. O professor forma todas as profissões, inclusive os parlamentares. E, quando chega em um momento como este, cadê eles? Fugiram. É preocupante. Chamo a atenção: vocês precisam construir educação pública junto com os trabalhadores da educação deste Estado!

Precisamos de valorização. Nossos técnicos estão sem aumento há muito tempo. Hoje, um técnico que é contratado de forma emergencial ganha mais do que um técnico com 20 anos de serviço, passando do Nível 1 para o Nível 2.

A Escola João Bento da Costa precisa rever sua tipologia. Uma escola com 3.400 alunos conta com apenas um secretário para atender a todos. Precisamos rever muitas situações. "Ah, mas a escola não está na periferia." Mas tem 3.400 alunos. Sabemos do sofrimento daquele secretário. Nós precisamos, no mínimo, de dois secretários. Cadê a supervisão? Não há supervisão a noite na Escola João Bento da Costa.

Mas vimos agora que não é que não tem dinheiro, não. A Seduc não fechou os 25% mínimos da Educação e não tem como fechar neste mês. Precisa abrir seleção para voluntários para a escola? Me desculpe, Nilson. Talvez você nem precisasse ouvir isso, porque você é um companheiro, como disse a Dioneida. Mas, ao assumir um cargo, precisa ouvir, pois está

representando o governo. Talvez não para você, mas o governo precisa saber que a nossa educação estadual está uma maravilha no Estado.

Precisamos refletir. Precisamos de investimento. Precisamos rever os projetos pedagógicos das escolas, como o TCAE, progressão e retenção, que não ensinam nada. Os alunos estão rindo da cara dos professores e apenas mudando de série. E a qualidade do ensino, para onde vai? Precisamos rever essa situação.

Quer fazer escola militar? Faça. Eu apoio, com o dinheiro da segurança pública, não com o dinheiro da educação pública. Então, deixo bem claro: o Sintero não é contra a escola militar. Somos contra escolas militarizadas, que é diferente. Desculpem o desabafo.

E eu gostaria muito que hoje todos os trabalhadores estivessem ouvindo e assistindo a este debate, que é debate de suma importância para a melhoria da qualidade do ensino e da nossa escola pública de qualidade.

Estou usando a camiseta com a frase: "Não vendam nossas escolas". "Ah, mas não chegou em Rondônia", mas já chegou ao Paraná, ao Rio de Janeiro, e é um passo. Porque a militarização, senhora representante do Ministério Público, começou lá fora, chegou a Rondônia. E, daqui a pouco, estarão privatizando a escola pública de Rondônia, se não abirmos os olhos. Então, não vendam a minha escola! Não vendam! E, quando o Sintero chamar, venham para a luta.

Desculpem se ultrapassei o tempo. Desculpem o desabafo. Parabéns, Deputada Cláudia de Jesus. Parabéns a todos os trabalhadores e trabalhadoras da educação que estão aqui presentes. E os nossos técnicos precisam de concurso público, precisam de valorização e precisam de dignidade. Todos nós precisamos de valorização.

Que Deus abençoe e ilumine cada um e cada uma, e que nos dê sabedoria, como fez com Salomão. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Professor Manoelzinho, pela contribuição, pela participação.

Agora convido a Professora Rute Barbosa, da Escola Alta de Souza.

A SRA. RUTE BARBOSA DA SILVA – Boa tarde a todos. Meus cumprimentos a todos da Mesa.

Percebi aqui, nas falas dos companheiros, que a maioria de vocês é do Estado. Eu sou do município, mas também trago, neste momento, a minha indignação diante do desmonte, aos poucos, da educação.

Porque sou professora da rede pública municipal há 15 anos – completarei 16 anos este ano. Tenho três graduações: sou formada em Pedagogia, Psicologia e, agora, estou concluindo Letras-Libras. Já tenho 17 especializações. Quando encontro um problema em sala de aula, ou com os colegas, ou na escola ou dentro da área da educação, vou fazer uma pós-graduação para entender. E saio de lá com mais questionamentos.

Terminei um mestrado agora na Unir, sou mestra em Educação pela Universidade Federal de Rondônia, e estou finalizando o doutorado. E, ainda assim, isso não responde as perguntas que me faço frequentemente para estar em sala de aula. Estou em dois horários. Fiz todas essas formações por conta própria. Não consegui tirar licença-prêmio. Tenho três licenças-prêmio vencidas, para poder estudar. E o que eu queria era só estudar. Não me deram. Fiz sem licença-prêmio mesmo.

Duas vezes fui à secretaria pedir a licença-prêmio e me disseram: "Nem pense. Tem gente com três e não conseguiu. Você não é a privilegiada com uma que vai tirar." Mas é um direito meu.

Há muitos direitos nossos que não são respeitados. O direito de trabalhar em uma sala com uma quantidade adequada de alunos, para que possamos alfabetizar. Sou alfabetizadora, estou no primeiro ano, e gosto de alfabetizar. É algo que sei fazer, mas há superlotação.

As crianças atípicas não são um problema para nós. Digo como professora: elas não são. O problema é termos que atender cada uma na sua especificidade.

A escola não tem recursos. Alguns cuidadores, quando chegam, não têm formação adequada. Estão na sala mais para vigiar o professor do que para cuidar realmente do aluno, na realidade. Entendeu? São muitos os direitos nossos que são vergonhosamente desrespeitados.

E aproveito este ensejo, diante das autoridades, para que ouçam as nossas falas e a deputada que abriu esta sessão para que pudéssemos falar. Acho que estou sendo repetitiva, mas falo de dentro do municipal, que até mesmo como cidadã, vejo muitas coisas inadequadas.

O nosso salário não cobre e tiramos dinheiro do bolso para comprar material para os alunos. Vemos crianças que vão à escola por uma única alimentação no dia. São crianças que vão para comer, não para estudar. O nosso trabalho e a nossa luta, são difíceis. Agradeço a oportunidade de falar.

E, gente, quando o Sintero ou outros sindicatos convocarem, venham! Viemos em número pequeno, mas tenho certeza de que cada um aqui trouxe seu sentimento de responsabilidade e de luta pela nossa categoria. Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Professora Rute. Parabéns pela sua fala. De fato, é isso. Um movimento sindical, seja da Educação ou demais categorias – especialmente aqui o Sintero – tem essa responsabilidade e tem feito um papel importante.

Vemos as conquistas que têm tido e as grandes lutas que têm travadas. Se não fosse esse trabalho da categoria, tenho certeza de que o que hoje já não está bom estaria muito pior. Por isso, é importante essa unidade para lutar por direitos.

Já ouvimos os inscritos e, agora, vamos retornar à Mesa para concluirmos a nossa Audiência Pública. O objetivo é, justamente, mediante das falas que foram feitas – das participantes, das duas professoras – apre-

sentou toda essa situação do Plano Nacional de Educação e ao Plano Estadual, e todas essas colocações, para que também, aqui, as nossas autoridades possam utilizar suas falas dando alguma alternativa, alguma resposta, algum encaminhamento, para que a gente possa, juntos, fazer algo dentro daquilo que foi proposto nesta Audiência Pública.

Eu quero agora passar a palavra para o senhor Nilson Gonçalves Vieira, que é diretor técnico e, neste ato, representa a Secretária de Estado da Educação. Quero agradecer, Nilson, por estar aqui com a gente. Havíamos feito o convite à Secretária, que não pôde comparecer, mas agradeço por você estar aqui para falar com os nossos profissionais da educação.

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA – Obrigado, deputada. Boa tarde a todos. É uma satisfação estar aqui com vocês. Peço desculpas pela ausência da nossa secretária, que tinha um outro compromisso.

Quero cumprimentar a Deputada Cláudia; a companheira Cláudia; o Doutor Diego, Procurador e Sub-defensor Público; a Doutora Luciana Ferreira; a nossa companheira Professora Dioneida; e também meus colegas assessores da Seduc: a Doutora Wanda, a Sheila, a Isis, o Doutor Abnael e a Sandra. Cumprimento ainda todos os colegas professores e técnicos educacionais.

Em nome do Manoelzinho, cumprimento todos os técnicos educacionais do Estado de Rondônia. É uma satisfação estar aqui com vocês. Quero dizer que anotei tudo. Não deixarei passar nada, tá? Eu anotei tudo.

Com relação ao concurso público, quero dizer o seguinte: realmente, ainda não estamos do jeito que gostaríamos. Nós precisamos melhorar muito. Sou professor do Estado de Rondônia, tenho 36 anos de serviço ao Estado. Mas quero dizer que eu não estou apenas em cargo comissionado. Estou lá porque eu sou professor, trabalhei 30 anos dentro de escola, sendo 16 anos como diretor escolar. Então, eu sou professor e conheço bem a realidade das escolas. Sou do chão da escola.

Sempre digo para as pessoas que os cargos são temporários. Quando este terminar, voltarei à minha realidade: que é a escola. Por isso, conheço bem as demandas, o chão e as dificuldades da escola.

Desde que cheguei à Seduc, fui convidado para vir para a Seduc, devido ao trabalho que realizamos em uma escola da zona sul de Porto Velho, em uma escola da periférica. Sendo convidado para vir para a secretaria.

E desde de 2019, temos trabalhado muito. Quando cheguei na secretaria, cheguei com o compromisso: de ajudar a valorização da categoria. E nós fizemos isso. Vocês são conhecedores disso. Já avançamos um pouco, avançar muito.

Nós sabemos que melhoramos, um pouco, a estrutura das escolas. Não são todas, mas das 406 escolas estaduais, entre esse período de 2019 a 31 de dezembro de 2024, 312 escolas foram reformadas. Investimos também na valorização dos profissionais da Educação. Temos pago o piso salarial, vocês sabem muito bem dis-

to. Em 2019, o piso era de R\$ 2.557,00. Hoje, com o novo reajuste, está em R\$ 4.867,00. Nós avançamos.

Com relação à valorização de cursos de Mestrado e Doutorado, a professora disse que não conseguiu licença para cursar o Mestrado e o Doutorado. Está previsto em lei, professora – cadê a professora que falou? –, inclusive, o Sintero faz parte da comissão, não são apenas os técnicos da Seduc que decidem se a senhora tem direito ou não.

Independentemente de qualquer coisa, tem que abrir um processo, porque vai analisar é essa comissão – da qual a maioria dos membros da comissão são parte do Sintero. A Professora Dioneida está aqui, eu fiz parte dessa comissão, e praticamente nenhum processo de mestrado ou doutorado foi reprovado. Nenhum. **(manifestação da galeria)**

Ah, a senhora é do município? Perdão. Mas, para os professores do Estado, temos concedido esses direitos. Concedemos licenças. Deixe-me demonstrar os números aqui, que eu trouxe aqui, me permitam.

Mas, nós temos atualmente, 20 professores da rede estadual, que a Seduc está pagando para fazer doutorado na Faculdade Católica. Além disso, temos 165 professores fazendo mestrado. Ou seja, temos valorizado e investido na formação dos professores. Precisamos melhorar? Precisamos. Melhoramos a estrutura das escolas? Melhorou. Mas ainda precisamos avançar muito mais.

Estou de acordo com vocês. Eu entendo. E como já disse, sou do chão da escola, sei de todas as dificuldades que vocês passam. Digo a vocês, que somos parceiros. O sindicato tem as portas abertas para entrar e conversar com a gente a na hora que quiser, assim como qualquer servidor.

Com relação ao concurso público, está previsto, colegas, para o mês de julho, tanto para Professores quanto para técnicos educacionais. Nós não vamos deixar permitir a privatização da educação. Não vamos deixar de jeito nenhum, minha gente. Porque isso aqui é nossa responsabilidade. Nossa secretária também é concursada, é uma profissional de carreira e comprometida com a educação.

O último concurso, como mencionou a Dioneida, foi em 2016. Não é justo estarmos enchendo o cofre do INSS, essas contribuições dos servidores emergenciais poderiam estar indo para o Iperon. Mas, com os processos emergenciais, como os colegas falaram, o professor e o técnico se sentem inseguros. Estamos finalizando todo levantamento, e acredito que, até julho, o concurso será lançado para Professores e técnicos educacionais.

Sobre os readaptados – eu pontuei algumas coisas, não sei se eu tenho muito tempo, deputada. Mas não tomarei muito tempo – realmente, temos muitos servidores readaptados, e isso é um problema sério. Porque o readaptado adoeceu exercendo sua função. Nós também concordamos que o servidor deve manter suas gratificações.

Precisamos melhorar a situação desses servidores, principalmente os professores. Pois eles têm que

trabalhar de acordo com o cargo que ele foi aprovado no concurso. Porque que o professor readaptado não pode ser auxiliar de supervisão ou de orientação? Por que um professor de História, readaptado, não pode auxiliar no planejamento de outro professor? Ou ajudar na correção de atividades? Precisamos melhorar.

Na verdade, precisamos fazer uma readequação na Lei nº 680. E essa lei não pode ser feita entre quatro paredes. Deve ser feita com a participação de todos: do sindicato, de todos. Sou defensor de uma nova elaboração da Lei nº 680, onde o sindicato tenha a sua participação.

Não adianta apenas melhorar as estruturas, colocar ar-condicionado nas escolas, se não melhorarmos o salário dos nossos servidores da educação. Quando nos aposentamos — e falo isso, pessoal, porque estou igual a vocês, tenho 36 anos de serviço e também irei me aposentar —, o salário não é essas coisas toda. Melhoramos bastante.

A algum um tempo atras outros técnicos com nível superior ganhavam mais do que professores. Hoje, a situação melhorou, melhorou um pouco — não porque o salário aumentou muito, mas porque as outras categorias elas estabilizaram, estancaram. Mas a gente precisa melhorar muito mais.

E tenho certeza de que, com a colaboração de cada um de vocês, vamos melhorar o ambiente de trabalho, a estrutura das escolas e a questão da gestão escolar. Temos a Lei nº 3.018, da Gestão Democrática. Ela está em vigor. O único artigo revogado foi o da eleição, mas os conselhos escolares continuam sendo escolhidos pela própria gestão da escola.

Precisamos melhorar também a situação do atendimento. É importante a gente valorizar as pessoas que contribuem com a educação. Olha, 95% dos nossos servidores estão na ponta, nas escolas. São vocês que dão os resultados. São vocês que elevam o Ideb. São vocês que fazem as coisas acontecerem. São vocês que sentem lá na ponta. Quem é que pega a primeira pancada lá na ponta? Quem é recebe? Qual é o servidor? De cara, quando entra um pai lá na escola, o servidor que recebe é o Porteiro, que já vai pegando porrada. Quando chega no diretor, todo mundo já apanhou.

Por isso, digo: todos são importantes. Não somente o Professor, mas os técnicos educacionais, as merendeiras, as zeladoras. Todos estão ali para ajudar a melhorar a qualidade da educação. E é isso que devemos conscientizar com essas pessoas. Quando perguntarem a um técnico educacional o que ele faz na escola, ele deve dizer: "Estou aqui para melhorar a educação do nosso Estado. Eu não sou a merendeira, eu não sou a cozinheira, não sou eu que limpo o chão, mas estou aqui para melhorar a educação do Estado."

Com relação às escolas CTPM (Colégio Tiradentes da Polícia Militar), realmente, nós temos três escolas CTPM, temos duas escolas do Corpo de Bombeiro e mais quatro escolas cívico-militares. Eu fiz essas anotações aqui, vou levar. Não tenho conhecimento de que algum Técnico, algum Secretário ou algum Vice-diretor está re-

cebendo pela Seduc.

Esses cargos dos 13 diretores dessas escolas CTPM são CDS e são pagos pela Sesdec. E, com relação ao nosso plano, o nosso Plano Nacional de Educação, que é a Lei nº 2.614, realmente, para deliberarmos o nosso Plano Estadual, precisamos que o Plano Nacional de Educação seja aprovado. Esse plano está lá desde 2000, acho que é 2023, não é? 2024, que está lá no Congresso para ser aprovado e não foi aprovado ainda.

E a gente precisa também do engajamento dos nossos deputados federais, aqui do Estado de Rondônia, e do engajamento dos nossos senadores para que aprovem o nosso plano, porque esse plano dará uma direção para a elaboração do Plano Estadual de Educação.

Esse Plano Estadual de Educação também tem que ser construído junto com a sociedade civil, com os sindicatos, com a Sefin, e, principalmente, com os nossos setores da Seduc que trabalham com orçamento, porque lá estão as metas financeiras. E a gente precisa deixar isso no planejamento.

Outra situação, com relação à titularização, a meta 17. A meta 17 é uma pauta de reivindicação há muito tempo, realmente desde 2015, que foi lançada a meta 17. O Plano Estadual diz que, para a pós-graduação, o professor que ganha 15% seja aumentado para 25% até o final do plano. E já estamos finalizando o plano e isso não aconteceu.

Mestrado, que é 20%, passa para 50%. Estamos finalizando o plano, não aconteceu. Doutorado, que é 25%, passa para 50%. Não aconteceu. Mas a grande novidade que eu trago para vocês é que está em estudo, sim. É sério, está em estudo. E eu digo para vocês, calma, eu estou acompanhando, não se preocupe, eu tenho um compromisso, eu tenho um compromisso com vocês.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI – Essa pauta é sua, não é, Nilson? **(fora do microfone)**

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA – Essa pauta também é minha. Sou um dos maiores interessados nessa pauta. E digo a vocês que temos um técnico que já está fazendo esses estudos, porque a gente fica só falando em estudo, estudo e, não acontece. Esse é o grande detalhe. O sindicato e a categoria querem uma data. Eu quero uma data de quando isso vai acontecer.

Então, meus amigos, digo a vocês que a Seduc está de portas abertas. Nós estamos aí e queremos fazer o melhor para toda a categoria, o melhor para os nossos servidores. E dizer que nós estamos à disposição. A Seduc está de portas abertas, comigo não precisa marcar agenda. A hora que vocês chegarem lá, é só aguardar um minuto que eu estarei lá pronto para atender. Está bom? Estou aqui para tirar qualquer dúvida de vocês, estou sempre à disposição. Muito obrigado a todos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Obrigada, Nilson, pela contribuição.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI – Deputada Cláudia, não sei como vocês usam quando a gente quer entrar na palavra do outro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS- Sim, pode falar, eu concedo a palavra para você.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - Obrigada.

Nilson, no Estado de Rondônia existe alguma escola militar?

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - No Estado de Rondônia não existe nenhuma escola militar. Eu não conheço nenhuma escola militar. Militarizada é outra situação.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - Então, por que eu fiz essa pergunta? Porque o nosso posicionamento é contra as escolas militarizadas.

Então, se Rondônia não tem nenhuma escola militar, nós somos contra as 13 escolas que existem aqui, que são militarizadas, e que somos nós que devemos estar gestando e fazendo a educação acontecer lá dentro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS – Obrigada, Dioneida.

Agora eu passo a palavra para o Excelentíssimo Doutor Diego César dos Santos, Subdefensor Público-Geral do Estado de Rondônia, que, nesse ato está representando a Defensoria Pública Geral do Estado.

O SR. DIEGO CÉSAR DOS SANTOS – Obrigada, deputada. Cumprimento a Mesa, na pessoa da Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Claudia de Jesus, obrigado pelo convite.

Estendo o cumprimento também à Professora Claudir Magalhães, à Professora Dioneida, ao Senhor Nilson Gonçalves, à Excelentíssima Promotora, Doutora Luciana.

Eu sou suspeito para falar quando se trata do assunto valorização dos profissionais da Educação, porque, se estou tendo a oportunidade de conversar com os senhores e senhoras, hoje, é porque eu fui criado por uma mãe solo, que era professora e posteriormente se tornou coordenadora pedagógica, que dedicou toda a vida dela à educação.

Então, como Defensor Público, eu sempre irei defender a escola pública, sempre irei defender as políticas públicas. Sempre irei defender o que está disposto na nossa Constituição Federal, especialmente o artigo 206, que elenca alguns princípios, e dentre eles a valorização dos profissionais da educação, uma gestão democrática, planos de carreira.

Uma educação forte se faz com a valorização dos professores e das professoras e todo o corpo administrativo pertencente à área da educação.

Para um professor ou uma professora conseguir se dedicar, ele ou ela tem que estar, a meu ver, opinião

minha, totalmente motivado (a). Tem que ser motivado constantemente. Isso se faz com plano de carreira, com formações continuadas, para que isso venha a refletir lá na ponta, que são os nossos alunos, e, consequentemente, aumente nossos índices educacionais.

A Defensoria Pública realiza e trabalha juntamente com a Seduc, com o Tribunal de Contas, com a IFRO, em diversas frentes no que diz respeito à área da educação. Cito aqui, por exemplo, a busca ativa escolar, em que profissionais da Defensoria Pública, defensores, servidores, são cadastrados em plataforma da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) com o objetivo de enfrentar a evasão escolar.

Temos também parcerias com a Seduc no que diz respeito ao Programa “Pé-de-Meia”. E o mais novo projeto da Defensoria Pública, que é juntamente com o Tribunal de Contas do Estado e com a IFRO, é a central de vagas em creches. Porque estudos realizados demonstram que, salvo engano, apenas 7% das crianças mais pobres têm acesso à creche.

Então, é uma forma de a gente promover acesso à educação infantil e promover justiça social desde os primeiros anos de vida. **(manifestação da galeria)**

Com certeza também. Construir mais creches para que as mães e os pais tenham condições de deixar a criança na escola e trabalhar, exercer suas funções, trabalhar para obter uma vida digna.

Não vou me alongar muito. Quando o assunto se trata em valorização dos profissionais de educação, eu, como Defensor Público, sempre irei defender, porque a gente só vai conseguir mudar esse país valorizando a educação. E, quando se valoriza a educação, isso reflete na sociedade como um todo. Eu cito, por exemplo, a diminuição de índices de criminalidade.

Eu, como Defensor Público, já atuei muitas vezes na área criminal, e vemos que muitas pessoas que estão na criminalidade não têm acesso ou têm um índice enorme de evasão escolar. Normalmente, nem sequer completaram o ensino fundamental.

Então, a educação é o caminho. Esperem sempre da Defensoria Pública total apoio para o diálogo com as instituições e para apresentar solução concreta também quando o assunto se trata em educação pública.

Muito obrigado. Agradeço mais uma vez à deputada pelo convite, e a Defensoria Pública está sempre à disposição. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Doutor Diego, pela sua contribuição e apoio aos servidores, reconhecimento.

Agora, eu passo a palavra para a Excelentíssima Senhora Luciana Rodrigues da Silva, Promotora de Justiça, que, neste ato, representa o Ministério Público do Estado de Rondônia.

A SRA. LUCIANA ONDEI RODRIGUES SILVA - Boa tarde. Boa tarde a todos e a todas. Eu gostaria de fazer minha saudação à Deputada Cláudia e agradecer pelo convite feito ao Ministério Público para participar

desse momento, dessa audiência.

Dizer que eu estou coordenadora do Grupo de Atuação Especial da Educação do Ministério Público, desde 2023, quando ele foi criado pelo Procurador-Geral de Justiça. A partir de outubro do ano passado, também assumi a 18ª Promotoria de Justiça da Educação de Porto Velho, que é responsável pela Curadoria da Educação no Município de Porto Velho, Candeias e Itapuã do Oeste.

Em razão dessas funções, são inúmeros das atividades, os compromissos e os eventos que se realizam, mas tenho me desdobrado para conseguir participar do maior número possível deles. E eu recebi, deputada, ontem, saindo do Ministério Público já à tarde, a informação dessa Audiência de hoje. Eu tinha um outro compromisso, mas acabei desmarcando para participar, porque essa escuta é importante, esse diálogo é importante.

Primeiro, porque, a hora que eu cheguei, fui chegando aqui, não quis ser indelicada de tomar o panfleto sem pedir à Deputada, mas essa é a Semana Nacional da Defesa e Promoção da Educação Pública.

E, quando a gente fala de escola pública, às vezes a impressão que se dá é que o que qualifica a escola pública é o fato dela não ser paga, e não é bem isso. A escola pública é bem maior que isso, ela é o lugar que hospeda todo mundo e que tem, por dever constitucional, hospedar a todos.

Agora, como se hospeda todos se você não tem estrutura que atenda às especificidades e às diferenças de cada um? Então, daí a grande dificuldade que hoje eu verifico. Tenho andado com um grupo de atuação em várias cidades do Estado e em Porto Velho também. Desde do Baixo Madeira, conheço todas essas escolas do Baixo Madeira, Ponta do Abunã todinha, Jaci-Paraná, já visitei praticamente todas essas escolas.

E a gente verifica o quão difícil, a dificuldade e o quanto falta de estrutura, de estrutura física, de recursos humanos para a gente conseguir, de fato, entregar para a sociedade aquela educação que o texto constitucional manda que o poder público entregue. Uma educação com acesso universal.

E que acesso nós temos hoje? Se só 15% das crianças na idade de creche têm acesso à creche? Segundo os dados que nós temos de relatório de monitoramento do Plano Nacional, que terminou no ano passado e foi prorrogado este ano, mas até o final deste ano.

E que é um percentual que é seguido. Se a gente for olhar os relatórios de monitoramento do Plano Estadual de Educação e dos Planos Municipais, o percentual de cumprimento é parecido. Nós temos 95% de cumprimento de creche e de pré-escola. Nossos alunos de 4 a 5 anos, 95% deles estão na pré-escola, mas ainda tem muitos que estão fora.

Como assegurar a vaga na pré-escola universal, que já deveria ter universalizado em 2016, se a gente tem, praticamente, um problema muito sério no campo? Não se tem, às vezes, oferta de educação infantil no campo. É só ofertar? Não, é criar estrutura, porque não

tem espaço, não tem sala de aula, não tem professor, não tem profissional de educação. Tudo isso demanda políticas e estruturas que precisam ser implementadas pelo Estado.

Como que a gente vai atender e dizer que a escola é lugar de todos, se hoje nós temos, não passa disso, mas é um percentual de 45% a 50% das escolas que têm sala de recursos multifuncionais? Eu não vou entrar se elas estão funcionando, se têm professor com especialização em educação especial atendendo, e se esses professores estão recebendo a devida formação para estar nesses locais.

Nós temos, obviamente, que quando a gente olha para a Meta 4 do Plano Nacional e para os nossos planos também subnacionais, e falamos: nós temos mais de 96% nas nossas escolas crianças com deficiência, na escola regular, é um percentual até acho que acima da média para o Brasil. Mas inclusão se faz só com presença física de criança na escola. É um desafio.

Nós temos que valorizar a educação do campo, mas nós temos que ter escolas no campo. Não é só olhar para as que estão aí e, às vezes, consentir com o fechamento sem que aqueles critérios legais que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) impõe para se fechar uma escola rural sejam observados.

Como se valoriza o aluno ou estudante do campo, se você não tem sendo ofertada a escola no campo? Como incluir? Tudo isso não pode passar ao lado quando se vai pensar em elaborar Plano Nacional, Estadual e Municipal de Educação.

E esse, de fato, é um ano ímpar. Nós temos que pensar nos nossos planos, mas temos que construir esses planos a partir dos diagnósticos locais. Não adianta só reproduzir o que está lá no Plano Nacional, nós temos que olhar para a nossa realidade. É importante criar e elaborar esses planos, obviamente seguindo as diretrizes do Plano Nacional. Mas com base nos diagnósticos dos nossos problemas locais. Isso não é gestão democrática?

Como que você vai entregar uma educação de qualidade, que tem como princípio a gestão, valorização de profissional, que tem como princípio o acesso e permanência de forma igualitária para todos? Que tem como princípio o padrão de qualidade? Se você não tem um plano construído, elaborado e pensado a centenas e milhares de mãos? E a gente sabe que isso, na verdade, é feito. Porque o processo de elaboração de um plano, você sabe, a educação está ali.

Agora, o grande problema, que nós precisamos vencer enquanto sociedade, enquanto instituição, é fazer com que aquilo que se planeja seja cumprido. Porque é uma dificuldade que nós temos na nossa casa, no nosso orçamento; a gente pode fazer 300 mil planilhas. Se não conseguimos ter aderência daquilo que se planeja com aquilo que se gasta, não vamos avançar.

Então, há um momento em que é preciso, e acho que as instituições trabalham nesse sentido hoje, há um alinhamento, como foi colocado pelo Doutor Diego, das instituições: Tribunal de Contas, Defensoria Pú-

blica, o Poder Público, os municípios, a Seduc, através das várias ações.

Tem que ser pensado em elaborar um plano, mas mais do que isso, em executar esse plano que está elaborado. Não adianta ter elaborado o X e estar fazendo o Y. Não adianta nada você ter colocado que vai garantir, vai universalizar para a escola, se você não oferece para a escola na zona rural. E o pior: não oferece transporte também para trazer quem está lá para a cidade, para estar na escola da zona urbana.

Não adianta colocar na Meta 4 que todo aluno com deficiência vai ter acesso à escola, que ele vai ter acesso ao atendimento educacional especializado, se a escola não tem sala de recurso, se ela não tem professor, se os professores não têm formação continuada e não sabem, às vezes, as diretrizes básicas da política que devem ser implementada para atender esse público. Então, é preciso que esses planos sejam elaborados e que, de fato, eles sejam observados.

25% do orçamento para a educação? Isso, formalmente, só não basta. Nós temos que usar esses 25% de forma correta para que, de fato, isso represente qualidade na educação.

A universalidade, a gente está avançando. Agora, nós precisamos de conseguir qualidade, precisamos de equidade. E isso é estrutural. Essas políticas precisam ser implementadas pelo poder público, senão não conseguimos cumprir plano nenhum. E tampouco entregar para as nossas crianças uma educação de qualidade conforme determina ali o Artigo 205 da Constituição Federal.

É preciso integrar a família à educação, porque ela é corresponsável. É preciso que os projetos, como foram colocados os projetos político-pedagógicos da escola, representem aquela comunidade, que nele, de fato, sejam espelhadas as necessidades daquela escola, as necessidades daquele grupo, daqueles professores, do corpo discente e docente, de toda a comunidade escolar, para, a partir disso, você construir uma base sólida, um processo de ensino e aprendizagem que efetivamente traga resultados e faça com que a escola atinja, de fato, a sua finalidade.

Que é desenvolver a pessoa cognitiva e socialmente, que é preparar as pessoas para o mercado de trabalho e que é, principalmente, tornar cada um de nós cidadãos constitucionais, pessoas capazes de exercer os seus direitos e de enxergar aquilo que é seu direito e também seu dever.

E, a partir daí, a gente construir, de fato, uma sociedade justa e solidária que o texto constitucional manda que construamos. E, obviamente, construir uma sociedade justa e solidária, erradicar marginalização, erradicar pobreza, promover o bem de todos sem qualquer tipo de discriminação, tem como base a educação e tem como base o trabalho dos senhores aqui hoje presentes.

O Ministério Público atua na defesa e vou dizer que a gente não tem tempo aqui, mas todos esses problemas que foram colocados aqui e falados por vocês, grande parte deles hoje nós temos um procedimento,

um inquérito civil, uma notícia de fato; muitos deles já estão com algum acompanhamento e já há um trabalho contínuo sendo feito com a Seduc.

Concurso público. O Nilson está aqui, o Abinael está aqui. E quem é da Seduc sabe que, desde o ano passado, quando a gente tinha, no início do ano, mais de 600 turmas sem professor e com reclamação e denúncias chegando ao Ministério Público aos montes todos os dias, começamos a fazer um levantamento diagnóstico para saber o que estava acontecendo.

Nós temos um Estado que tem mais de 13 mil professores, mais de 13.600, segundo os dados do Censo 2024. Mas nós temos problemas também: um grande número de professores temporários e um grande número de professores cedidos, que deveriam estar na sala de aula e não estão. E que, por isso, é sempre uma série de coisas. São várias causas. Então, o professor que deveria estar na sala de aula não está. A sala fica vazia.

E o Estado tem que contratar, o município tem que contratar. Obvio, o Estado, então, vai ter que tomar uma providência. Ele contrata. Isso resolve um problema? Resolve, a sala tá com professor, mas surge outro. O professor é temporário, e nós temos os problemas das formações, das capacitações e o quanto isso impacta. O professor é preparado, preparado, preparado, e, daqui a pouco, ele sai. E o tanto de recurso que foi investido nesse profissional? E que vai com ele quando ele sai. Então, veja, são várias questões.

Nós estamos acompanhando a questão do Plano Estadual da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva do Estado. Tem um procedimento, eu tenho feito reuniões reiteradas e cobrando da Seduc o tempo todo.

O procedimento foi convertido em inquérito civil. "Ah, por que não agiu a extração ainda?" Porque a análise que eu estou fazendo, por enquanto, e eu ainda vou manter a atuação extrajudicial. Até o momento em que, por uma análise jurídica, entender-se que o ajuizamento da ação é o melhor caminho para se garantir o direito, se isso acontecer, obviamente, nós vamos adotar as medidas cabíveis.

Mas todos esses problemas que vocês apresentam, que foram falados vários aqui, eu nem me lembro de todos. Eu aqui não sou o Nilson, não sou da Seduc, mas fiquei com dor de cabeça, falei: "O Nilson está aqui." Porque são muitos, mas todos eles a gente acompanha, e também do município.

São muitos procedimentos. Hoje, para vocês terem uma ideia, são mais de 400 procedimentos só na promotoria da educação, cuidando de Porto Velho. Então, nós teríamos que ficar dois, três dias conversando sobre cada um desses temas que vocês colocaram.

Várias ações foram realizadas com a Seduc, com relação às estruturas das escolas. Nós temos problemas seríssimos, mas muitos avanços também. Hoje, para os senhores terem uma ideia, uma necessidade premente: temos no Estado 1.211 escolas. Destas, 1.059 são escolas públicas, Deputada e Doutor Diego, 1.059 só de escolas públicas. Não temos mais que 5% ou 6% dessas

escolas que tem alvarado o corpo de bombeiros. E é um trabalho que nós estamos realizando com o Estado de Rondônia também para regularização dessas escolas.

Então, existem “n” situações de irregularidade que passam por estrutura, que passam por pessoal, que passam por formação, e nós estamos atentos e acompanhando. Eu digo isso porque faço isso aqui em Porto Velho, que é a promotoria que atua, mas também tenho conhecimento e tenho preparado muito material de apoio para os colegas promotores do interior do Estado que atuam na educação também.

A gente vai reportando as questões, por exemplo, das obras paralisadas, inacabadas, a retomada dessas obras, para a gente conseguir recuperar a vaga. Como você vai falar de ofertar vaga em creche se você não tem ampliação da rede para criar a vaga? Educação, matrícula em tempo integral, nós temos aqui.

Nenhum município do Estado conseguiu executar 100% dos recursos que recebeu do governo federal no programa de escola de matrícula em tempo integral. A maioria dos municípios está com dinheiro do jeito que recebeu na conta, por “n” razões. Obviamente, cada um vai ter uma razão, vai ter uma justificativa para apresentar. Mas o que estou colocando é os problemas que existem na educação. Existem muitos? Existem.

E, à medida que isso vai chegando, que isso vai sendo reportado, o Ministério Público também vai analisando, sentando com a Seduc, sentando com os municípios para dialogar, para começar a conversar na busca de uma solução de forma mais célere e efetiva para garantir o direito educacional de todos.

Então, esse compromisso, o que posso dizer, gostaria só de finalizar. Não sei se os senhores já viram ou leram em algum lugar, mas, no ano passado, essa necessidade de saber onde a gente está pisando – eu tenho essa dificuldade. Eu preciso saber onde eu piso. Para conseguir olhar para alguma coisa, até para analisar, eu preciso saber. Acho que todo mundo é assim, tem que saber onde está pisando.

Então, fizemos um trabalho no Ministério Público de levantamento dos dados da estrutura educacional do nosso Estado. E hoje isso está materializado no mapa da educação. Se vocês entrarem lá no site do Ministério Público, tem um ícone chamado “mapa da educação”, que vai ter todas as informações educacionais do Estado todo, por município, por rede educacional, por localidade de escola, se é urbana, rural, ribeirinha, todos esses dados.

E ali eu pretendo – a gente está trabalhando, professora, para colocar – inclusive para fazer o monitoramento dos Planos de Educação. E é o Ministério Público, através da atuação forte do Conselho Nacional do Ministério Público hoje, que está preocupado com o acompanhamento desses planos, pela razão que coloquei: não adianta só, temos que planejar e executar, senão não vai adiantar nada.

O plano é o plano, ou seja, se todo mundo escolheu, se democraticamente foi redigido, se a sociedade apresentou para o Poder Público – não só a sociedade,

as próprias instituições de Ensino da educação, todas elas decidiram e definiram o que querem para a educação –, isso tem que ser observado. Isso é gestão democrática, então, nós vamos fazer esse trabalho, querendo construir lá o mapa também, essa possibilidade de conseguir acompanhar a evolução do cumprimento das metas, no próprio mapa da Educação.

É também um plano e um planejamento do MP fazer todo esse trabalho. Nós sabemos que nós temos um longo caminho, que o desafio é grande, que nós temos muito o que fazer e muito o que entregar para a sociedade. Eu tenho essa consciência e trabalho diuturnamente para conseguir cumprir com esse meu dever.

Então, o que eu posso dizer para os senhores é que contem comigo, contem com o Ministério Público para defender sempre a educação e o direito de todos de frequentar a escola pública. Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Obrigada, Doutora Luciana, pela contribuição, pela fala.

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA – Deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Sim?

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - Me permite fazer só mais uma contribuição, para complementar a minha fala?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS – Sim.

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - Só para explicar o que o Manoel citou, que a gente não atingiu os 25% da educação, Manoel, nós atingimos 25,34%. O problema é o seguinte: até dia 30 de abril nós temos ainda um prazo para atingir, e vai dar muito mais do que isso, mas até agora nós já atingimos 25,34%. O mínimo é 25%, mas já estamos com 25,34%. Até dia 30 de abril, talvez, vamos chegar a 25,86%.

Uma outra situação, Manoel, que a gente tem falado sobre aquela equiparação do técnico nível 1 com nível 2: dizer a vocês que nós já elaboramos um processo, que está na nossa procuradoria para analisar essa situação, tá bom. Para ver se tem um parecer favorável para equiparar o salário dos técnicos nível 1 com nível 2.

E também quero informar a vocês aqui, só para título de informação, durante esses períodos de 2019 até agora, 2024, e até abril, já, temos os dados de abril, só no mês de janeiro até abril, nós vamos pagar 32 milhões de pecúnia para os nossos servidores. Ou seja, só agora, no mês de abril, nós vamos pagar mais 9 milhões em pecúnia para os nossos servidores.

E uma das coisas que eu esqueci também, Dioneida, é sobre a questão da gestão democrática. A gente falou que não existe mais processo de eleição para diretores nas escolas. Mas nós temos um processo onde esses diretores podem participar, ou seja, através de currículos e entrevista. É um processo seletivo simplificado que nós fazemos para diretor e chefe de sessão

pedagógica. Não existe mais eleição, mas existe um processo seletivo.

A primeira etapa é a análise de títulos. Depois, entrevista com o diretor e vice-diretor que estiver interessado em participar. Me parece que vai ter outro processo seletivo agora. Quem tiver interesse pode participar.

Eu também só gostaria de frisar também que a nota do Ideb do Estado de Rondônia no ensino médio foi 4,2%. O Estado de Rondônia está na 6º colocação no Brasil. Aqui na região Norte, nós estamos na 2º colocação, mas isso ainda não é o suficiente. A gente precisa melhorar mais ainda. Tá bom. É isso. Obrigado, querida.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS – Obrigada, Nilson. É uma lista tríplice, é isso? Você ficou em 1º lugar e não foi chamada. **(manifestação da galeria)**

É a triste realidade. Acho que essa Audiência Pública foi justamente para que a gente pudesse pontuar esses problemas. Nas falas de vocês, fica muito claro isso daqui. São encaminhamentos que estamos lutando para poder resolver e melhorar.

Quero aqui agradecer a todos que estão participando de forma remota, através das redes sociais, que estão nos acompanhando. Então, agradecer a todos que estão também acompanhando pelas redes sociais.

No decorrer das falas, a Doutora Wanderluce Veiga, pediu para fazer uma fala referente à questão da militarização. A gente já abriu as inscrições, e no decorrer das inscrições, foi feito bastante falas. Ela é da Seduc e vamos conceder três minutos para que ela possa falar, para que possamos fazer o encerramento de nossa Audiência Pública.

A SRA. WANDERLUCE DA SILVA COSTA VEIGA - Boa tarde aos senhores, boa tarde à Mesa de autoridades.

Em relação aos colégios militares, o que temos no Estado são 13 colégios da Polícia Militar. É uma organização da Polícia Militar, com educação básica e, sim, também com ensino assistencial e preparatório, muito mais no CTPM 1, nos demais é mais educação básica pura.

Existe uma especificidade? Existe. Existe, porque a corporação da polícia traz ordem unida, traz algumas especificidades. **(manifestação da galeria)**

Isso existe. Gente, é lei, a gente cumpre lei. Lá está escrito o quê? Parceria com a Seduc. Por meio de quê? Na lei: cedência de professores, toda essa parte.

Dentro da questão do Bombeiro Militar, nós temos duas unidades, os colégios bombeiro militar. Ao todo, são 15 colégios de educação básica das duas corporações.

Falando de colégios e escolas, já é escola cívico-militar, temos quatro no Estado: três em Porto Velho e uma em Guajará-mirim. Que são aquelas escolas que são nossas, a gestão é nossa, a Seduc que tem a gestão. Mas tem a parceria com a Sesdec? Tem. Na questão da ordem unida, na questão da disciplina e outras questões

específicas dos militares. Ok?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Pessoal, eu gostaria que todo mundo ouvisse.

A SRA. WANDERLUCE DA SILVA COSTA VEIGA – Então, ao todo, temos 19 unidades com esse modelo: 15 que são de duas corporações e uma em parceria com a Polícia e o Bombeiro. Essas 19 unidades atendem em torno de 20 mil estudantes, com a parceria sendo com a Sesdec, por meio da Polícia e do Bombeiro. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Doutora Wanderluce. **(manifestação da galeria)**

A SRA. WANDERLUCE DA SILVA COSTA VEIGA – Sim, tudo é a DCT (Departamento de Capacitação e Treinamento), artigo 22 da DCT, Constituição Estadual. E é pública também, porque quem mantém é o poder público estadual. **(manifestação da galeria)**

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Pessoal, a gente ouviu aqui e entendemos que o espaço é pequeno, porque problema é o que não falta. Nas falas, isso ficou muito claro, mas a audiência é justamente para isso: para tratarmos uma temática e fazermos encaminhamento. Acho que as falas todas foram muito bem direcionadas, foram muito bem claras sobre as deficiências e dificuldades.

Então, essas considerações estão sendo registradas na nossa Ata. Nós vamos estar fazendo os encaminhamentos tanto para a Seduc, como vamos deixar também uma cópia desse documento para a CNTE, Sintero, Ministério Público e Defensoria Pública.

A gente vai estar fazendo o encaminhamento e acredito que, no decorrer dessa semana, a Ata já deve ficar pronta para possamos trabalhar esses encaminhamentos, porque não é só vir aqui expor os problemas, dificuldades, lamentações e ficar por isso mesmo. Não é, Secretária? Acho que as dificuldades foram muito bem colocadas por todos que fizeram uso da fala.

Então, gente, só para encerrar rapidamente, queria pedir só mais um pouquinho da paciência. Porque tínhamos marcado a nossa audiência das 14:00 às 18:00 horas, mas estamos terminando mais cedo. Para que vocês saiam com bastante tranquilidade, antes de encerrarmos, gostaria de perguntar se a Claudir e a Dioneida têm alguma coisa ainda para falar, para fazerem as considerações finais. Vou conceder dois minutinhos para cada uma, para a encerramos.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - Só encerrar mesmo. Obrigada. A gente não perde nunca a oportunidade. Nós, como trabalhadores da educação, referendamos aqui e tenho certeza que o dia foi super proveitoso. É isso ou não foi? A nossa categoria teve hoje um dia de mobilização, formação e interação, algo que há muito tempo nós estávamos ansiosos.

Doutora Luciana, como é bom ouvi-la, como é bom saber que tem alguém que cuida da gente tão bem. Muito obrigada. Estamos à disposição sempre.

Mas não posso perder a oportunidade de falar com a Seduc e com a Mesa aqui dos deputados, pois esta Casa aqui é para a gente. Nós estamos em movimento no Estado de Rondônia com uma pauta mínima para fazer justiça, há muitas situações que estão pendentes.

Doutora Luciana, eu quero pontuar. Mesmo tendo dois minutos, vou acelerar para pontuar. Nós temos no Estado de Rondônia - e o Nilson já disse que está na PGE (Procuradoria Geral do Estado de Rondônia) e tomara que venha com parecer favorável - uma situação entre os técnicos educacionais que começaram no Estado de Rondônia, quando faziam lanche para os alunos no fogão à lenha, e que estão com um salário 29,78% menor de quem é contratado hoje. Isso é uma luta que nós estamos com a Seduc há muito tempo e nós queremos respostas.

Mas nós temos outras demandas que foram colocadas aqui, como a titularidade. Realmente, Nilson, o Governo do Estado tem liberado os professores, principalmente, para cursar mestrado e doutorado, mas depois não os valoriza, portanto, esses profissionais não ficam.

Sim, mas a grande maioria que faz o processo nós temos conseguido liberar. Nós conseguimos fazer esse encaminhamento de liberar. O Estado investe, mas não valoriza para o servidor ficar. Alguma coisa está muito errada.

Então, é necessário fazer esses enfrentamentos, e são essas pautas que estão na mesa. Por isso, reivindico à Seduc um olhar diferenciado neste momento para isso.

Deputada Cláudia, nós já estivemos na Comissão de Educação e já explicamos tudo isso, mas a paciência do nosso povo está no limite. E o limite tem data: dia 6 de maio. Tomara que até lá a gente já tenha alguma coisa palpável, garantida, para apresentar para os nossos trabalhadores, para que não aconteça o que nós não queremos: a luta de rua e fechamento de portas de sala de aula.

Deputada, Nilson, Ministério Público, todos estarão nessa situação envolvidos conosco. No dia 6 de maio, nós temos assembleias gerais convocadas, com o indicativo de greve. E para não ter greve, queremos diálogo, mesa de negociação aberta e valorização no bolso.

Um abraço, meus companheiros. Muito obrigada. Vamos à luta! E aos companheiros que estão no Estado, nosso abraço e estaremos juntos já, já. Obrigada, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (presidente) - Obrigada, Dioneida. Agora eu passo rapidamente aqui para a Claudir.

A SRA. CLAUDIR MATA MAGALHÃES DE SALES - Só para finalizar aqui e agradecer. Dizer que a Semana

de Defesa e Promoção da Educação Pública continua até o dia 28. Então, no Brasil inteiro, em cada canto desse país, tem alguém discutindo educação e como colocar em prática toda essa nossa angústia e a lei que já existe.

E eu quero fechar só com o pensamento do Paulo Freire: "Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, por isso recusa o imobilismo. A escola que se pensa, em que se cria, em que se fala, em que se ama, em que se adivinha, a escola apaixonadamente que diz sim à vida."

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Claudir.

Pessoal, foi um prazer enorme ter todos vocês aqui nesta tarde, para a gente poder discutir este tema de grande relevância. A ação importante da Semana Nacional em Defesa da Promoção da Educação Pública. Eu creio que a nossa luta é essa: estarmos sempre unidos em prol de melhorar e lutar pelos trabalhadores.

E o importante é que temos autoridades que têm essa condição de ajudar nesse processo. Nilson, leva para a Secretária a fala desse povo, desses trabalhadores que têm contribuído com a Educação do Estado de Rondônia. Nós também faremos nossa parte aqui com os nossos encaminhamentos. E nós estamos à disposição.

Nos primeiros dois anos, não estive presente como membro da Comissão de Educação, mas agora, nesse segundo biênio, estou participando diretamente. É um compromisso que a gente tem também com a categoria, com o Sintero, porque a gente entende que é importante.

Estamos aqui para abrir as portas e fazer debates importantes. Às vezes, não vão ser todos os dias que vocês vão chegar aqui e encontrar todos os deputados, mas quero dizer: que eu estarei sempre presente. As portas que eu puder abrir dentro desta Casa Legislativa, eu sempre abrirei. Meu gabinete está de portas abertas.

A gente sempre tem feito esse diálogo também com o governo, aquilo que pudermos reivindicar e cobrando, estaremos aqui para isso. Nosso mandato é uma ferramenta de luta, e vocês não estão sozinhos. Estamos aqui e muitas coisas temos conseguido avançar, claro que com muitas dificuldades, mas a nossa luta é essa. É uma luta constante, de fato, tem que ter muita resistência, porque nunca foi fácil.

mais uma vez, obrigada. Parabéns pela luta de vocês. Não se desanimem, porque vocês não estão sozinhos. Assim como a gente também nunca se considerou estar só nessa caminhada, pois sempre caminhamos juntos.

Eu quero aqui, mais uma vez, agradecer a todos os membros da Mesa - à Doutora Luciana, ao Doutor Diego, ao Nilson, à Dioneida, à Claudir - e a todos vocês que também vieram aqui participar deste momento tão importante.

Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva e de todos que acompanharam

essa ilustre solenidade.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejo uma excelente tarde a todos. Lembrando que, em breve, mandaremos e disponibilizamos a Ata dessa Audiência Pública.

Obrigada e um bom retorno.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 16 horas e 57 minutos)

SECRETARIA LEGISLATIVA

Direta de Inconstitucionalidade n. 0801103-54.2022.8.22.0000

Requerente: Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia

Requerido: Governador do Estado de Rondônia

Procuradores: Maxwel Mota de Andrade (OAB/RO 3.670), Tiago Cordeiro Nogueira (OAB/RO 7.770) e Kherson Maciel Gomes Soares (OAB/RO 7.139)

Requerido: Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Advogados: Luciano José da Silva (OAB/RO 5.013) e Arthur Ferreira Veiga (OAB/RO 10.562)

Relatora Originária: Juíza Juliana Paula Silva da Costa
Relator p/ acórdão: Desembargador Valdeci Castellar Citon

EMENTA. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CRIAÇÃO DE VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA. COMPENSAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS MILITARES. VIOLAÇÃO DA ISONOMIA. CONTRAPOSIÇÃO DIRETA À REGRA GERAL. NECESSIDADE DE ESFORÇO COLETIVO PARA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NATUREZA TRIBUTÁRIA. ISENÇÃO. PRIVILÉGIO INDEVIDO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FONTE DE CUSTEIO. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL RECONHECIDA. EFEITOS EX-NUNC.

É materialmente inconstitucional a Lei que institui Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada com o objetivo de anular a contribuição previdenciária obrigatória aos militares inativos e pensionistas criada pela norma geral da União (Lei 13.954/2019), transferindo este ônus para o Tesouro Estadual, em clara inobservância ao princípio da isonomia.

A contribuição previdenciária criada pela Lei 13.954/2019, em alinhamento com a reforma da previdência, possui matiz constitucional de norma geral, possuindo natureza jurídica de tributo, o que impede a isenção direcionada a seletos grupos de agentes públicos em detrimento do esforço coletivo realizado pelos demais setores da sociedade também atingidos pela reforma da previdência. É inconstitucional a norma que impõe ônus ao Estado sem a correta indicação orçamentária da fonte de custeio, transferindo ao Tesouro uma obrigação não debatida em sede de elaboração de orçamento.

Decisão: DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR VALDECI CASTELLAR CITON, POR MAIORIA, VENCIDOS OS DESEMBARGADORES ALEXANDRE MIGUEL, DANIEL RIBEIRO LAGOS, GILBERTO BARBOSA, ISAIAS FONSECA MORAES, GLODNER LUIZ PAULETTO, ROOSEVELT QUEIROZ COSTA, ROWILSON TEIXEIRA E A RELATORA. COM RELAÇÃO A MODULAÇÃO DOS EFEITOS, APLICOU-SE OS EFEITOS EX NUNC, TAMBÉM POR MAIORIA. VENCIDOS OS DESEMBARGADORES KIYOCHI MORI, SANSÃO SALDANHA, JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, JOSÉ ANTONIO ROBLES E OSNY CLARO DE OLIVEIRA.

Data do julgamento: 17.07.2023

Data do trânsito em julgado: 10.04.2025 (após o STF negar provimento ao Agravo Interno no Recurso Extraordinário 1.484.598)

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 3190/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do servidor **ADRIANO PEREIRA DA ROCHA NASCIMENTO**, matrícula nº 200173375, para Subchefe de Gabinete de Emendas Parlamentares código DAH-01, a contar de 01 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO

SEI nº 0437066

ATO Nº 3208/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

AMANDA CAROLINA BARBOSA MACHADO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, no Gabinete do Deputado Alex Redano, a contar da data de publicação

deste ato.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437988

ATO Nº 3191/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da servidora **ANA MARIA HACK AMORIM**, matrícula nº 200176241, Assessor Parlamentar, para o código AP-22, do Gabinete do Deputado Cassio Gois, a contar de 01 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437131

ATO Nº 3184/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e, conforme o Processo SEI nº 100.025.000060/2025-55, resolve:

D E S I G N A R:

O servidor **ANDERSON DE SOUZA GARCIA**, matrícula nº 200178191, ocupante do Cargo de Assessor Especial, como Gestor do Contrato nº 025/2021, Processo SEI nº 100.025.000004/2023-59, em substituição ao servidor **RAFAEL LUCAS SANTANA VIEIRA**, a contar de 02 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437003

ATO Nº 3197/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.14 da LC

nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

ANTONIA AURISLENE DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Gabinete I, código DAG-03, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 06 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437519

ATO Nº 3194/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do servidor **ARTHUR PASQUALINI DE ASSIS**, matrícula nº 200177832, para Assessor de Direção, código AS-07, e relatar na Coordenadoria de Engenharia - Secretaria de Engenharia e Arquitetura, a contar de 01 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437175

ATO Nº 3192/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do servidor **CHARLES PEREIRA DA SILVA**, matrícula nº 200176845, para Assessor de Emendas Parlamentares, código DAG-02-B, e relatar no Assessoramento de Emendas Parlamentares - Gabinete de Emendas Parlamentares, a contar de 01 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437135

ATO Nº 3207/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

CLECI FATIMA DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-19, no Gabinete da Deputada Gislaïne Lebrinha, a contar da data de Publicação deste ato.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437984

ATO Nº 3199/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

DAIANE BRAZ CABRAL MINOSSO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, no Gabinete do Deputado Cassio Gois, a contar de 06 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437545

ATO Nº 3204/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da servidora **DAIANE FLOR DA SILVA SOARES**, matrícula nº 200176598, Assessor Técnico, para o código AT-21, do Gabinete da Comissão Permanente de Indústria,

Comércio, Ciências e Tecnologia, a contar de 02 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437624

ATO Nº 3196/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

EDNEIA DE OLIVEIRA POMMERENING, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 06 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437502

ATO Nº 3206/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

EMELYN PEREZ DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-17, no Gabinete da Deputada Gislaïne Lebrinha, a contar da data de publicação deste ato.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437980

ATO Nº 3202/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

ELISANGELA TUANNY DE OLIVEIRA SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Executivo, código DAG-04, do Gabinete do Deputado Ribeiro do Sinpol, a contar de 01 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437581

ATO Nº 3189/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da servidora **ERIKA GREGORIO OLIVA**, matrícula nº 200175088, para Assessor Parlamentar, código AP-25, do Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 02 de maio de 2025.

Porto Velho, 05 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437060

ATO Nº 3193/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, resolve:

DESIGNAR:

O servidor **EUNILSON COSTA FREITAS**, matrícula nº 200177216, ocupante do Cargo de Diretor de Departamento, como Gestor do Contrato nº 026/2021/ALE/RO, Processo SEI nº 100.012.000015/2023-88, em substituição ao servidor **RENAN FROZ AGUIAR**, a contar de 02 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437158

ATO Nº 3195/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

GIDEONI DE ARAUJO SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-17, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 06 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437496

ATO Nº 3212/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

GUSTAVO NOBRE DE AZEVEDO, do Cargo de Provimento em Comissão de Consultor Jurídico do Gabinete, código DAS-04-B, do Gabinete do Advogado-Geral Adjunto, a contar de 30 de abril de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0438408

ATO Nº 3198/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

ITALO NATAN RODRIGUES VIDAL, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-19, no Gabinete do Deputado Cassio Gois, a contar de 06 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437540

ATO Nº 3209/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

IVALTER VIEIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-18, no Gabinete do Deputado Marcelo Cruz, a contar de 06 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0438059

ATO Nº 3203/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da servidora **JANAINA BERTUSSE DONIN**, matrícula nº 200176601, para Assessor Técnico, e relatar no Gabinete da Comissão Permanente de Indústria, Comércio, Ciências e Tecnologia, a contar de 02 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437598

ATO Nº 3201/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

LEIDIANA DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-13, do Gabinete do Deputado Ribeiro do Sinpol, a contar de 01 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437568

ATO Nº 3213/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

LUCIANO PALMIRO DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 06 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0438478

ATO Nº 3200/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

MARCIO TRINDADE DA COSTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-15, do Gabinete da Deputada Gislaíne Lebrinha, a contar de 30 de abril de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437558

ATO Nº 3205/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

MARCIO TRINDADE DA COSTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, código AE-05, no Gabinete do Secretário-Geral, a contar da data de publicação deste ato.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437958

ATO Nº 3188/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da servidora **NAIANE ANDRESSA REIS RAMALHO SARABIA**, matrícula nº 200178610, Assessor Técnico, para o código AT-25, e relatar no Gabinete da Presidência, a contar de 01 de maio de 2025.

Porto Velho, 05 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0437054

ATO Nº 3210/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

PAULO CEZAR MARINHO DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-13, no Gabinete da Deputada Claudia de Jesus, a contar de 06 de maio de 2025.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0438062

Ato de Diária nº 0437384/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a São Miguel do Guaporé/RO, no período de 06/05/2025 a 09/05/2025, para realizar a segurança e acompanhar o Deputado Ismael Crispin, durante a agenda parlamentar, conforme processo nº 100.511.000132/2025-82.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200178698	Josue Capistrano Duarte de Farias	Assessor de Segurança	Gab. Sec. Segurança Institucional

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0437384

Ato de Diária nº 0438082/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Machadinho D' Oeste/RO, no período de 08/05/2025 a 10/05/2025, para conduzir veículo e representar o parlamentar em agendas que ocorrerão na Câmara de Vereadores do município, para tratar de assuntos da melhoria na cidade. Encarregado de documentar e registrar as atividades realizadas. Capturando imagens que representem as diferentes fases da viagem, destacando interações com a comunidade, reuniões, e demais momentos relevantes, conforme processo nº 100.052.000134/2025-26.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200177000	Antonio Aldo Rodrigues de Sousa	Assessor Parlamentar	Gab. Dep. Jean Mendonça

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0438082

Ato de Diária nº 0437275/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO, Buritis/RO, Campo Novo/RO, São Miguel/RO, São Francisco/RO a Vilhena/RO, no período de 05/05/2025 a 10/05/2025, para efetuar Produção de matéria jornalística para a TV Assembleia (Canal 7.2) sobre a Rondônia Rural Show/Agricultura Familiar no interior do estado, conforme processo nº 100.029.000134/2025-13.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
100021142	Ivanete dos Santos Damasceno	Analista Legislativo	Superintendência Comunicação Social

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0437275

Ato de Diária nº 0437302/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO, Buritis/RO, Campo Novo/RO, São Miguel/RO, São Francisco/RO a Vilhena/RO, no período de 05/05/2025 a 10/05/2025, para efetuar produção de matéria jornalística para o portal oficial da ALERO sobre a Rondônia Rural Show/Agricultura Familiar no interior do estado, conforme processo nº 100.029.000134/2025-13.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200178019	Jocenir Sergio Santanna	Assessor Especial	Superintendência Comunicação Social

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0437302

Ato de Diária nº 0437333/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO, Buritis/RO, Campo Novo/RO, São Miguel/RO, São Francisco/RO a Vilhena/RO, no período de 05/05/2025 a 10/05/2025, para efetuar cinegrafia na produção de matérias jornalísticas sobre a Rondônia Rural Show/Agricultura Familiar no interior do estado, conforme processo nº 100.029.000134/2025-13.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200177745	Alex Rocha Santos	Assessor de Direção	Div. de Redes Sociais

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral
SEI nº 0437333

Ato de Diária nº 0437345/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO, Buritis/RO, Campo Novo/RO, São Miguel/RO, São Francisco/RO a Vilhena/RO, no período de 05/05/2025 a 10/05/2025, para efetuar assistência de produção de mídia (fotografia e vídeo) das reportagens sobre a Rondônia Rural Show/Agricultura Familiar no interior do estado, conforme processo nº 100.029.000134/2025-13.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
100021057	Luis Carlos de Castilhos Junior	Assistente Legislativo	Superintendência Comunicação Social

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral
SEI nº 0437345

Ato de Diária nº 0437351/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO, Buritis/RO, Campo Novo/RO, São Miguel/RO, São Francisco/RO a Vilhena/RO, no período de 05/05/2025 a 10/05/2025, para conduzir veículo oficial pra transportar os servidores da SECOM que irão produzir matéria jornalística para a TV Assembleia (Canal 7.2) sobre a Rondônia Rural Show/Agricultura Familiar no interior do estado, conforme processo nº

100.029.000134/2025-13.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200177841	Bruno Lachi Rocha	Assessor de Direção	Gab. do Corregedor

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral
SEI nº 0437351

Ato de Diária nº 0437590/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024; e, conforme Despacho [0437372](#).

RESOLVE:

Tornar sem efeito o Ato de Diária nº 0435999/2025/SEC-RH/ALERO, publicado no Diário Oficial da ALERO nº 80 de 05/05/2025, concedendo 02 (duas) diárias ao servidor **Ediney Arruda Correa**, Assessor de Segurança, matrícula nº 200173464, pelo deslocamento via transporte terrestre de Ariquemes/RO a Nova Mamoré/RO, no período de 03/05/2025 a 04/05/2025, conforme processo nº 100.023.000056/2025-15.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral
SEI nº 0437590

Ato de Diária nº 0437658/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024; e, conforme Despacho [0437528](#).

RESOLVE:

Tornar sem efeito o Ato de Diária nº 0435989/2025/SEC-RH/ALERO, publicado no Diário Oficial da ALERO nº 80 de 05/05/2025, concedendo 02 (duas) diárias ao servidor **Reginaldo Correia de Lima**, Assessor Executivo, matrícula nº 200175424, pelo deslocamento via transporte terrestre de Ariquemes/RO a Nova Mamoré/RO, no período de 03/05/2025 a 04/05/2025, conforme processo nº 100.023.000057/2025-51.

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral
SEI nº 0437658

Ato de Diária nº 0437542/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO, Jaru/RO, Ji-Paraná/RO, Cacoal/RO, Rolim de Moura/RO a Santa Luzia/RO, no período de 07/05/2025 a 11/05/2025, para efetuar gestão e acompanhamento do processo de execução das emendas parlamentares e orientação técnica dos

recursos, visando atender necessidades das regiões, conforme processo nº 100.061.000168/2025-10.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200176767	Ian Carlos Gianini Barbosa Silva	Assessor de Emen. Parlamentar	Assessoramento de Emendas Parlamentares

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0437542

Ato de Diária nº 0437564/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO, Jaru/RO, Ji-Paraná/RO, Cacoal/RO, Rolim de Moura/RO a Santa Luzia/RO, no período de 07/05/2025 a 11/05/2025, para realizar a segurança do Deputado Ribeiro do Sinpol, em cumprimento de agenda parlamentar no interior do Estado de Rondônia, conforme processo nº 100.061.000168/2025-10.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174065	Andre Felipe Carvalho Paraguassu	Assessor de Segurança	Assessoria de Segurança

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0437564

Ato de Diária nº 0438018/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO, Alta Floresta D' oeste/RO, Novo Horizonte/RO, Nova Brasilândia/RO, Cabixi/RO a Chupinguaia/RO, no período de 06/05/2025 a 10/05/2025, para se reunir com gestores dos municípios para tratativas em destinação de emendas parlamentares aos municípios e demais assuntos administrativos referente a projetos e planos de trabalhos em andamentos, conforme processo nº 100.531.000079/2025-81.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200178172	Gregori Agni Rocha de Lima	Assessor de Emen. Parlamentares	Assessoramento de Emendas Parlamentares

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0438018

Ato de Diária nº 0437410/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Santa Luzia D' Oeste/RO, no período de 09/05/2025 a 12/05/2025, para realizar a segurança do Deputado Jean Oliveira, em cumprimento de agenda do parlamentar, conforme processo nº 100.531.000081/2025-51.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174331	Alisson Jose Pinheiro Tourinho	Assessor de Segurança	Assessoria de Segurança

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral

SEI nº 0437410

Ato de Diária nº 0438094/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Santa Luzia D' Oeste/RO, no período de 09/05/2025 a 12/05/2025, para participar da EXPOLUZ 2025, tem como objetivo institucional o fortalecimento da gestão pública por meio da atualização técnica, da promoção de inovações em sustentabilidade e eficiência administrativa, conforme processo nº 100.531.000080/2025-14.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200178092	Tiago Soares de Lima Pinto	Assessor Técnico	Liderança do Governo

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral

SEI nº 0438094

GERÊNCIA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 172, DE 23 DE ABRIL DE 2024.

Altera a redação do § 2º do artigo 252 da Constituição Estadual.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do § 3º do artigo 38 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º Fica alterada a redação do § 2º do artigo 252 da Constituição Estadual, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 252.
.....

§ 2º O Advogado-Geral da Assembleia Legislativa, Chefe da Advocacia Geral, será indicado pelo Presidente do Poder Legislativo, dentre advogados com notório saber jurídico.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 23 de abril de 2025.

Deputado ALE REDANO
Presidente – ALE/RO

Deputado LAERTE GOMES
1º Vice-Presidente – ALE/RO

Deputada ROSÂNGELA DONADON
2º Vice-Presidente – ALE/RO

Deputado ALAN QUEIROZ
1º Secretário – ALE/RO

Deputado CÁSSIO GOIS
2º Secretário – ALE/RO

Deputado EDEVALDO NEVES
3º Secretário – ALE/RO

Deputado MARCELO CRUZ
4º Secretário – ALE/RO

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 173, DE 23 DE ABRIL DE 2025.

Acrescenta o § 3º ao artigo 217 da Constituição do Estado de Rondônia.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do § 3º do artigo 38 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º Fica acrescido o § 3º ao artigo 217 da Constituição Estadual, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 217.
.....

§ 3º A destinação de recursos para o Desporto Profissional e Amador será regulamentada por Lei específica.”
(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 23 de abril de 2024.

Deputado ALE REDANO

Presidente – ALE/RO

Deputado LAERTE GOMES

1º Vice-Presidente – ALE/RO

Deputada ROSÂNGELA DONADON

2º Vice-Presidente – ALE/RO

Deputado ALAN QUEIROZ

1º Secretário – ALE/RO

Deputado CÁSSIO GOIS

2º Secretário – ALE/RO

Deputado EDEVALDO NEVES

3º Secretário – ALE/RO

Deputado MARCELO CRUZ

4º Secretário – ALE/RO

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025/ CPP/ALE/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.1724.000215/2024-49
UASG 926919 – EXCLUSIVA PARA ME, EPP e MEI,
com prioridade de contratação local e regional

A **Secretaria de Compras e Licitações - SCL**, por meio de seu Agente de Contratações, nomeado por força das disposições contidas no **ATO Nº 1932/2025-SUP-RH/ALE/RO**, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **pregão**, na forma **eletrônica**, obtido por meio do **menor preço**, com o método de disputa **aberto**, observando-se as disposições da em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021**, **Decreto Federal nº 11.462/2023** e **Decreto Estadual 28.874/2024**, **Res. 593/2024-ALE** e, ainda, a **Lei Complementar nº 123/06** e suas alterações.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO, a pedido da **Superintendência de Logística**, para atender as necessidades da **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, no valor estimado de **R\$ 16.686,60** (dezesesseis mil, seiscentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos), conforme descrição detalhada no Anexo I –Termo de Referência.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: **22 de maio de 2025**, Hora: **10h00min**.

CONSULTAS E EDITAL: <http://transparencia.al.ro.leg.br> - (Licitações); www.comprasnet.gov.br; Esclarecimentos: cpl@ale.ro.gov.br; Telefone (0xx) 69-3218-1496

Porto Velho/RO, 06 de maio de 2025.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro SCL/ALE/RO

ROL DE HABILITADOS
Credenciamento nº 001/2025/SCL/ALE/RO
Processo Administrativo nº 100.1721.000083/2024-85

Após a análise da documentação apresentada pelos interessados, com fundamento nas exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital referentes ao Credenciamento nº 001/2025/SCL/ALE/RO, vinculado ao Processo Administrativo nº 100.1721.000083/2024-85, cujo objeto é o credenciamento de leiloeiros oficiais para a realização de leilões destinados ao desfazimento de bens móveis inservíveis e ociosos pertencentes à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, foram considerados habilitados para o credenciamento os seguintes proponentes:

SEQUÊNCIA	NOME
1	ANA CAROLINA ZANINETTI ROSA
2	ANGÉLICA VILAS BOAS NUNES
3	BRUNO PIMENTEL ROSA
4	DANIEL ELIAS GARCIA
5	EDINALVA ALVES DE OLIVEIRA
6	EDUARDO DOS SANTOS
7	EVANILDE AQUINO PIMENTEL
8	FRANCISCO PORTELA AGUIAR
9	MACIEL RODRIGUES CHAVES
10	MARCUS ALLAIN DE OLIVEIRA BARBOSA
11	MARIA VANIELLY DE LIMA HONORATO PORTELA
12	MARTA SIMONE SHIOKAWA
13	PATRICIA PIMENTEL GROCOSKI COSTA
14	PEDRO AUGUSTO DA COSTA SILVA
15	RODRIGO SCHMITZ
16	VERA LUCIA AGUIAR DE SOUSA
17	VERA MARIA AGUIAR DE SOUSA
18	VLADMIR OLIANI

Em atendimento ao item 9 do Edital, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recurso administrativo, estando os autos fraqueados aos interessados. Após o decurso desse prazo, será agendada a data para a realização sorteio que definirá a ordem do Rol de Credenciados.

Porto Velho/RO, 06 de maio de 2025.

(assinado eletronicamente)
Márcio Éric Marques G. da Silva
Agente de Contratações SCL/ALE-RO